

JOSÉ ANTONIO FERNANDES

**ERVA-MATE E FRENTES PIONEIRAS: DOIS MUNDOS EM UM
SÓ ESPAÇO (1943 A 1970)**

DOURADOS – 2012

JOSÉ ANTONIO FERNANDES

**ERVA-MATE E FRENTES PIONEIRAS: DOIS MUNDOS EM UM
SÓ ESPAÇO (1943 A 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.71 Fernandes, José Antonio.
F363e Erva mate e frentes pioneiras : dois mundos em um só espaço (1943-1970) / José Antonio Fernandes. – Dourados, MS : UFGD, 2012.
148 f.

Orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Erva mate – Mato Grosso. 2. Erva mate – História. 3. Companhia Mate Laranjeira. 4. Colônia Agrícola Nacional de Dourados. I. Título.

JOSÉ ANTONIO FERNANDES

**ERVA-MATE E FRENTES PIONEIRAS: DOIS MUNDOS EM UM
SÓ ESPAÇO (1943 A 1970)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ **de** _____ **de** _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Alcides Goularti Filho (Dr., UNESC) _____

3º Examinador:

Cláudio Alves Vasconcelos (Dr., UFGD) _____

À minha esposa, mãe, meu pai, família,
professores e amigos.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma nota de agradecimento parece sempre mais fácil quando se lê no texto alheio, no entanto, é um pouco mais difícil quando se trata de dar méritos àqueles e àquelas que foram importantes para o desenvolvimento pessoal e profissional. A lista é extensa e seria necessária uma dissertação só para agradecimentos. Como de praxe, citarei alguns nomes, não dando conta de todos, mas que saberão que estão incluídos nos abraços oferecidos por este que escreve.

Antes de mais, devo a Deus, esse Ser que às vezes me é misterioso, mas sempre bondoso, principalmente por me oportunizar a vida.

Depois, não seria quem sou se não fosse por minha mãe, Vanda Fernandes de Freitas, e por meu pai, José Antonio de Mendonça. Minha mãe, que sempre fez o impossível para que eu pudesse estudar e alçar voo nos degraus do conhecimento. Meu pai que, sempre que possível, esteve presente com conselhos e com apoio moral, coisas mais valiosas que qualquer título. Depois destes também aos meus irmãos (Alexandro, Regina, Célia e Douglas), minha cunhada Gelma Pereira e meus sobrinhos tão queridos. Ainda à minha família, de maneira geral – tias, tios, primas e primos, que também sempre torceram pelo meu sucesso. Em memória especial ao meu avô Manoel, meu tio Gilberto e meu primo José Roberto, que estiveram presentes em muitos momentos importantes.

Agradeço também a uma pessoa mais que especial, que não poderia deixar de dar méritos, minha noiva, que ao término desse ciclo já será esposa. Ela, Camila Nehring Belo, que tanto tem me apoiado e servido por vezes como ombro e sustentáculo. Ela que me suporta e está ao meu lado, se esforçando para dosar meus variados estados de espírito. Bem de perto vem também sua maravilhosa família, especialmente Paulo, Eliana (Lila), Mariana, Tatiana e José Paulo Belo, não podendo esquecer Sofia, minha grande amiga de conversas. Pessoas que fizeram meus dias atribulados serem mais alegres e por vezes se fizeram presentes, de uma forma ou de outra.

Dos meus muitos amigos (o que posso dizer com muito prazer), tenho alguns com os quais convivi bastante nos últimos anos, outros menos, mas todos muito importantes. Nesse sentido, sem desmerecer nenhum, devo mencionar especialmente Cássio, Gláucio e Joseana Knapp; a família Dinizz, Arthur pai, dona Sueli, André, Arthur Jr., Adryano, Andressa e Radassa; Gustavo e Edivadson Balbueno; Gustavo Gomes; Marco Antonio

Almeida; Mayara Holzbach; Roseline Mesacaza; Mathiel, Aline e Nicolas Silva; Kátia Aline; Gilmar, Natácia e Júlia Caetano; Leandro Carvalho; Juliano; Otni e Pedro Soares; aos Peres, especialmente Bernardete, Ruan, Alexandre, Carla, Adriana e Denilson; meus amigos e incentivadores dos tempos de Conselho Tutelar de Catanduva-SP, Aparecida Tomazini (Tida), Odair José, Daniel, Rita de Cássia e as duas Andréias; Emiliana e Aline Rodrigues; Cesar Pinho; Bruno Luiz; Thiago, Adriele e Arthur; Anibal Gomes; Evandro Ishy; Sidney Oliveira (Sidão); Layana Pimentel; Marcelo Marin; Ana Paula Menezes; Christian Kelly, Cristiano e Vicenzo; Lucas Tenório; Caroline Franco; Diulie Karol; Juliani Tigre; Adriano Mendes (Frajola); Raphael Santos; Rodrigo Fazio; Jacqueline e Maria Ceres Pereira; Walteir Terciani; Marcelo, Vivian, Maria e Gustavo Neves; e por fim, um amigo que em outras épocas me apoiou e incentivou a fazer História, ao qual prometi dedicar o meu primeiro trabalho acadêmico, Igor Barbosa de Moraes.

Muita coisa aconteceu desde que entrei no curso de graduação em História da UFGD, em maio de 2006, sendo assim, além de alguns que já citei, não poderia esquecer meus colegas e amigos de turma, mesmo aqueles que tomaram outros rumos ao longo do caminho: Ana Júlia, Cláudio, Juliana, Luiz Eduardo, Simone, Ana Paula, Maria de Fátima, Luciana, Leandro, Pr. Matoso, Jaqueline Julião, Zimmerman, Pedro, Andréia, Joacir, Walter, Elaine, Fábio, Tiago, Santierre, Cleverson, Lilian, Arthur, Lediane, Katilene, Leonardo, Sara, Sharlene, Valmir e Rosangela.

Não posso deixar de agradecer também aos meus entrevistados, que muito contribuíram para este texto e o esclarecimento da temática, o que inclui as pessoas que me ajudaram encontrá-los, especialmente o senhor Aduino, colega de profissão e morador de Jateí-MS, que me apresentou ou indicou muitos dos que deram seus depoimentos.

Aos funcionários da UFGD, do Centro de Documentação Regional (CDR) e da Biblioteca Central, muitos dos quais deram suas contribuições com orientações e mesmo com apoio nas pesquisas e identificação de fontes. Nesse caso meu agradecimento especial aos amigos Carlos Barros Gonçalves e Ivanir Martins de Souza.

Meu agradecimento também aos funcionários do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), em Campo Grande-MS, por sua solicitude e receptividade nas vezes que lá estive levantando e fotografando documentos.

Ao professor Paulo Cimó, meu orientador e amigo, que sempre mostrou paciência e compreensão, em cada etapa, sendo sempre atencioso, mesmo quando o tempo lhe faltava.

Além do meu amigo e também professor Eudes Fernando Leite, eu tive a honra de manter contato direto com outros professores, na graduação e depois no mestrado, entre os quais especialmente: Nauk de Jesus, Protásio Lange, Graciela Chamorro, Losandro Tedeschi, Cláudio Vasconcelos, Osvaldo Zorzato, Ceres Moraes, João Carlos de Souza, Antonio Dari e Eliazar João. Cito esses nomes sem querer desmerecer os demais, que muito contribuíram com discussões e reflexões sobre a História, além de conselhos de grande valia durante o processo de graduação no curso e, porque não, para a vida acadêmica que se segue.

Devo agradecimentos à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) pela bolsa de mestrado que me foi dada e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela uma bolsa fornecida no 2º semestre de 2010, para o cursamento como aluno especial, via PROCAD, da disciplina "Seminários de pesquisa – Linha de Política", na Unesp - Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Vale ainda registrar meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio do projeto de pesquisa “O complexo ervateiro no Brasil: formações econômicas regionais e sistemas de transportes”, coordenado pelo professor Dr. Alcides Goularti Filho, me forneceu ajuda financeira para viagem de pesquisas no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), realizada em abril de 2011.

“E aí foi minha vida rapaiz! Desse jeito. A erva me valeu muito!”
(Urbano Braulino da Silva, agricultor e ex-“colono ervateiro”,
entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em
dezembro de 2011).

RESUMO

A produção de erva-mate na região sul de Mato Grosso remonta ao fim do século XIX e perpassa quase todo o século XX, destacando-se a presença da Companhia Mate Laranjeira, com seus arrendamentos em terras ervateiras, além de diversos outros produtores independentes da mesma, que viram sua importância aumentar, sobretudo, a partir da década de 1930, com as novas políticas impostas pelo Governo Vargas e o enfraquecimento dessa empresa. Na década de 1940, com as políticas de colonização que vão sendo postas em prática, centralizadas na *Marcha para Oeste*, temos os migrantes provenientes principalmente dos estados nordestinos e de São Paulo em direção à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). São as *frentes pioneiras*, que trazem os colonos e os inserem em um mundo econômico dinâmico e ainda vivo, modificando as paisagens do antigo sul de Mato Grosso. Nesse contexto, evidenciam-se as relações entre dois mundos, o ervateiro e o das frentes pioneiras, que dividem um mesmo espaço e que se misturam, em situações passíveis de serem identificadas, mas que até o momento vinham sendo estudadas de forma quase totalmente separada. Para compreender esse universo buscou-se subsídio em entrevistas de História Oral, documentos oficiais do Instituto Nacional do Mate (INM), da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da Companhia Mate Laranjeira, cartas e documentos pessoais de colonos e outros moradores da região, além de livros, periódicos, teses, dissertações, fotografias e mapas. Tal documentação permitiu reconstruir, ainda que parcialmente, os espaços e relações econômicas envolvendo a produção de erva-mate, mostrando diversos exemplos dos múltiplos contatos entre os *dois mundos*: antigos ervateiros, mato-grossenses ou paraguaios, que continuaram a trabalhar com a erva-mate no espaço da CAND; colonos, em sua maioria nordestinos, que aprenderam com os habitantes locais a valorizar e produzir a erva. Assim, das certezas possíveis, como veremos ao longo do texto, pode-se dizer que a erva-mate teve um papel importante para os colonos advindos da *Marcha para Oeste* para a CAND e, embora não tivesse mais o poderio de outrora, se mostraria um produto de extrema utilidade para muitos. Em alguns casos, em meio às dificuldades dos anos iniciais e a falta de amparo, a erva-mate teria se mostrado, senão um meio de sobrevivência, tendo em vista o projeto agrícola da Colônia, ao menos de grande ajuda para a permanência nos lotes.

Palavras-chave: Mato Grosso; Marcha para Oeste; Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

ABSTRACT

The production of Paraguayan tea from the south region of Mato Grosso dates back the end of the XIX century and pervades almost all of the XX century. With the emphasis on the presence of the Companhia Mate Laranjeira with their leases in grass growing lands, as well as several others independent manufacturers that saw their importance increase, mainly from the 1930s, with the new policies imposed by the Vargas's Government and the weakening of that company. In the 1940s, with the implemented colonization policies centered in the *Marcha para Oeste*, we have the immigrants coming mainly from the Northeast states and São Paulo towards the Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). The "Frentes Pioneiras", which bring the settlers and inserted them in a dynamic economy and still alive world, modifying the landscape of the old southern Mato Grosso. Within this context, comes to evidence the relations between two worlds, the herbal and the "Frentes Pioneiras", sharing the same space and blending into situations that can be identified, but until now had been studied almost entirely separate. To understand this universe, we sought assistance in *Oral History* interviews, official documents from Instituto Nacional do Mate (INM), Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) and from Companhia Mate Laranjeira, personal settlers documents and other local residents, as well as books, periodicals, theses, dissertations, photographs and maps. Such documentation allowed reconstructing, even if partially, the spaces and economic relations involving the production of Paraguayan tea, displaying several examples of multiple contacts between the two worlds; former old Paraguayan tea producers, Mato Grosso residents and Paraguayans, who continued to work with Paraguayan tea in the space of CAND; settlers, mostly from the Northeast, they learned from the locals to appreciate and produce the grass. Therefore, the possible certainty, as we shall see throughout the text, one can say that the Paraguayan tea had an important role for the settlers coming from the *Marcha para Oeste* to the CAND and, although no longer had the former power would prove to be a product of extreme usefulness for many. In some cases, amid the difficulties of the initial years and lack of support, the tea would have shown, but a means of survival, considering the agricultural project of the Colônia, at least of great help to stay in the batches.

Keywords: Mato Grosso; Marcha para Oeste; Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de ocorrência de ervais nativos	27
Mapa 2 – Área de ocorrência de ervais nativos no Sul de Mato Grosso	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de erva mate em Mato Grosso, segundo os produtores (em quilos), de 1952 a 1959	72
Tabela 2 – Produção de erva mate em Mato Grosso, segundo os produtores (em quilos), de 1960 a 1965	73
Tabela 3 – Escoamento do mate de Mato Grosso nos anos 1950, alguns anos – segundo os portos de embarque (em quilos)	86
Tabela 4 – Escoamento do mate de Mato Grosso nos anos 1960, alguns anos – segundo os portos de embarque (em quilos)	86
Tabela 5 – Produtores de erva mate cadastrados pelo INM em Mato Grosso	97
Tabela 6 – Industriais de erva mate cadastrados pelo INM em Mato Grosso	98
Tabela 7 – Total de lotes da 1ª Zona, lotes recenseados e lotes com presença de erva mate	106
Tabela 8 – Lotes com presença de erva mate, segundo a procedência dos colonos e formas de indicação da presença de erva mate	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALALC** – Associação Latino Americana de Livre Comércio
- APEMS** – Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (Campo Grande)
- APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)
- BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BRAMATE** – Industria Brasileira de Mate
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CDR** – Centro de Documentação Regional
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CNYM** – Comisión Nacional de Yerba Mate
- COPEMA** – Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai
- CRYM** – Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de Yerba Mate
- DEM** – Departamento da Erva-mate
- DNYM** – Dirección Nacional de Yerba Mate
- DTC** – Departamento de Terras e Colonização
- FCH** – Faculdade de Ciências Humanas
- FUNCED** – Fundação Cultural e de Esportes de Dourados
- IBDF** – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- INM** – Instituto Nacional do Mate
- IPLAN** – Instituto do Planejamento e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal de Dourados
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- NCD** – Núcleo Colonial de Dourados
- NOB** – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- RFFSA** – Rede Ferroviária Federal
- SNBP** – Serviço de Navegação da Bacia do Prata
- SOMATE** – Sociedade Brasileira de Exportadores de Mate
- SUPRA** – Superintendência de Política Agrária
- UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados
- UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso
- UNESP** – Universidade Estadual Paulista
- SUDHEVEA** – Superintendência Nacional da Borracha
- PROBOR** – Programa de Incentivo à Produção da Borracha Nacional

SUMÁRIO

Lista de mapas	11
Lista de tabelas	12
Lista de abreviaturas	13
Introdução	16
CAPÍTULO 1 – O MUNDO ERVATEIRO, A CAND E OS COLONOS	23
1.1 – Contextualização da produção ervateira no sul de MT	23
1.2 – Os fluxos migratórios, as frentes pioneiras e a CAND	28
1.2.1 – Os migrantes antes da década de 1930	28
1.2.2 – As políticas de colonização do Estado Novo	29
<i>As ideologias e fatos motivadores da CAND</i>	33
<i>O Território Federal de Ponta Porã</i>	37
1.2.3 – A ocupação da “Segunda Zona” da CAND	38
1.3 – A CAND de outras culturas	42
CAPÍTULO 2 – O MERCADO ERVATEIRO NAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA (DÉCADAS DE 1950 E 1960)	47
2.1 – O mercado ervateiro na década de 1950	47
2.1.1 – As reviravoltas dos anos 1950	52
<i>O tratado comercial brasil-argentina de 1953</i>	55
<i>Algo sobre os preços, a natureza e os regimes de câmbio</i>	58
2.2 – A “derradeira” década de 1960	64
<i>A ALALC e a erva mate</i>	64
CAPÍTULO 3 – MATO GROSSO E O MERCADO ERVATEIRO	70
3.1 – As cooperativas de produtores de erva mate e sua Federação	70
<i>A fábrica Matex - mate solúvel</i>	75
3.2 – As mudanças na atuação da Companhia Mate Laranjeira	77
<i>A sobrevida da produção ervateira na Companhia Mate Laranjeira</i>	80
3.3 – Os meios e esquemas de transporte da erva mate sul-mato-grossense	83
3.4 – A atuação da Delegacia Regional do INM em Mato Grosso	94

CAPÍTULO 4 – A ERVA MATE NA CAND	104
4.1 – A situação da erva-mate na Colônia	104
<i>Levantamento Estatístico dos colonos.....</i>	<i>105</i>
<i>A Segunda Zona</i>	<i>109</i>
<i>Caminhos, picadas e estradas.....</i>	<i>109</i>
4.2 – A CAND e o INM	111
<i>Projetos</i>	<i>111</i>
4.3 – As cooperativas: Mista da CAND e de Produtores de Erva-mate “Dourados”..	114
4.4 – As relações entre os dois mundos	118
4.4.1 – A continuidade da produção ervateira	118
<i>A importância da presença paraguaia</i>	<i>119</i>
<i>A importância da produção ervateira na CAND</i>	<i>120</i>
4.4.2 – As formas de exploração da erva-mate e a “divisão do trabalho” na CAND..	123
<i>O uso indireto da erva-mate</i>	<i>125</i>
<i>Os “colonos ervateiros”</i>	<i>127</i>
4.4.3 – Os compradores de erva-mate na CAND	133
4.4.4 – A família Dauzacker	138
4.4.5 – Observações gerais	140
4.5 – A produção ervateira na CAND	143
<i>O Tratado entre Brasil e Argentina de 1953</i>	<i>145</i>
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	153
ANEXO	161

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é parte de um processo que começou em 2007, quando cursava o meu 2º Ano da graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi quando, orientado pelo Prof. Dr. Paulo R. Cimó Queiroz, com uma bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFGD), iniciei os estudos embrionários da temática presentemente desenvolvida em nível de mestrado, no que resultou, em 2008, no relatório intitulado *Relações entre as Frentes Pioneiras e a Economia Ervateira no antigo sul de Mato Grosso (1940-1965)*. Esse projeto me possibilitou entender o quanto era vasto o campo de pesquisa relacionado às questões de fronteira, movimentos de migração e à produção ervateira no antigo sul de Mato Grosso. Percebi a relevância de buscar um entendimento da economia sul-mato-grossense e a importância da erva-mate para a dinâmica econômica estadual.

Complementarmente, ainda em 2008, no período em que trabalhava nesse projeto, tive um financiamento, com diárias e passagens, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por meio do projeto *Transformações econômicas no antigo sul de Mato Grosso: vias de comunicação, estruturas produtivas, fluxos comerciais (séculos XVIII-XX)*, coordenado pelo Prof. Paulo R. Cimó Queiroz, o qual foi usado na realização de pesquisas no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), em Campo Grande, MS. Era minha primeira experiência em um arquivo histórico, com textos impressos e documentos relacionados ao tema, o que me possibilitou entender o quanto eram amplas as possibilidades de enfoque e de abordagens, os problemas e fontes a serem explorados.

Entre 2008 e 2009 essa pesquisa teve uma pausa, quando me foi oportunizado participar de um novo projeto de pesquisa, desta vez de Licenciatura (PROLICEN/UFGD), com o título *Representações sobre o indígena na Escola Menodora Fialho de Figueiredo – Dourados-MS (2008-2009)*, orientado pela Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jesus. Apesar de não tratar especificamente dos temas com os quais ora tenho trabalhado, ele contribuiu para que eu pudesse refletir sobre algumas questões fundamentais ligadas à história e às relações sociais na região da chamada “Grande Dourados”, que inclui os indígenas, que também foram mão de obra nos ervais mato-grossenses de outrora.

Ainda em agosto de 2009, retomando a temática das migrações e produção de erva-mate no antigo sul de Mato Grosso, iniciei os estudos para a elaboração do projeto de mestrado e também a leitura da bibliografia indicada para a prova de seleção do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, realizada nos últimos meses do mesmo ano.

Já no mestrado ingressei como participante do projeto de pesquisa “O complexo ervateiro no Brasil: formações econômicas regionais e sistemas de transportes”, coordenado pelo professor Dr. Alcides Goularti Filho, que conta com a participação, entre seus integrantes, de meu orientador Paulo Roberto Cimó Queiroz. Por meio deste projeto, que é financiado pelo CNPq, foi conseguida uma ajuda financeira para viagem de pesquisas no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS) em abril de 2011. Vale ainda dizer que este projeto faz parte do grupo de pesquisa “Formações econômicas regionais, integração de mercados e sistemas de transportes”, cujo objetivo geral é reunir estudos sobre as formações econômicas regionais e o processo de evolução dos meios de transportes e das vias de comunicação, com vistas à realização de discussões comparativas sobre a constituição e evolução das economias regionais, bem como sobre o papel dos sistemas de transporte nessas economias.

As metodologias adotadas

A presente pesquisa é um estudo pautado no viés econômico da História, mas não apenas isso, também é uma tentativa de entender o social, o político e o cultural, enfim, as múltiplas facetas das vidas envolvidas no processo histórico abordado. Sendo assim, busquei me indagar sobre essa forma de fazer História e, com base no texto “História Econômica”, de João Fragoso e Manolo Florentino, procurei colocar o propósito numa direção que fosse a de uma *Nova História Econômica*, que iria além de fórmulas ortodoxas e fechadas, e se abriria a um debate mais amplo e interdisciplinar com as outras ciências humanas, e até outras fontes que viessem preencher as possíveis lacunas de uma abordagem econômica (cf. FRAGOSO; FLORENTINO in CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Para que isso fosse possível procurei pensar a história também incluindo as inúmeras reviravoltas e mudanças advindas das discussões da década de 1970, com a *Nova História*, que traçou um marco a partir do qual se passou a dar atenção a diversas outras fontes, problemas, objetos e abordagens. Um desses métodos de abordagem possíveis em que

procurei me pautar é o da chamada *História vista de baixo* que, aliada ainda à *História Oral*, me ajudou a pensar o mundo ervateiro, mesclado com o pioneiro, do ponto de vista dos trabalhadores e colonos, as pessoas comuns que faziam mover o sistema econômico regional no período abordado (SHARPE *in* BURKE, 1992, p. 48). Nisso procurei cuidar de fugir das armadilhas da fragmentação do conhecimento histórico e da possível despolitização dessa história vista de baixo (SHARPE *in* BURKE, 1992, p. 56), buscando uma análise do contexto e das estruturas que envolveram os acontecimentos, que incluíram, além de produtores e empregados, também a figura dos patrões e empreiteiros. Sabendo ainda que todas as pessoas estavam sujeitas às regras políticas de colonização, as regras de produção e comercialização e, por fim, as regras sociais de convívio.

Em alguns casos, onde me faltaram dados, procurei fazer uso da *imaginação*, que creio, assim como diz Sharpe, ter seu papel de importância no sentido de interagir com a erudição, ampliando a visão do passado. É com o uso do imaginativo no material da fonte que eu pude propor o esclarecimento de muitas áreas da história, que de outra forma poderiam se supor estarem mortas e condenadas a permanecer na escuridão (SHARPE *in* BURKE, 1992, p. 58-59). Com isso, pude “imaginar” possibilidades explicativas, no sentido também de mostrar caminhos possíveis ou preencher lacunas, que se transformaram em hipóteses, sendo diversas destas hipóteses ao longo do caminho confirmadas pelas fontes e outras não. Neste último caso, as que não se confirmaram, a contribuição talvez esteja em deixar questões àqueles que possam se interessar pelo assunto futuramente.

Ao longo do texto, direta ou indiretamente, notarão que busquei apoio também em alguns outros autores brasileiros, tais como Celso Furtado, José de Souza Martins e Caio Prado Júnior, não esquecendo outros estudiosos do projeto de implantação das políticas trabalhistas no governo Vargas e a colonização no Brasil neste período, dentre os quais Alcir Lenharo e Isabel Guillen. Com esta última autora, especialmente, veremos como se fazia uso de ideologias que ligavam as políticas de colonização aos bandeirantes de outrora e à nova forma de exploração do território, questão esta que é mais nitidamente posta durante o Estado Novo e o governo de Getúlio Vargas (GUILLEN, 1991, p. 29).

Associando as ideias de Alcir Lenharo com as de José de Souza Martins sobre as “frentes pioneiras”, atentarei para a *fronteira* como um lugar com diversos interesses envolvidos, dentre os quais o político e o econômico se destacando, sem deixar de considerar, claro, as relações de trabalho, os interesses estratégicos e militares. Entendendo ainda ser a

mesma produtora de disputas, afrontamentos, conflitos e lutas, sempre constituindo oposições entre dominação e dominados, vencedores e vencidos.

Além disso, veremos como a CAND tomou para si essa carga de um pretensão “bandeirantismo”, ao expandir os territórios nacionais, incluindo-se em novas regiões de fronteira com os objetivos de ocupar espaços intencionalmente dados como “vazios” e de nacionalizar as regiões limítrofes com o Paraguai. Espaços onde agia a Companhia Mate Laranjeira, que entrou na disputa pelas terras do sul de Mato Grosso, entendendo-se como a possuidora dos direitos de concessão e uso comercial da região, resistindo até onde pode às investidas do governo federal.

Fontes

Em relação às minhas fontes, contei com um vasto material coletado no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), em Campo Grande, relacionado à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e também alguns documentos relacionados à Companhia Mate Laranjeira. Documentos estes que se somam aos textos de memorialistas, teses, livros, monografias, imagens e demais fontes disponíveis no Centro de Documentação Regional (CDR) da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que aliados e problematizados me forneceram caminhos úteis e substância para os estudos.

Sobre os fluxos de exportações de erva-mate brasileira, por exemplo, foram de suma importância as fontes relacionadas ao Instituto Nacional do Mate (INM) e sua Delegacia Regional em Mato Grosso – documentos que estão digitalizados e disponibilizados no CDR da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estas fontes constituem atas de reuniões da Junta Deliberativa e da Direção do Instituto, relatórios semestrais elaborados pelo presidente do INM e estudos sobre a produção e exportação para a Argentina.

Soma-se um estudo em dois volumes com o título “Programa Regional de Investimento: Estudos Básicos”, financiado pela Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambáí (COPEMA), em 1969, que visava levantar dados e realizar uma análise das possibilidades nas regiões ervateiras do extremo sul do antigo Mato Grosso (que incluía a região de Dourados), a fim de solucionar o problema da frouxidão do mercado argentino,

“diversificar a produção” e traçar diretrizes básicas à elaboração de um plano de desenvolvimento regional.

Por fim, buscando ainda auxílio em entrevistas, procurei adentrar o universo da *História Oral*, que além de fonte também é método. Com elas busquei registrar a história do ponto de vista de quem a viveu, o que desencadeou uma série de informações fundamentais para o entrecruzamento de dados. Embora não os cite diretamente no texto, vale dizer que utilizei como orientação metodológica e teórica para a pesquisa com História Oral alguns autores, entre eles especialmente Marieta de Moraes Ferreira *et al* (2000), Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006), Verena Alberti (2004), José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) e José Carlos Sebe Bom Meihy e Suzana L. Salgado Ribeiro (2011).

O objeto da pesquisa

Começo traçando o contexto da erva-mate, o processo histórico pelo qual a produção ervateira passou no sul de Mato Grosso. Esse é primeiro ponto abordado pelo **Capítulo 1**, onde farei uma breve passagem histórica da produção no estado, partindo do final do século XIX, quando se têm os arrendamentos dos ervais do sul a Thomaz Laranjeira, seguindo os passos da Companhia Mate Laranjeira, sucessora de seu empreendimento individual, até a década de 1930, quando novas políticas vão sendo colocadas em prática e mudanças vão sendo notadas na produção ervateira.

A partir daí procurarei focar especialmente no entendimento sobre o movimento de migração propagado pela *Marcha para Oeste*, iniciada na década de 1940, que, além de suas ações na ocupação de espaços “vazios” e nacionalização das fronteiras brasileiras, é entendida em sua importante dimensão econômica, como parte do fenômeno das *frentes pioneiras*, um “movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado” (MARTINS, 1975, p. 43-45). É nesse movimento que surge a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o outro tema central desse meu primeiro capítulo.

Dando uma pausa para uma contextualização em nível nacional (e porque não, também, internacional), no **Capítulo 2** atentarei, sobretudo, para as ações do Instituto Nacional do Mate (INM), principal órgão representativo dos produtores ervateiros brasileiros no período. Nesse sentido, tentarei mostrar o importante papel dessa autarquia na manutenção

das relações entre produtores brasileiros e importadores argentinos, através de resoluções próprias e participações em tratados internacionais, sobretudo a partir da década de 1950, importante década de transformações na economia ervateira, mostrando também os resultados disso na década de 1960, período em que se tem o fim das exportações de erva-mate para Argentina.

Uma ressalva em relação a esse capítulo é quanto à documentação utilizada: os relatórios e atas do INM. Embora tenha procurado me pautar em outras fontes, a vasta coleção de documentos do Instituto se sobressai, o que não acredito que tenha desmerecido a análise e nem mostre que tenha tomado partido do mesmo. Acredito que seja o contrário, pois, sempre que possível, procuro criticar tal documentação através de outras fontes, ou, quando isso não seja possível, pelo menos problematizar as informações disponíveis.

O **Capítulo 3** vem dar sequência ao anterior, no sentido de completar a contextualização da produção e exportação de erva-mate, agora especificamente do estado de Mato Grosso, o que incluirá uma análise sobre a ação do INM diretamente no estado, através de sua Delegacia Regional sediada em Ponta Porã. Sem querer adiantar muito, verão os leitores como ações individuais e coletivas foram moldando a produção no estado, com uma importante presença das cooperativas de produtores de erva-mate da região de Dourados e da Mista da Colônia, além da ação crescente da Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA); já passando a incluir aí os novos ervateiros, que vão surgindo entre os colonos da CAND. Veremos que este capítulo fecha muitas das ideias apresentadas nos dois anteriores e prepara o caminho para o capítulo seguinte.

Assim, temos então o 4º e último **capítulo**. Neste ponto atentei para as relações travadas entre as frentes pioneiras e o mundo ervateiro, o que inclui uma análise dos aspectos sociais, das divisões, das hierarquias e as relações de trabalho. É aqui que serão mostrados alguns personagens importantes que me ajudaram a dar vida e voz aos “colonos ervateiros”, os produtores e a produção de erva-mate no interior da CAND, que inclui também comerciantes, intermediários e exportadores.

Algumas outras observações

Dado esse contexto, a proposta da presente pesquisa surgiu da observação de que, até o momento, com relação a essa porção sul do antigo Mato Grosso, a *economia ervateira*,

por um lado, e as *frentes pioneiras*, por outro, vinham sendo estudadas separadamente – o que se pode compreender tendo em vista o fato de que elas constituem, de certo modo, *dois mundos*, nitidamente distintos. Nesta dissertação, entretanto, postulei a existência de pontos de contato entre esses dois mundos, os quais conviveram por um bom tempo no mesmo espaço. Assim sendo, esta pesquisa teve, como objetivo principal, identificar, descrever e analisar os contatos existentes entre as frentes pioneiras e o mundo ervateiro.

Entendo ainda que a análise proposta seja original, com abordagens novas sobre o tema da produção de erva-mate e das frentes pioneiras, com a busca do estudo conjunto dos dois fenômenos históricos regionais. Credo ainda haver muito trabalho por fazer, busquei responder muitas questões que já estavam postas e outras tantas que surgiram ao longo da pesquisa.

Por fim, o resultado é o que verá logo a seguir.

CAPÍTULO 1

O MUNDO ERVATEIRO, A CAND E OS COLONOS

Desejo com este primeiro capítulo mostrar brevemente como se deu o início da produção ervateira em Mato Grosso, logo após o término da Guerra com o Paraguai, destacando-se Thomaz Laranjeira, a Companhia Mate Laranjeira e seus arrendamentos de terra no extremo sul do então Mato Grosso. Em uma segunda parte desejo mostrar, principalmente através de bibliografia, como se constituiu a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), inserida no contexto da chamada *Marcha para Oeste*, preparando assim espaço para a análise das relações entre as *frentes pioneiras* e o *mundo ervateiro* no estado, assunto central do último capítulo.

1.1 Contextualização da produção ervateira no sul de MT

O “ciclo da erva-mate” no antigo sul de Mato Grosso tem início na década de 80 do século XIX, pelo menos oficialmente, quando o empresário Thomaz Laranjeira obteve, em fins de 1882, uma concessão de exploração, no sistema de arrendamento, de uma extensa área de terras devolutas situadas na faixa de fronteira com a República do Paraguai, isto é, a região onde mais tarde surgiria a povoação de Ponta Porã (CORRÊA FILHO, 1925, p. 14-16).

Desde então Thomaz Laranjeira começou a exportar erva-mate cancheada¹ (semipreparada) para a Argentina, que era o principal mercado consumidor do produto brasileiro (PRUDÊNCIO, 2004, p. 7). No início da década de 1890, a área arrendada por ele era imensa, chegando a cerca de 5 milhões de hectares, abrangendo todo o extremo sul do antigo estado de Mato Grosso (ARRUDA, 1986, p. 18), somando praticamente “todos os ervais do Estado, compreendidos entre o [rio] Ivinhema, o [rio] Paraná, a lindeira paraguaia e o alto [da serra] de Maracaju, dilatados por 2 graus de latitude e dois de longitude, em área de 1.600 léguas quadradas, aproximadamente” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 30). Nessa área, a Companhia

¹ O **cancheamento** era um primeiro processo de produção, realizado ainda nos ranchos ervateiros, antes de serem ensacados e levados para o mercado de destino ou local de uma melhor industrialização (ou beneficiamento).

Mate Laranjeira, sucessora do empreendimento individual de Thomaz Laranjeira, utilizando milhares de trabalhadores, majoritariamente imigrantes paraguaios, mantidos em condições de trabalho subumanas, realizou grandes investimentos e adquiriu grande poder e prestígio, chegando a ser o maior contribuinte da Fazenda Estadual no início do século XX. Seu faturamento era muito superior ao próprio orçamento do Estado (PRUDÊNCIO, 2004, p. 10). Por esse motivo, com relação à economia ervateira desenvolvida no sul do antigo Mato Grosso, costuma ser realçada a presença e as atividades dessa grande empresa. Tal poder é mencionado por Joe Foweraker quando ele afirma que “o único Estado dentro de um Estado era a própria Companhia, economicamente mais poderosa que o estado hospedeiro de Mato Grosso” (1982, p. 134).

Para se ter uma ideia de suas façanhas, a empresa teria criado uma regularidade de circulação nos ervais entre o planalto do Amambai e o porto Murтинho. Fazia a manutenção das estradas que se alongavam por mais de 300 quilômetros e construiu uma pequena estrada de ferro de 22 quilômetros entre a localidade de São Roque e o Porto Murтинho – neste último teria “doado” 3.600 hectares de terra para a criação do município homônimo (FIGUEIREDO, 1967, p. 268). Posteriormente, já na década de 1930, transferiu sua administração para Campanário, uma “cidade particular” com diversas modernas instalações, que iam desde hotel e cinema a aeroporto. Por essa época também passaria a exportar via Guaíra, localidade em território paranaense que se transformaria em município², onde construiu uma nova estrada de ferro ligando-a a Porto Mendes, com 60 quilômetros de extensão (*idem*, p. 268; também CORREA FILHO, 1957, p. 71).

Em meio à vida “legalizada” da Companhia no sul de Mato Grosso havia os *changa-ys* (“ladrões de erva”), como a mesma empresa chamava todos aqueles que agiam sem seu consentimento – produtores independentes e mesmo contrabandistas. É interessante identificar nesse contexto a presença dos *quatreros*³ que muitas vezes eram ex-trabalhadores da Companhia Mate, paraguaios, “que se rebelavam contra as condições de trabalho na empresa e formavam bandos, passando a viver no banditismo nas fazendas da região sul de MT” (ARRUDA, 1997, p. 25). Eles foram citados por diversos autores, em especial por Valmir Batista Correa, autor de *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1995), que também diz que o estado se omitia nas suas funções, nas quais as autoridades faziam vistas grossas aos negócios

² Já Campanário não teve o mesmo fim, sendo até hoje propriedade privada.

³ Também conhecidos como *quadrilheiros*.

ilícitos ocorridos na fronteira: assim, aparentemente a região era caracterizada como ‘terra de ninguém’, onde as leis e os códigos de ética assumiam conotações diversas de acordo com a situação ou, em alguns momentos, praticamente inexistiam (p. 61). Muitas vezes (mas nem sempre, claro), as relações entre trabalhadores e patrões, fora dos domínios da Companhia Mate, eram constituídas e pagas com favores e obrigações pessoais, sendo este o caso das intrigas entre fazendeiros e coronéis da região (CORREA, 1995, p. 57).

Temos aí evidenciada a questão do contrabando de erva-mate, muitas vezes por esses *quatreros*, *changa-ys*, ou mesmo particulares que produziam erva-mate independentemente da Companhia. Mas, convém ressaltar que na visão da Companhia tudo o que não passava por suas mãos constituía *contrabando* e, por esse motivo, era combatido, sendo essas pessoas muitas vezes perseguidas e mortas. Quando não eram perseguidos, poderia ainda acontecer de não terem como vender sua produção.

Entretanto, convém observar ainda que Thomaz Laranjeira, “apesar de ser o primeiro concessionário legal, não era o único a explorar os ervais na região. O próprio decreto de 1882 estabelecia o direito dos moradores que viviam da exploração da erva na área da concessão” (ARRUDA, 1997, p. 31). É certo que, tendo conseguido legalizar sua atividade, graças a suas estreitas relações com o poder público, Laranjeira conseguia “afastar os concorrentes, uma vez que não possuíam a ‘lei ao seu lado’. Sob qualquer ameaça, o concessionário legal poderia solicitar a proteção do Estado” (*idem*, p. 31-32).

Uma observação é válida ainda no sentido de entender que nesse extremo sul de Mato Grosso, a partir de 1870, isto é, após o final da Guerra com o Paraguai, configurou-se um complexo universo econômico, envolvendo muitos outros atores, além da Companhia Mate, sendo que “[...] a realidade socioeconômica dessa região foi extremamente complexa, e não pode, de modo algum, ser reduzida à presença, ainda que predominante, da referida empresa” (QUEIROZ, 2008, p. 43).

Nesse sentido, há uma discussão na historiografia regional com relação à importância que tiveram os *posseiros* na economia ervateira da região. Obras recentes têm indicado que não foi desprezível o papel dos produtores de erva-mate independentes da Companhia, especialmente após a *Lei estadual 725*, de setembro de 1915, pela qual esses migrantes, ou posseiros, tiveram garantido seu direito de preferência de compra das terras que

já ocupassem há pelo menos dois anos. Laércio de Jesus assinala que a importância dos produtores independentes aumentou na década de 1930, já no contexto das novas políticas desenvolvidas na região pelo governo Vargas, como veremos adiante, os constantes impasses relacionados à concessão ou não das terras à Companhia Mate Laranjeira e as novas ideias governamentais de nacionalização da fronteira e conquista do sertão (JESUS, 2004, p. 66 ss.; também QUEIROZ, 2008, p. 58).

Alcir Lenharo, comentando o confronto travado entre o governo de Getúlio Vargas e a Companhia Mate, menciona as condições de trabalho “escorchantes” impostas aos empregados da mesma, e nota que, para o Governo Federal, a presença dessa Companhia era como um “muro”, que impedia a entrada de migrantes e, portanto, “dificultava a colonização dessa parte do estado” (LENHARO, 1986, p. 49-50).

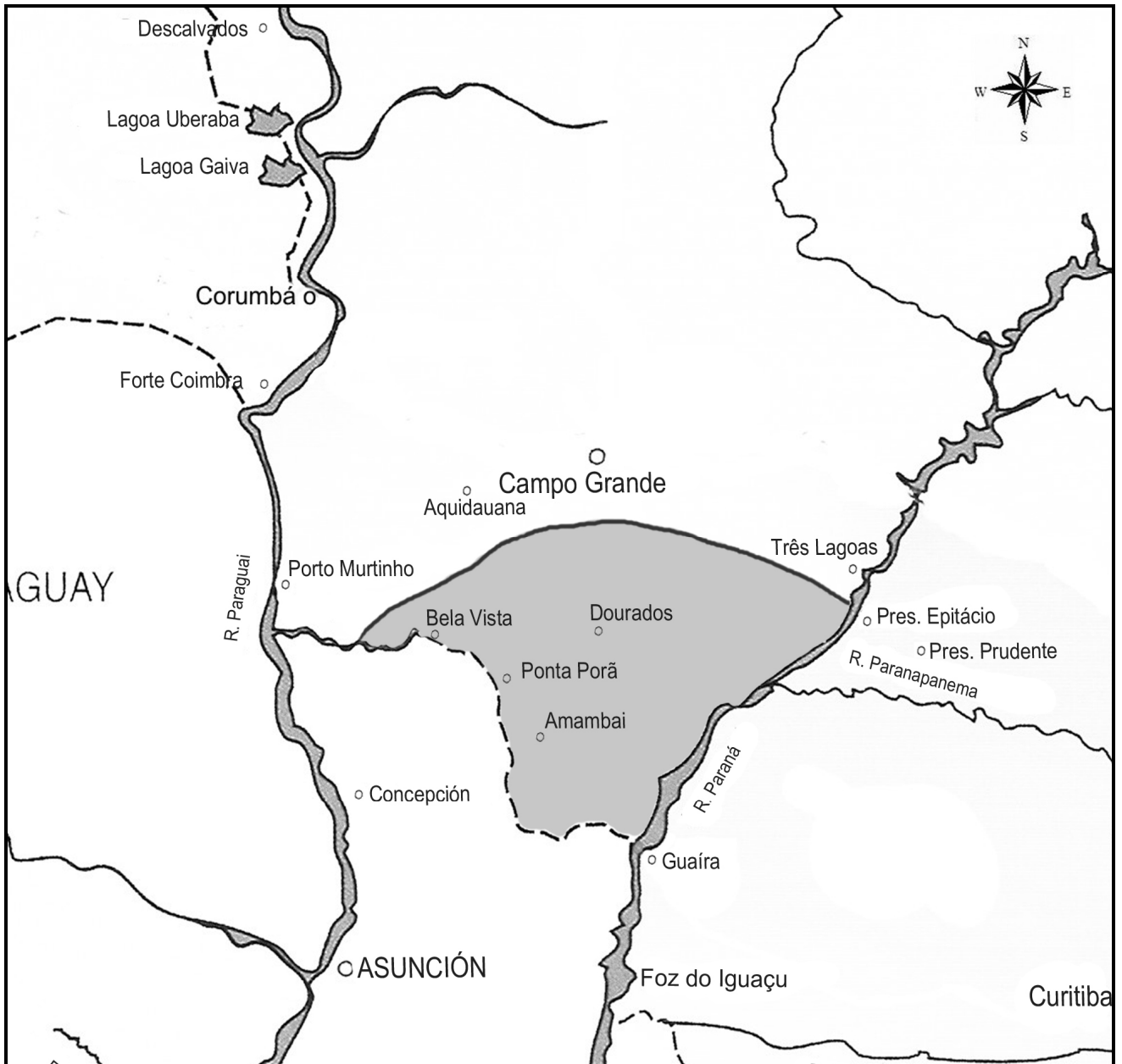
Nesse momento de impasses e discussões, a Companhia teria aceitado a vinda de trabalhadores paulistas e cariocas, desempregados que viviam nas periferias desses grandes centros. Eles viriam para trabalhar para a empresa e para que a mesma pudesse satisfazer às normas da *Lei de Nacionalização da Mão-de-Obra*, também conhecida como *Lei dos 2/3*, que visava à nacionalização da mão de obra na produção de erva-mate na fronteira (ARRUDA, 1997, p. 19). Mas como se percebeu, esses trabalhadores não se adaptaram, recusando se enquadrar no ritmo de trabalho imposto, o que causou problemas à empresa.

Como relata ainda Arruda, citando o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, “na maioria, os homens que o Ministério enviou não estavam habituados [...] à disciplina dominante nas grandes organizações industriais [...] eles não se sentiram bem” (*Jornal do Commercio*, RJ, 10/jan/1932, *apud* ARRUDA, 1997, p. 20). Gilmar Arruda diz que essa não adaptação se deu “apesar de não terem sido levados para trabalharem diretamente com a produção de erva-mate”, levantando este autor duas explicações: em primeiro lugar as “reais condições a que estavam submetidos os trabalhadores paraguaios”, o grau de exploração que se fazia deles, e em segundo “a maneira encontrada pela empresa Mate para continuar recrutando mão-de-obra de origem paraguaia” (*idem*, p. 20).

O que se sabe é que mesmo os trabalhadores paraguaios não aceitavam sempre pacificamente a situação de trabalho a que eram submetidos, lutando constantemente contra a “lei seca” da Companhia Mate (proibição de bebidas e armas de fogo) e pela preservação de sua cultura e de um modo de vida peculiares (GUILLEN, 1991, p. 21). Essa mesma cultura

paraguaia contribuiu grandemente para moldar a fisionomia da região, que depois receberia os novos colonos da *Marcha para Oeste*.

Mapa 1 – Áreas de ocorrência de ervais nativos no antigo sul de Mato Grosso



Fontes: adaptado de “Los rios nos une”. Bogotá: CAF, 1998; tendo como base também alguns mapas de Figueiredo (1967, p. 43a, 231a e 258a).

1.2 Os fluxos migratórios, as *frentes pioneiras* e a CAND

1.2.1 Os migrantes antes da década de 1930

Desde o final do século XIX a região sul do antigo Mato Grosso viu um aumento considerável no fluxo de migrantes, sobretudo gaúchos, o que se intensificou e se transformou muito durante o governo Vargas e governos posteriores. Diversos desses migrantes ocuparam áreas ervateiras, sendo que alguns deles disputariam território com a Companhia Mate Laranjeira.

Nesse sentido, Queiroz, parafraseando Wilcox (1993), nos diz ainda que foi significativo o fluxo migratório para o sul do estado logo após a Guerra do Paraguai, sendo que nem todos se tornariam empregados da Companhia (QUEIROZ, 2008, p. 44). Além disso,

continuaram a chegar numerosos migrantes brasileiros, vindos das províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, Paraná) e também do Rio Grande do Sul (sendo que essa migração de gaúchos, como se sabe, teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista). Tais migrantes dedicavam-se, como seus antecessores, à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, na região ervateira, não se furtavam também à elaboração de erva-mate, tanto para consumo próprio como para comércio (QUEIROZ, 2008, p. 44).

Para além da disputa de espaço e controle da produção ervateira, a história de alguns desses migrantes acabou mesmo se mesclando com a da Companhia Mate Laranjeira. É o que conta, por exemplo, o senhor Ricardo Dauzacker a respeito de um dos tios de sua avó, Modesto Dauzacker, que “foi administrador da Fazenda Campanário” e um dos primeiros prefeitos de Ponta Porã (Entrevistado na Vila São Pedro, município de Dourados, em junho de 2008). Aliás, sendo o assunto migração para o sul de Mato Grosso e em alguns casos a produção de erva-mate, um exemplo importante é o da família Dauzacker. O senhor Astúrio Dauzacker, primo de Ricardo, disse que em 1905 teria vindo do Rio Grande do Sul seu avô, Constâncio Luiz da Silva, ao Guaçu, no atual município de Dourados (Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008). Além disso, o senhor Ricardo e seu irmão Clóvis, são

filhos do senhor Ramão Marques Dauzacker⁴, nascido em Dourados em 1914, a quem recorreremos mais tarde para tratarmos sobre os “colonos ervateiros”.

Além da erva-mate, como visto, uma parte dos numerosos migrantes que vieram para o sul de Mato Grosso até a década de 1930, como disse Queiroz, se dedicaram também à criação de gado e construíram um “universo paralelo” à Companhia Mate, muitos deles, assim como ela, vinculados ao mercado platino, igualmente usuários do rio Paraguai (2008, p. 43).

1.2.2 As políticas de colonização do Estado Novo

Como já visto nos parágrafos anteriores, o extremo sul de Mato Grosso constituía uma extensa região dominada economicamente, sobretudo por uma empresa, a Companhia Mate Laranjeira, habitada por inúmeros povos indígenas, além de contar desde o século XIX com um considerável número de posseiros, especialmente gaúchos.

Segundo Benícia Couto de Oliveira, foi nesse contexto que

o governo Vargas decidiu interferir na região, através de iniciativas colonizadoras, voltadas para a ocupação e o desbravamento dos espaços, que, até então, haviam sido ocupados por empresas extrativas, como, por exemplo, a Mate, pelas empresas de atividade pecuária, pelos indígenas, pela ação militar, entre outros (OLIVEIRA, 1999, p. 128).

Essas iniciativas colonizadoras deram origem à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada pelo *Decreto 5.941*, de 28 de outubro de 1943, no então Território Federal de Ponta Porã. O lugar escolhido para ser a sede da Colônia era conhecido como “Boca da Picada”, onde hoje em Dourados é o *Monumento ao Colono*, considerado o marco zero da CAND, “local por onde passava a entrada principal de acesso da mesma” (MAZZINI; XAVIER, 1993, p. 11-12). Em frente à sede ficava a cooperativa da Colônia, de onde, por estrada, se rumava para a Serraria, “respectivamente as atuais Vila São Pedro e Indápolis” (*Id., Ibid.*). Sabe-se que onde hoje se encontra Indápolis era a serraria da Colônia (até hoje ainda lembrada por ex-colonos como “Serraria”), que em 1955 contaria com 24

⁴ Sobre o senhor Ramão Dauzacker, veremos mais no **Capítulo 4**, sendo ele e seus filhos pessoas-chaves dessa dissertação.

trabalhadores. Ao longo dos anos a Administração da CAND dispôs de um consultório onde fornecia atendimento médico aos colonos, embora parcamente, como afirmou Naglis (2007); manteve algumas escolas, com um número considerável de alunos, inclusive com aulas noturnas; forneceu sementes e adubos, pelo menos até meados da década de 1950⁵; contou com um serviço de segurança, que em 1955 era composto por pelo menos 44 pessoas, encontrando-se em seu quadro o senhor Ramão Dausacker.

Ao contrário do planejado, a implantação e “efetivação” da CAND demorou mais do que esperavam as autoridades. Para termos uma noção, após sua criação em 1943 e efetiva implantação a partir de 1944, apenas em 1945 começam a aparecer os primeiros resultados dos loteamentos. Prova disso encontramos em um *Ofício 3*, sem ano (provavelmente de 1945), enviado pelo Administrador Jorge Aguirre ao Major Severo Coelho de Souza, Chefe do Estabelecimento de Subsistência Militar da 9ª Região Militar, em Campo Grande, onde consta que os “trabalhos de fundação [da Colônia] tiveram início no segundo semestre de 1944”, dizendo ainda que seria este um ano “insuficiente para exportação” e que às cooperativas dos colonos “a serem organizadas” na Colônia “caberá negociar a produção dos mesmos” (*Ofício 3*, do Administrador da CAND ao Chefe do Estabelecimento de Subsistência Militar da 9ª Região Militar, em Campo Grande, sem data)⁶.

No ano de 1945 houve 74 requerimentos de lotes e apenas 32 entregues. Esse número começa a aumentar nos anos seguintes, quando constam 575 lotes requeridos e 125 entregues em 1946, recuando a 240 requeridos e 289 entregues em 1947⁷. Com uma soma simples dos três anos mencionados temos 889 lotes requeridos e 446 entregues, ou seja, pouquíssimo mais que a metade. O número total de casas construídas por ou com ajuda da administração, até 1947, era de apenas 139, se bem que apenas 17 construídas com recursos exclusivos da Administração, sendo o restante com “alguma ajuda” da mesma. Para 1948

⁵ Ao longo da dissertação verão que ocorreram modificações no alcance de serviços com o passar dos anos da colonização da CAND.

⁶ A maioria dos documentos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados citados nesta dissertação estão disponíveis no Acervo “CAND” do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), sendo que em caso de origem diferente farei menção ao respectivo arquivo. Nesse caso do APEMS, a organização das caixas de documentos relacionados com a Colônia, começou a ser reestruturada no início de 2011, sendo, também, que em breve a documentação deverá estar disponível para consulta online no site do Arquivo. Por esse motivo não menciono nesta dissertação as caixas e compartimentos em que estão alocados os documentos usados.

⁷ Neste mesmo ano o número maior de lotes entregues é devido aos requerimentos dos anos anteriores.

apenas 120 lotes estavam “prontos”⁸ para entrega (*Ofício s/n “Demonstrativo”, da Administração da CAND ao Chefe da Seção de Colonização do DTC, jan/1947*).

Vale dizer que, segundo a *Lei Estadual 87*, de 20 de julho de 1948, os trabalhos de divisão, medição e demarcação ficaram sob a responsabilidade da Divisão de Terras e Colonização (DTC), do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura (principal órgão de controle da CAND), com a assistência de um técnico designado pelo governo do estado, com prazo estabelecido de 2 anos, o que como se viu não ter sido exatamente o caso.

Segundo Suzana Naglis

Devido à morosidade da entrega de lotes e mesmo à falta de rigor da Administração da CAND, foi comum o fato de colonos viverem em terras da Colônia sem terem um lote demarcado oficialmente. A maioria das famílias chegava primeiramente na sede da Cooperativa da Colônia, atual Vila São Pedro, onde se fazia o pedido formal do lote à Administração (2007, p. 60).

Na administração de Jorge Coutinho Aguirre, sobretudo, morar de “modo provisório” teria certo respaldo legal. Naglis nos apresenta uma correspondência de 1952, onde o mesmo Jorge Aguirre fez uma recomendação a uma família interessada em conseguir lotes para que procurasse as outras colônias federais existentes (como a de Goiás, por exemplo, que era a mais próxima): “A CAN de Dourados, no momento, não está em condições de receber colonos. No modelo em anexo encontrareis o endereço das Colônias que atualmente podem receber candidatos a lotes” (Correspondência de Jorge Coutinho Aguirre, Administrador da CAND, a Miguel Antonio Gomes, 20/jun/1952)⁹.

Preocupado com o aumento demográfico da CAND, outro administrador, Clodomiro de Albuquerque, enviou um ofício ao diretor do Departamento de Terras e Colonização (DTC), antecessor do INIC, em 11 de dezembro de 1953, cujo assunto era o “aumento de verba”, fazendo uma lista de gastos à que era destinada a dotação devida à CAND de Cr\$ 6.000.000,00. Entre os gastos estavam: pessoal, Cr\$ 1.440.000,00; conservação e construção de estradas, 1.300.000,00; peças e acessórios para máquinas, tratores, etc., Cr\$ 100.000,00; material elétrico e de construção, Cr\$ 300.000,00; passagens e fretes, Cr\$

⁸ Acredito que “pronto” quisesse dizer “demarcado”.

⁹ Citada em NAGLIS, 2007, p. 62.

150.000,00; além de material agrícola, sementes, mudas e inseticidas, no valor de Cr\$ 140.000,00. Segundo esse Administrador a verba era pouca frente à demanda de auxílios e serviços solicitados pelos colonos e a infraestrutura da Colônia, tendo em vista “as cifras dos seus saldos que mínguam e desaparecem muito antes dos fins de ano”. Ele reclamava ainda: da existência de um hospital maltratado, “onde se acotovelam 80 a 100 doentes diariamente”; dos preços para manutenção de 250 quilômetros de estradas, sendo “precisos mais 500 quilômetros”; do sistema educacional, que contava com “25 professores que ensinam em escolas *quase que medievais* a 1.405 alunos”, dizendo ser necessário, pelo menos, mais 50 professores para atender as cerca de 5.000 crianças em idade escolar; por fim, reclamava dos equipamentos, pequenos acessórios e de peças necessárias para “tratores que permanecem encalhados na oficina” à espera de suprimentos para que possam funcionar, além de pregos, dobradiças, rolos de arame, que “são fornecidos aos colonos, depois de consultado o parco estoque” (*Ofício 352*, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do Departamento de Terras e Colonização (DTC), 11/dez/1953, grifos meus).

No mesmo ofício, Clodomiro de Albuquerque dizia também que a área loteada da CAND, até dezembro de 1953, era de 66 mil hectares, abrangendo 2.200 lotes, com uma população de 14.000 almas, sem contar os agregados, e cerca de 20.000 imigrantes instalados irregularmente, com 250 quilômetros de estradas (*Idem*).

Em relação às ações dos Administradores dos primeiros anos, consta da documentação da CAND um *Plano de Trabalhos a serem executados na Colônia Agrícola Nacional “Dourados” no exercício 1948*, feito para o mandato de Jorge Coutinho Aguirre. Entre as metas constavam: estudo e construção de estradas, além de ampliações nas já existentes, a fim de facilitar o escoamento da produção dos colonos; demarcação de 500 lotes urbanos de 30 hectares, com preço médio de Cr\$ 600,00 por unidade; levantamento perimétrico da Colônia pelo processo fotogramétrico; construção de 3 bueiros no rio Brilhante e outros estudos para construção de bueiros em pontilhões; plantio de 100 pés de café pelo regime de sombreamento natural em lotes e no caso experimental; plantio de 100 ha de trigo em terras de campo (*Plano de Trabalhos a serem executados na Colônia Agrícola Nacional “Dourados” no exercício 1948*, feito pela Administração da CAND no mandato de Jorge Coutinho Aguirre).

Uma lista encontrada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), sem data, mas também da Administração de Jorge Coutinho Aguirre, descreve novas construções, tais como: galpões para serraria, carpintaria, oficina mecânica e para guardar máquinas; edifício de alvenaria para o Almoxarifado da cidade; escola provisória e fixa; escritório; farmácia; consultórios médico, de dentista e enfermagem de emergência; armazém de gêneros alimentícios; paiol e depósito de milho; olaria e secadora; residências para trabalhadores e funcionários; residência de táboa e cavaco, táboa e telhas, ranchos de sapé e barro, casas de taipa (*Plano de Trabalho*, s.d., feito pela Administração no mandato de Jorge Coutinho Aguirre).

As ideologias e fatos motivadores da CAND

As novas políticas do governo federal, incluindo a CAND, constituíram, em seu conjunto, a chamada *Marcha para Oeste*, lançada por Vargas já em 1938, no início do Estado Novo. Nesse âmbito, destacou-se o que os ideólogos da mesma consideraram um esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras sul-mato-grossenses, especialmente com o Paraguai, entendendo-a como a política de ocupação dos espaços considerados, embora erroneamente, “vazios” (cf. LENHARO, 1986). As preocupações dos dirigentes brasileiros ligavam-se à “grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Embora se insira num contexto de preocupações eminentemente políticas do Governo Federal, o movimento de migração propagado pela *Marcha para Oeste* tem também uma importante dimensão econômica, pois faz parte do fenômeno conhecido como *frentes pioneiras*, o qual, segundo José de Souza Martins, “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, situação que se diferencia essencialmente das chamadas *frentes de expansão*, que dentre outras características possuem a de ser um movimento onde se evidencia primordialmente a expansão territorial, não carregando necessariamente consigo os elementos produtivos, no sentido capitalista (MARTINS, 1975, p. 43-45).

No caso, essas *frentes pioneiras* estão diretamente relacionadas ao rápido desenvolvimento industrial que então se verificava na região sudeste do Brasil, com destaque para a cidade de São Paulo: ao induzir a urbanização, essa industrialização provocou um aumento da demanda por alimentos e, por consequência, estimulou a expansão da agricultura comercial; esta, por sua vez, ampliou a renda disponível no meio rural, ampliando, portanto, o mercado consumidor de produtos industrializados – fechando-se, assim, um “círculo virtuoso”. Desse modo, os estímulos do pólo industrial do sudeste, sob a forma da demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas, se fizeram sentir sobre uma vasta área em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – abrangendo inclusive a parte sul do antigo Mato Grosso (QUEIROZ, 2008, p. 57-60). Assim sendo, esse “circulo virtuoso” mostra ainda a complexidade da ação humana na *fronteira*, que não exclui o tempo da *frente de expansão*, com as formas de trabalho que nela predominavam – pautadas pelos regimes de servidão e escravidão por dívida, podendo por essa época a *fronteira* ser imaginada, como sugere José de Souza Martins, inserida na “acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital” (2009, p. 78).

Além da CAND, surgiram em Mato Grosso, ao longo dos anos 1940, 1950 e início dos 1960, várias outras colônias agrícolas, por iniciativa do Estado, de municípios ou particulares, continuando, portanto, a vinda de migrantes paulistas e nordestinos (GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 95, 97), além de outros originários de diversas partes do Brasil e do mundo, como, por exemplo, as colônias japonesas Matsubara e Kyoei, surgidas na década de 1950 no interior da CAND (INAGAKI, 2002, p. 102 e 112). Segundo Suzana Naglis, parafraseando Lisandra Lamoso (1994), a colonização particular teria superado a oficial, sendo que “[...] no período compreendido entre 1943 e 1964 foram efetivamente implantadas em Mato Grosso, trinta e duas colônias agrícolas, sendo treze oficiais e dezessete promovidas por Companhias particulares” (LAMOSO, 1994, *apud* NAGLIS, 2007, p. 32).

Segundo consta na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, feita pelo IBGE em 1958 falando sobre a região e sua relação com a CAND:

Com a criação [...] da Colônia Agrícola de Dourados, e a conseqüente melhoria dos meios de transporte com a construção – ainda que precária – de estradas de rodagem, deu-se a “corrida” de

imigrantes, fenômeno que viria a alterar profundamente a fisionomia daquele aglomerado humano (IBGE, 1958, p. 185).

Nesse sentido, fazendo uma análise sobre a colonização do Oeste brasileiro no século XX, Isabel Guillen (1991), por sua vez, vai mostrar como se fazia uso de ideologias que a ligavam aos bandeirantes de outrora e à nova forma de exploração do território. Diz ela que, do ponto de vista desses ideólogos do Estado Novo, a *Marcha* “é entendida como uma empreitada delineada pelos bandeirantes e que tem seus seguidores, [...] deslocando a ação para um tempo linear e progressivo” (GUILLEN, 1991, p. 29). Perpassando o imaginário, a autora vai dizer que essa questão é mais nitidamente posta durante o Estado Novo e o governo de Getúlio Vargas (*Id. Ibid*), ficando claro que se pretende evocar o “bandeirante” como um mito de progresso e expansão do território; uma entidade “do bem”, que deve ser seguida.

Para Oliveira (1999), esse movimento de colonização na era Vargas “vinculava-se ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo” para ocupar “os espaços geográficos *despovoados* e *semipovoados* com terras férteis em abundância; e trabalhadores sem terra que sonhavam em ocupar um espaço de chão, desempregados nas cidades e vítimas da seca do Nordeste” (p. 134; grifos meus). Mas, nem só de “ociosos” se compunham as levadas migratórias da região sul de Mato Grosso, havendo diversas pessoas que tinham posses no Nordeste, ou mesmo em outros estados, e que vieram, juntamente também com mineiros, paulistas e japoneses que fizeram com que se elevasse, em duas décadas, a população da região de Dourados de 13.164 habitantes para 68.487, desde a criação da CAND (*id., ibid.*).

Também apontando o caráter mítico atribuído à migração, Suzana Naglis fala sobre o uso da propaganda, especialmente através do rádio, que ia ao encontro da situação de pobreza dos colonos, principalmente os que migraram do Nordeste, calcando-se “na expectativa de uma vida melhor”. Apresenta esta autora ainda outra possibilidade: a propaganda “boca a boca”, por parentes e amigos que já haviam migrado (p. 51-52). Para fiar essa afirmativa ela transcreve um trecho de Joe Foweraker, onde este mostra que “em geral, continua sendo verdadeiro que nenhuma iniciativa política do Estado tem sido necessária para encorajar a maioria dos migrantes a mudar-se e estabelecer-se nas fronteiras” (1982, *apud* NAGLIS, 2007, p. 52). Assim, ela continua se perguntando sobre o que mais teria motivado a migração, desta vez do lado dos colonos, sugerindo possíveis respostas, que se somam ou confirmam as que já foram apresentadas anteriormente: a falta de terras causada pela

formação de latifúndios; a má condição de vida; ausência de trabalho; a diminuição da eficácia do solo; além dos desastres naturais, especialmente as constantes secas nordestinas (NAGLIS, 2007, p. 52).

Além disso, em grande parte como resultado dos fatores apontados, havia os movimentos messiânicos – assunto discutido, por exemplo, por José de Souza Martins (2009). Segundo Foweraker, quando os colonos recebiam notícia das terras, “[...] ‘terra comum’, da ‘terra livre’ ou da ‘terra da nação’ que podem tomar para si mesmos, avançam na esperança de conseguirem terra” (1982, p. 42 *apud* NAGLIS, p. 50).

Já especificamente sobre a implantação da CAND, Suzana Naglis, com base em alguns documentos da Colônia, como um abaixo assinado de 1941, que contou 52 assinaturas de pessoas das mais diversas ocupações (que incluíam médicos, militares e barbeiros, entre outros), e uma comissão que teria visitado o presidente Getúlio Vargas quando de sua vinda à Dourados, diz que “é possível afirmar que surgiu uma mobilização dos munícipes de Dourados e região a favor da criação da CAND, o que é uma evidência de que Getúlio Vargas não foi o único responsável por sua criação”, tendo em vista que “o processo de instalação da CAND também atendeu aos interesses das elites locais, que a viam como início de progresso para a região” (NAGLIS, 2007, p. 36).

Nesse sentido, entendo que não devemos menosprezar as ações em âmbito regional, que faziam parte de um movimento maior, que já incluía do início do século XX a famosa “Questão do mate”, por parte de alguns políticos do estado de Mato Grosso, que além de buscar resolver o problema do virtual monopólio da produção ervateira da Companhia Mate Laranjeira no estado, desejava também a divisão das imensas faixas de terras arrendadas por ela em lotes menores. Já eram essas ações uma afronta diretamente tanto à empresa Mate Laranjeira como às velhas oligarquias regionais a ela ligadas (ARRUDA, 1997, p. 23). Um exemplo de que, mesmo antes da CAND, já havia ideias oficiais no sentido da divisão dessas terras é o *Decreto-lei 616*, de 20 de janeiro de 1923, do presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino Correa da Costa, onde “ficava reservado, no município de Ponta Porã, entre os rios Brilhante e Panambi, desde a sua confluência, a área de 50.000 ha, demarcada e subdividida em lotes coloniais” (*cf.* MAZZINI, XAVIER, 1993). No entanto, essa, assim como outras ideias parecidas, foi legada ao esquecimento, por vezes por motivações políticas ou envolvimento com a própria Companhia Mate Laranjeira.

Por esses e outros motivos, a ideia de dividir o grande território dominado pela Companhia não era, por si só, uma novidade do governo Vargas, mas ganhou com ele peso e apoio, sendo inserido na campanha *Marcha para Oeste*, na forma da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (NAGLIS, 2007, p. 34).

O Território Federal de Ponta Porã

No contexto de criação da CAND devemos dizer algo sobre o Território Federal de Ponta Porã. Sobre ele temos um fato no mínimo curioso: o estado de Mato Grosso, na época da formação da CAND, se encontrava sob intervenção federal; ainda assim o interventor, Júlio Müller (irmão do Senador Filinto Müller, aliado do presidente Getúlio Vargas), se opôs à cessão das terras que seriam necessárias para a implantação do projeto formulado pelo próprio Vargas, preferindo “criar a Colônia Agrícola de Poxoréu [Norte de Mato Grosso], que não deu certo” (ARAKAKI, 2003, p. 30). Desse modo, pode-se interpretar essa negativa como o resultado de um possível apoio do governo estadual aos arrendamentos das terras do sul de Mato Grosso à Companhia Mate Laranjeira e uma resistência aos movimentos que tentavam pôr em jogo seus planos.

Agindo diretamente na região por meio do Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943, o Governo Federal quebraria os impedimentos para a efetiva instalação da CAND. Daí sua importância no âmbito dos planos de Getúlio Vargas. Segundo Suzana Arakaki (2003), a criação do Território havia proporcionado aos habitantes da região um ambiente de esperança e otimismo que se espalhou por toda a área. Essa autora mostra a “aflição” e “angústia” que viviam essas pessoas pela falta de recursos com que pudessem levar adiante os trabalhos de “desbravamento” da “inóspita” região sul de Mato Grosso, sendo que o motivo principal das dificuldades eram os arrendamentos feitos pelo estado à Companhia Mate Laranjeira (ARAKAKI, 2003, p. 22).

O lado negativo da questão é que, quando o Território foi extinto em 1946, apesar de ter sido criada a CAND no papel, na prática os trabalhos de demarcação haviam avançado pouco e coube ao agora governo estadual reservar a área para a Colônia.

Legalmente isto ocorreu por meio da Lei 87, sancionada em julho de 1948, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que estabelecia de modo claro e preciso os limites geográficos da Colônia, visto que o Decreto 5.941 não delimitou a localização da futura Colônia Agrícola em terras pertencentes ao Mato Grosso (NAGLIS, 2007, p. 38).

Por fim, outros autores assinalam que a extinção do Território, em 1946, foi recebida pelo povo com “enorme sentimento de pesar” (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 35).

1.2.3 A ocupação da “Segunda Zona” da CAND

Sabemos que a região da CAND, quando do início da distribuição dos seus lotes, teve um crescimento populacional incrível, superando as expectativas e saindo mesmo fora do controle de sua Administração. No início da abertura das matas, limpeza e ocupação dos lotes, as dificuldades eram imensas, mas no início houve algum tipo de amparo por parte da administração. As propagandas eram abundantes e salientavam as vantagens da migração nordestina e de outras regiões para o oeste brasileiro, por outro lado, nem tudo eram flores para os colonos. Se houve um melhor controle sobre a alocação dos colonos num primeiro momento, no que veio a ser conhecido como Primeira Zona, na segunda metade da década de 1950 a situação já fugiu do controle, nascendo então a Segunda Zona, “além do rio Dourados” (NAGLIS, 2007, p. 64), com uma ocupação populacional não-indígena desorganizada e, em grande medida, sem amparo da Administração da Colônia (*Idem*, p. 67).

Em relação à ocupação da Segunda Zona, que muitos chamam de “invasão”, Suzana Naglis nos diz que

[...] fiquei surpresa ao perceber que as versões não coincidem, até mesmo quanto aos períodos, e, de quanto seriam os colonos responsáveis por tal feito. É certo que as versões têm em comum o fato de o colono ser o ator principal, que atuou em benefício próprio, contrariando os projetos da Administração (2007, p. 65).

O fato também é que se a Primeira Zona “compreendia uma área territorial menor de 68.000 hectares, com a chegada em massa dos colonos, as terras cultiváveis a serem

demarcadas se tornaram escassas” (*Idem*, p. 64). Escassez de terras e demora na demarcação dos lotes levaram os colonos a agirem por conta própria. Oliveira (1999) nos diz que “[...] quando a primeira área já havia sido loteada e distribuída [os colonos] foram se acomodando numa área próxima, na espera da terra prometida. Tendo em vista a demora na demarcação, eles tomaram a iniciativa de ir abrindo picadas, demarcando, abrindo roças e iniciando a plantação” (OLIVEIRA, 1999, p. 197).

Já em 13 de agosto de 1954, o Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, através do *Ofício 734*, diz que a Segunda Zona representava 73% de toda área da Colônia, que neste momento já estava constituída “em zonas particularmente distintas”, sendo interessante o seu pedido pela emancipação da Primeira Zona, “a fim de que possamos atacar os serviços que se fazem necessários e urgentes na Segunda” (*Ofício 734*, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao presidente do INIC, de 13/ago/1954).

Os trabalhos complementares que a Primeira Zona necessita tais como algumas estradas secundárias e construção de mais escolas, além da manutenção dos atuais encargos de saúde, educação e estradas, poderão ser entregues a outras entidades públicas, melhor indicadas para esse cometimento (*Ofício 352*, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do DTC, 11/dez/1953).

Clodomiro Albuquerque acreditava que esta medida seria favorável aos colonos já estabelecidos na Primeira Zona, pois assim eles se tornariam proprietários efetivos dos lotes, acreditando ainda que eles conseguiriam mais facilmente créditos junto à *Carteira de Crédito Agrícola*, do Banco do Brasil. Sua ideia era concentrar recursos na Segunda Zona, que tinha “seu desenvolvimento retardado, até mesmo no que diz respeito ao loteamento, ponto básico dos nossos planos de trabalho” (*idem*, grifos meus). Em outro ofício, de abril 1955, o mesmo administrador relacionava algumas medidas urgentes a serem tomadas com respeito às terras e aos colonos da Segunda Zona, dentre as quais estava: localizar os colonos nos lotes cortados de acordo com as marcações; orientar o trabalho dos topógrafos; e atualizar o cadastro desses colonos, colocando para isso à disposição os funcionários Edmir de Almeida Fróis e Vicente Ribeiro Campos (*Ofício* do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do DTC, abr/1954).

Além disso, outro problema grave que a Colônia já parecia ter pelo menos desde a década de 1940, era o sanitário, chegando o Administrador Clodomiro de Albuquerque, em

1953, a reclamar da existência de “um hospital maltratado, onde se acotovelam 80 e até 100 doentes diariamente”. Apelando por aumento de verbas, Albuquerque diz ainda que

[...] as administrações ficam paradas, comovidas e impotentes, a dar-lhes razão sem meios de atender-lhes os apelos, sem recursos, olhando as cifras dos seus saldos que mínguam e desaparecem muito antes dos fins de ano (*Ofício 352*, do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do DTC, 11/dez/1953).

Claro que, apesar dessas anunciadas boas intenções de Clodomiro de Albuquerque outros administradores, não podemos acreditar que os administradores da Colônia estivessem isentos de acusações, por vezes fundamentadas. Existiram manifestações contra os administradores da CAND, entre outros motivos, por descontentamento com: a falta de amparo aos colonos; demora na demarcação dos lotes; e doações indevidas de lotes a funcionários. Um caso dessa natureza aconteceu em 1950, quando foi necessária a intervenção da Força Federal: tratava-se de um *abaixo assinado* contra a permanência de Jorge Coutinho Aguirre na Administração da Colônia, a favor da volta de Rafael Lino Soto Maior. Havia um boato de que ocorreria um levante para derrubar a administração e causar depredações na colônia, daí a opção pela vinda da Força Federal e posteriormente o delegado de Campo Grande, Major Benedito de Paula Correa. O assunto rendeu algumas folhas de inquérito¹⁰.

Em relação ao povoamento da região, vale dizer que, na área da colônia, surgiriam os municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí¹¹, Deodápolis, Douradina, Vicentina, distritos, como Nova Esperança, e vilas como São Pedro e Vargas, pertencentes ao atual município de Dourados. O caso de Fátima do Sul é especial, pois se formou inicialmente no lado esquerdo do rio Dourados, denominada à época Vila Brasil, sendo que “posteriormente este povoado foi crescendo e aí sim os colonos teriam invadido a margem direita”, ultrapassando o rio e ocupando a Segunda Zona (NAGLIS, 2007, p. 66).

¹⁰ Para uma descrição detalhada de diversas acusações e respostas de administradores, incluindo o tal Inquérito feito em consequência da ação dos colonos contra o Administrador Jorge Aguirre e a volta de Soto Maior, conferir NAGLIS, 2007.

¹¹ O atual município de Jateí parece suscitar uma dúvida quanto ao fato de ter este uma parte dos seus limites dentro e outra fora do território englobado pela CAND. Essa situação não está muito bem resolvida e não encontrei documentos para suprir essa carência de informações. Por esse motivo, optei por fazer menção a essa localidade como sendo **pertencente à Colônia**, independentemente dessa situação, deixando para uma futura análise a resolução de tal incógnita.

Suzana Naglis, analisando documentos do INCRA, diz que não existe documentação referindo-se à emancipação da Primeira Zona, ao contrário da Segunda Zona, que tem sua emancipação oficialmente em 1959 (NAGLIS, 2007, p. 40). Essa é uma questão complicada, pois tal emancipação ao que parece levou tempo para se efetivar na prática, tendo em vista que alguns depoimentos dão conta da chegada de colonos no fim de década de 1950 e inícios da década seguinte, exemplo do senhor Manuel Valêncio Gomes Filho “Sué”, nascido em Pernambuco, em 1937, que teria migrado para a região de Vila Jateí exatamente em 1959, quando grande parte da Segunda Zona nem havia tido seus lotes demarcados (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). Além disso, quando o Território Federal de Ponta Porã foi extinto em 1946, as terras onde se encontrava a Colônia voltaram ao domínio do estado, que a manteve, segundo Mazzini e Xavier (1993), com o nome de “Núcleo Colonial de Dourados” (NCD). Anos depois elas são então doadas pelo mesmo ao Governo Federal, representado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), subordinado ao Ministério da Agricultura.

Segundo pude perceber dos documentos oficiais do INIC/CAND, continua aparecendo, pelo menos até 1960, “Colônia Agrícola Nacional de Dourados”. Na mesma década de 1960, é que a CAND começa a aparecer com a denominação “Núcleo Colonial de Dourados”, como nos mostra, por exemplo, um ofício sem número de Wicar Góis de Teixeira, Chefe do Departamento de Colonização do INIC, a Tácito Pace, Administrador do Núcleo Colonial de Dourados (NCD), de junho de 1960 (*Ofício s/n*, de Wicar Góis de Teixeira, Chefe do Departamento de Colonização do INIC, a Tácito Pace, Administrador do NCD, jun/1960).

Suzana Naglis nos chama atenção ainda para o fato de a historiografia esquecer que a CAND se insere no contexto de vários mandatos presidenciais e estaduais (NAGLIS, 2007, p. 31). Sendo assim, podemos ver que de 1943 a 1965 o estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, a CAND, passou por sete governadores, sendo alguns deles interventores, como o caso já mencionado de Júlio Muller (1937-1945), nomeado pelo próprio Getúlio Vargas e que, como nós vimos, lhe criaria empecilhos quando da criação da Colônia. Logo após, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, foram nomeados dois interventores que governaram por períodos reduzidos. Depois assumiram a governadoria, na ordem, Arnaldo

Estevão de Figueiredo (1947-1950), Fernando Correa da Costa (1951-1955), João Ponce Arruda (1956-1961) e novamente Fernando Correa da Costa (1961-1966)¹².

Comumente é entendido que a CAND foi “somente um projeto do Estado Novo, uma criação de Getúlio Vargas”, quando na verdade “perpassou por vários governos de diferentes presidentes brasileiros” (NAGLIS, 2007, p. 33). Assim, a Colônia teria sido concebida no *Estado Novo* de Vargas, efetivamente implantada no governo Dutra (1945-1950), continuada por Vargas em seu mandato eletivo (1951-1954). Depois temos Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (este de janeiro a agosto de 1961), seguindo até meados dessa década de 1960, com João Goulart (1961-1965).

Por fim, traçando uma breve trajetória da CAND e dos órgãos que a cercaram, podemos dizer que, já na década de 1950, especificamente em 1954, através da *Lei 2.163*, de 5 de janeiro, as CANs, incluindo a de Dourados, que antes eram controladas pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC) passaram a fazer parte do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), uma autarquia federal, com sede no Distrito Federal. O mesmo INIC passaria por uma reformulação em 1962, quando é criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), através do *Decreto Lei 1.878*, de 13 de dezembro. Dois anos depois é criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) pela *Lei 4.504*, de 30 de novembro de 1964, que emancipa o Núcleo Colonial de Dourados através da *Deliberação 1.494*, de 26 de agosto de 1968. Depois desse período ocorrem novas transformações nas características e jurisdições da Colônia, que, no entanto, não nos compete adentrar.

1.3 A CAND de outras culturas

Segundo Cláudia Coutinho Capilé, entre as atividades que foram sendo desenvolvidas, desde a ocupação da CAND – principalmente na década de 1950, temos uma agricultura diversificada, embora nas primeiras décadas tivessem os colonos dificuldades para vender seus produtos. Ali, além da agricultura, ela menciona o “trabalho em pequena escala” com a extração da erva-mate (CAPILÉ, 1999, p. 40).

¹² Se avançarmos até o ano de 1970, teríamos mais um na lista, Pedro Pedrossian (1966-1970).

É certo que a erva-mate não foi o único produto dos colonos da CAND, havendo outros tipos de culturas agrícolas. Algumas apenas para a subsistência, outras com excedentes a serem vendidos ou mesmo trocados entre colonos por produtos que eles necessitassem e que não produzissem. Outras culturas ainda eram especialmente preparadas para comercialização, se bem que em condições precárias. Alguns colonos plantavam feijão, outros milho, outros ainda o arroz, além do trigo, que segundo Mazzini e Xavier “foi muito explorado na região” (1993, p. 27). É importante dizer que, em relação à agricultura na CAND, contamos com a parceria da amiga pesquisadora Ana Paula Menezes, com seu importante trabalho sobre a agricultura comercial e mais recentemente sua pesquisa de mestrado em andamento sobre extração de madeira¹³.

Sabemos ainda que havia colonos plantando algodão, amendoim e mamona, produtos exclusivamente para comercialização. O primeiro desses produtos parece ter dado bons rendimentos e o último tido seu momento especialmente nos anos finais da Segunda Guerra Mundial¹⁴. Ao que foi possível constatar através da documentação e de entrevistas, entre as culturas que mais frutificaram na CAND está o algodão, que parece ter trazido bons rendimentos a alguns colonos. Juntamente com o milho e o café ele estava entre os principais produtos planejados pelo Governo Federal para serem implantados na Colônia. Nesse período, produto exportado pelo Brasil e diversos outros países da América Latina, o algodão “ocupa um lugar especial no mercado mundial de produtos agrícolas em razão do peso relativo das exportações dos Estados Unidos” (FURTADO, 1976, p. 239). Ainda segundo Celso Furtado, em parte, “a disciplina imposta ao escoamento da safra estadunidense contribui para manter os preços em níveis relativamente estáveis”, que, ainda que somado a um crescimento lento da demanda, permitiu o crescimento da participação latino-americana nas exportações de algodão de 13% em 1950, para 15% em 1960 e 20% no período 1970-73. Durante este período o algodão sofre concorrência da fibra sintética, que por vezes lhe causa depressão de preços, o que é superado na década de 1970, em parte devido ao encarecimento relativo das mesmas (*id.*, *ibid.*). Ana Paula Menezes, por sua vez, analisando a documentação relativa à agricultura disponível no Acervo “CAND” do APEMS, constatou que “o produto já era

¹³ A parceria teve início no período de graduação, quando pudemos coletar documentos relacionados à CAND no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS) e trocar informações sobre as produções agrícolas e extrativas na Colônia, que resultaram, por exemplo, nas contagens das **fichas cadastrais** que serão apresentadas no **Capítulo 4** e na formulação de alguns dados para análise nesta pesquisa.

¹⁴ Essa ideia surge com um depoimento do senhor Mariano Antonio da Silva, entrevistado em Jateí, MS, em dezembro de 2011.

cultivado na 1ª Zona da CAND no início da década de 1950”; já na Segunda Zona da Colônia, “parece-nos que tal produto começa a ser cultivado em fins da década de 1950, prolongando-se pela década seguinte” (MENEZES, 2008, p. 17).

O caso do amendoim, por outro lado, aparece nas entrevistas realizadas com colonos, algumas das quais pude coletar pessoalmente, como, por exemplo, o senhor Mariano Antonio da Silva (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011), outros depoimentos colhidos por demais pesquisadores. A presença desse produto não é desprezível na Colônia, como pode ser visto na fala de Antonio Vicente Rodrigues, quando ele diz que “naquela época era plantado muito amendoim, naquela época ninguém sabia o que era soja, plantava muito amendoim” (Entrevistado em Fátima do Sul, MS, em agosto de 1999, por Nilton Ponciano¹⁵).

No caso do café, parece ter seu momento em termos de projeto de implantação principalmente nas duas décadas iniciais da CAND. O que é mostrado, por exemplo, em um ofício de 1949 do Chefe da Seção de Colonização do INIC para o Administrador da Colônia, Jorge Coutinho Aguirre, onde se dizia que haviam sido plantados pelo menos 100.000 pés de café, que por sua vez “reverteu em verbas de lucro aos agricultores e Administração Central, pois a safra foi comercializada posteriormente” (*Ofício 97*, do Chefe da Seção de Colonização do INIC para o Administrador da CAND, Jorge Coutinho Aguirre, de 25/nov/1949)¹⁶. Em sentido mais amplo, segundo Celso Furtado, até meados da década de 1960, “ao contrário do petróleo, cujo consumo cresce com rapidez e cuja oferta está regulada por um pequeno número de grandes consórcios, o café depende de uma demanda em lento crescimento”, estimando ele um aumento anual de 2,5% no consumo mundial, no período que vai do final da década de 1940 até a década de 1970 (1976, p. 237). Entre 1948 e 1963, a produção latino-americana cresceu apenas 12%, “desta forma, a América Latina viu sua participação nos mercados mundiais declinar de mais de quatro quintas partes, no começo dos

¹⁵ Essa e outras entrevistas utilizadas ao longo do texto fazem parte do material coletado por Nilton P. Ponciano para a pesquisa de Doutorado em História que resultou na tese “Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)”, defendida na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, SP. Essas entrevistas se encontram disponíveis, em versão transcrita, no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD).

¹⁶ Transcrito em MAZZINI, Adilvo; XAVIER, Claudio. *50 anos da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. Dourados/MS: FUNCED, 1993.

anos cinquenta, para duas terças partes na segunda metade dos 60, quando uma relativa estabilidade foi conseguida graças ao Acordo do Café assinado em 1962” (*idem*, p. 238).

Tomando a questão dos preços do produto brasileiro, sabemos que após a crise do café na década de 1930 eles despencam e permanecem em níveis baixos até o início da década de 1940, tendo-se uma revalorização do produto a partir, sobretudo, de 1942, quando ele chega a 12,0 centavos de dólar por libra-peso, com pico em 1954, quando chega a 65,7 centavos de dólar por libra-peso¹⁷ (SAES; GREMAUD; TONETO JÚNIOR, 1997, p. 120-121). Claro que o objetivo aqui não é mostrar exaustivamente como andava o café (e os demais produtos aqui apresentados) no período abordado pela pesquisa, até porque isso requereria uma análise minuciosa, sendo nosso objetivo apenas mostrar que existia mercado e preços relativamente compensadores, entre as décadas de 1940 e 1960, mesmo que não nos níveis de outros tempos.

O depoimento da senhora Lair Nunes nos mostra um pouco da importância do café na Colônia:

Aí então meu pai plantou café até uma época, quando ele perdeu todo o dinheirinho que ele trouxe, plantando esse café e a geada queimando, aí ele resolveu passar para outro plantio, deixou um pouquinho de café e ficou plantando milho e feijão, milho e feijão, a lavoura branca como o povo fala, milho, feijão, essas coisas assim (Entrevistada no município de Vicentina, em 23 de agosto de 1999, por Nilton Ponciano).

Claro também que, como visto no depoimento anterior, da parte da oferta de café, no caso da CAND, tem-se a possibilidade de perturbação por fatores climáticos, como as geadas, o que teria ocorrido algumas vezes, especialmente em meados da década de 1950 (Depoimento de Lair Nunes, *op. cit.*).

Mudando um pouco o tipo de atividade, sabemos ainda que havia também a criação de pequenos animais, como aves e porcos na Colônia. Em alguns momentos e lugares esses animais também foram comercializados, como nos contou o senhor Mariano Antonio da Silva a respeito de alguns compradores paulistas que vinham buscar aves em Vila Jateí e região (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). Os animais de carga, com algumas exceções parecem não ter vindo com os colonos, lembrando que a Administração da

¹⁷ Com base em Saes, Gremaud e Toneto Júnior (1997, p. 121), constatou-se que, entre 1955 e 1964, a média de preço é de 39,9 centavos de dólar por libra-peso.

CAND já possuía algumas cabeças de gado; sendo outros trazidos algum tempo depois ou comprados nas regiões próximas. Uma exceção é mais uma vez o senhor Mariano: ele e o irmão, Manoel Antonio da Silva, teriam trazido uma parilha de burros de Presidente Prudente, SP, quando de sua vinda para a região na década de 1950.

Por fim, com o que foi apresentado e contando mais uma vez com a importante colaboração de Ana Paula Menezes, pudemos constatar que a agricultura, a extração de madeira e criação de alguns animais na CAND foram sendo desenvolvidas com algum êxito, em grande parte com excedentes suficientes sendo “encaminhados para atender à demanda do mercado do Sudeste” (MENEZES, 2008, p. 18). À parte as dificuldades de encontrar mercado compensador e escoamento desses excedentes de produção, além dos problemas de organização das cooperativas, a partir, sobretudo, da década de 1960, pode-se dizer que aumenta a interação do sul de Mato Grosso com os estados do Sudeste brasileiro, entenda-se especialmente São Paulo.

CAPITULO 2

O MERCADO ERVATEIRO NAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

(DÉCADAS DE 1950 E 1960)

No capítulo anterior, através, sobretudo, de uma revisão bibliográfica, vimos como teve início a produção de erva-mate no antigo sul de Mato Grosso, além de apresentarmos o projeto de colonização do Estado Novo e o surgimento da CAND. Neste capítulo pretendo, antes de entrar especificamente na produção ervateira da CAND, traçar, a partir da documentação disponível, a lógica econômica nacional em relação ao mercado ervateiro e suas relações com a Argentina. Desejo também, brevemente, compreender as estruturas e as conjunturas políticas envolvendo os presidentes do INM¹, as políticas econômicas nacionais, os governantes e os líderes regionais.

2.1 – O mercado ervateiro na década de 1950

O recorte temporal desta pesquisa tem início na década de 1940, especialmente o ano de 1943 (quando ocorre a criação da CAND), seguindo até o início da década de 1970, com atenção especial para o ano de 1965. No entanto, é certo que a década de 1950 se mostrou como uma chave para o entendimento da economia ervateira no Brasil do século XX, por apontar algumas crises econômicas e políticas, além das diversas reviravoltas diplomáticas entre nosso país e a Argentina, especialmente nos governos de Vargas e Perón². O principal resultado disso, na década de 1960, é o corte

¹ Os documentos do Instituto Nacional do Mate (Atas, Contratos, Relatórios, Legislação, etc.) estão digitalizados e disponíveis no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

² Embora algumas dessas transformações tenham sua origem do lado argentino já nos anos 1930, especialmente com a criação em 1935 da *Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de Yerba Mate* (CRYM) e a tomada de uma série de medidas por parte de interessados e autoridades, podemos dizer que o ponto de culminância e efeitos, e aí não cometemos nenhuma incongruência, se dão, sobretudo, a partir da década de 1950.

nas importações de erva-mate brasileira por parte da Argentina, então um país autossuficiente em matéria desse produto.

Nesse contexto, uma questão que se mostra importante esclarecer e que tem muito a nos dizer sobre o intercâmbio ervateiro entre Brasil e Argentina é a da oposição de interesses entre os *produtores* de erva-mate cancheada (semipreparada), os *industriais* (ou beneficiadores) e os *exportadores*. Oposição esta que se coloca desde o início das exportações de erva-mate para a Argentina e demais mercados consumidores no século XIX, envolvendo todos os estados produtores brasileiros. Esses grupos estavam presentes em todas as regiões produtoras, com variações de estado para estado, aparecendo lado a lado na história ervateira (sendo que os dois últimos, industriais e exportadores, por vezes, se confundiam) e possuindo interesses por vezes opostos³.

Podemos identificar o grupo dos *produtores* ou *cancheadores* como aqueles que faziam uma elaboração simples (e em diversos casos o trabalho direto nos ervais também) do produto, sem cuidados padronizados com peneiração ou embalagens. Cuidados estes que caracterizam o grupo dos *industriais*, produtores de erva-mate beneficiada, também conhecidos como *moageiros* em algumas regiões. Estes últimos algumas vezes eram também *exportadores*. Para exemplificar a diferença de grupos, temos já no final da década de 1940 uma aliança entre a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA) e a Sociedade Mato-Grossense de Exportadores de Mate (SOMATE), ambas de Mato Grosso: a primeira é caracterizada como *produtora* e a segunda como *exportadora* (Carta da Diretoria da Indústria Brasileira de Mate, sem nome, ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, de Curitiba, PR, 11/abr/1949. Disponível no CDR/UFGD).

Para Samuel Guimarães da Costa os produtores de cancheada sempre perderam essa queda de braço, mesmo durante o tempo de vida do Instituto Nacional do Mate (INM) (1938-1967)⁴, que priorizava ao que parece aos industriais, especialmente o *parque moageiro* paranaense, sendo este o maior aglomerado produtor e exportador de

³ Notem que trato estes grupos no passado, o que não impede de identificarmos, nas décadas posteriores a essa pesquisa, sua presença nos estados que continuaram produzindo em larga escala (Paraná e Rio Grande do Sul, sobretudo), com a ressalva das mudanças históricas.

⁴ Alguns autores, como Linhares (1969), afirmam que o Instituto Nacional do Mate (INM), surgido em 1938 no governo Vargas, teria sua origem principalmente por iniciativa de produtores e beneficiadores dos estados de Santa Catarina e Paraná, onde já haviam sido criados institutos estaduais.

erva-mate do Brasil (cf. COSTA, 1995, p. 67-69). Já para Temístocles Linhares, o INM teria dado atenção aos produtores, embora ele mesmo reconheça que algumas medidas restritivas impediram o bom desenrolar da economia para as centenas deles, que dependiam do mate para sua sobrevivência (LINHARES, 1969, p. 357-358; 363 pp). Uma Ata da quinta reunião ordinária da Junta Deliberativa do INM, de 19 de dezembro de 1942, já deixava transparecer o descontentamento do representante dos produtores de Mato Grosso, Lício Borralho⁵, que lembrou o fato de estar o produtor “ao contrário do exportador, no caso de Mato Grosso, desamparado pelo INM” (Ata da Quinta Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do INM, de 19/dez/1942).

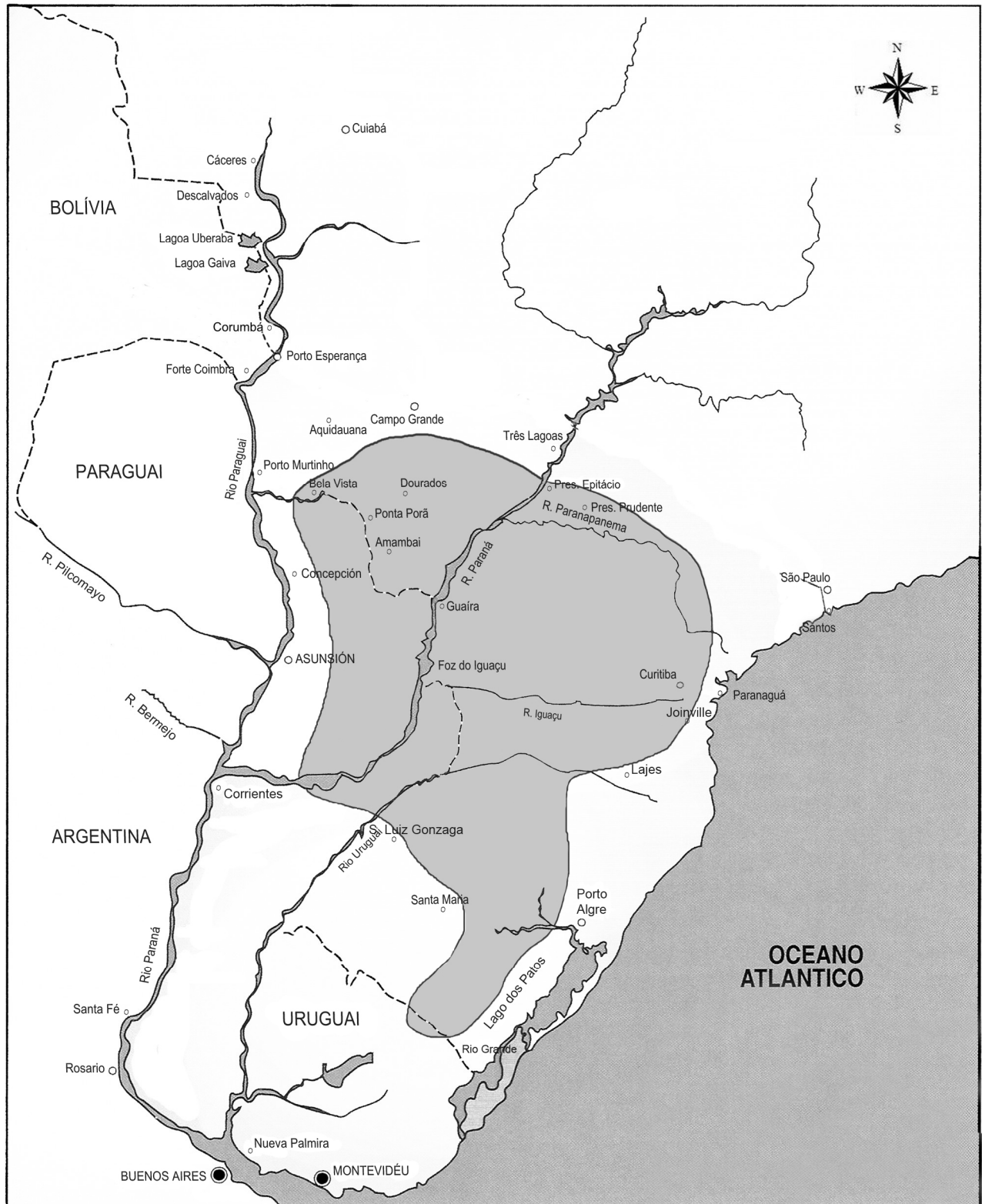
Do lado da Argentina também havia tais oposições, que se relacionavam às brasileiras quando o assunto era importações. Existia a *Federación de los Molineros*, representante dos *beneficiadores* daquele país, que via na importação de erva-mate cancheada do Brasil uma vantagem pelo preço e pela preferência dos consumidores argentino, acostumados ao paladar e às misturas com o nosso mate. De outro existiam os *produtores* de cancheada, que, como era de se esperar, requeriam sua participação na absorção do que produziam. O Estado argentino e a *Dirección de Yerba Mate*, por diversas vezes se posicionaram a favor de seus *produtores* (somados, por vezes, a uma parte dos *industriais* argentinos que desejavam agregar o valor do beneficiamento interno), como, por exemplo, liberando financiamentos e incentivando novos plantios, ou mesmo com a garantia de preços (MAGAN, 2008, p. 3). Vale dizer ainda que esses grupos tinham como norma reguladora original a *Lei n° 12.236*, ou “Lei da Erva-mate”, “*aprobada por la Cámara de Senadores del Congreso Nacional en la sesión del 27 de septiembre de 1935 y promulgada por el Poder Ejecutivo el 4 de octubre de 1935*” (MAGAN, 2008, p. 3, nota 3) e segundo Samuel Guimarães da Costa “constitui a base de toda a legislação que regula a produção, classificação, financiamento, elaboração e venda de erva-mate” na Argentina (1995, p. 48)

⁵ Nascido em Uruguaiana, RS, em 1902, o Agrônomo e político Lício Proença Borralho, antes de representar os produtores de Mato Grosso junto ao INM, esteve diretamente envolvido no surgimento do Sindicato dos Ervateiros de Ponta Porã, em 1938, onde atuou como Secretário e assinou a ata de fundação do mesmo (OLIVEIRA, s/d, p. 11, disponível em <<http://www.youblisher.com/p/44766-A-Erva-Mate-seus-encantos-e-desencantos/>>, acessado em 28 de maio de 2012). Além disso, como político atuou também como: Prefeito de Ponta Porã, na década de 1930; Deputado Estadual em Mato Grosso pelo PTB, no período 1947 a 1951; e finalmente Deputado Federal, também pelo PDT/MT, na década de 1950, quando foi também líder da bancada do partido (Breves informações biográficas disponíveis no site da Câmara dos Deputados <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=121647>, acessado em 28 de maio de 2012).

O leitor deve estar se perguntando: porque este pesquisador não incluiu o grupo dos *trabalhadores* nesta descrição das oposições? Eu respondo essa pergunta com base nos relatórios e atas do Instituto Nacional do Mate, se devendo isso ao fato de o INM ter excluído de suas reuniões representantes dos trabalhadores, se limitando aos *produtores* (os donos dos ervais ou empreiteiros), *industriais* e *exportadores*. Claro que uma parte dos *produtores* era formada pelos próprios trabalhadores, mas o certo é que o grupo dos *produtores*, como são identificados pela bibliografia e documentação disponível, é constituído, principalmente, por aquelas pessoas que controlavam a produção, sendo os donos das poucas ferramentas usadas e meios de transporte, além de pagarem, quando fosse o caso, os salários, quantias produzidas ou diárias combinadas com os trabalhadores diretos.

Claro que, como era de se esperar, essas oposições apresentadas afetavam diretamente os *trabalhadores*, os “verdadeiros produtores”, aqueles que atuavam diretamente na extração e elaboração do produto (estando eles um nível abaixo dos empreiteiros e empregadores, genericamente também incluídos no grupo dos “produtores”). Isso acontecia quando as medidas do INM privilegiavam os *industriais*, com as taxas de exportação, restrições e cotas de venda impostas à erva-mate cancheada em sua relação com os mercados tradicionais. Para Costa, com esse privilegiamento, o poder ficava na mão dos *industriais*, que representavam uma parcela ínfima das pessoas que participavam da produção ervateira (COSTA, 1995, p. 72-79).

Mapa 2 – Área de ocorrência de ervais nativos na América do Sul



Fontes: adaptado de “Los rios nos une”. Bogotá: CAF, 1998; tendo como base também um mapa de Figueiredo (1967, p. 83a).

2.1.1 As reviravoltas dos anos 1950

Em todo o período abordado por esta pesquisa temos mudanças nos domínios da produção ervateira, em todos os estados produtores do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul). Muitas dessas mudanças foram positivas, tendo a ver com a origem do INM em 1938 e envolvendo ainda a ação mais efetiva das cooperativas, surgidas já a partir da década de 1940, se intensificando na década de 1950. Na relação de oposição apresentada entre *industriais* e *produtores* de cancheada, algumas mudanças positivas foram sentidas pelos últimos, em relativo desfavor dos primeiros – mostra disso é que no Paraná, principal estado produtor, a exportação de mate industrializado vinha cedendo lugar ao mate cancheado desse estado e também do mate cancheado do antigo sul de Mato Grosso, que ganharam assim algum espaço e importância.

Outras mudanças de forma mais negativa também atingiram a economia do produto na década de 1950 e foram se agravando com o tempo. Este é o caso principalmente do mercado ervateiro na Argentina, que sempre foi uma preocupação dos produtores brasileiros que dele dependiam (ou seja, Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina⁶), fazendo este país parte da tríade dos chamados *Mercados Tradicionais*, juntamente com o Uruguai e o Chile. Apesar das campanhas de propaganda do mate em outros países, incluindo a participação em feiras internacionais e propagandas na Europa e nos Estados Unidos, os ervateiros brasileiros nunca conseguiram se desprender da dependência desses três mercados.

A Argentina, no conjunto dos mercados tradicionais, sempre foi motivo de maior apreensão, já que o Estado Nacional ali vinha desde o começo do século XX investindo na produção interna. A partir da década de 1930, as medidas se intensificaram, especialmente com a criação da *Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de Yerba Mate* (CRYM) (depois transformada em *Comisión Nacional de Yerba Mate*)⁷, e esse país passou a ameaçar constantemente romper as importações de

⁶ O Rio Grande do Sul consumia todo mate que produzia, chegando inclusive, em alguns momentos, a importar dos outros estados brasileiros.

⁷ Em ordem de sucessão, a partir de 1950, com estatização levada a efeito pelo governo argentino, a *Dirección Nacional de Yerba Mate*, através do *Decreto 7.990*, assumiria a posição de órgão controlador dos assuntos ervateiros, colocando a CRYM em segundo plano (MAGAN, 2008, p. 9).

mate brasileiro. Segundo o INM, o governo argentino considerava que a erva-mate era “uma importação precária que poderia ser suspensa sem maiores consequências, mediante simples redução nos *permisos* futuros” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1953). Claro que o caráter insignificante, neste caso, é o da importação, ainda assim do ponto de vista dos plantadores e produtores de cancheada no país, afinal, fica claro em outros documentos que a erva-mate era ali produto de primeira necessidade. Prova disso, entre outras, é que em outubro de 1953, o INM fez um *Panorama* da situação argentina, onde de interessante, entre outras coisas, temos que o consumo elevou-se a “níveis jamais alcançados” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953).

A safra argentina na mesma década de 1950 sofreu alterações importantes, tendo em 1952 a abolição de um regime que limitava a colheita, que vigorava desde 1938⁸. Segundo o referido *Panorama*, que avaliou a capacidade produtiva dos ervais da Província de Misiones, o país, teoricamente, poderia atingir 180 a 200 milhões de quilos, ante a extensão da área cultivada e o número de plantas em exploração. Neste mesmo ano a Argentina já possuía 56 milhões de árvores, numa superfície cultivada de 64.000 hectares, onde predominavam pequenos produtores (7.463 / 86,18%), de um total de 8.600 propriedades com produção ervateira (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1953). A erva-mate representava, geralmente, o único meio de subsistência de um grande número de pequenos proprietários argentinos.

Por outro lado, o que então consolaria o INM e os produtores brasileiros é que o rendimento da planta do mate cultivada varia de acordo com o tipo das terras e climas e começa a definhar com 20 anos de idade, tornando-se anti-econômica, situação que vinha ocorrendo por ali. Concomitantemente, isso fez o governo argentino testar afanosamente medidas para solucionar o problema, liberando o plantio de mais 30.000 hectares, “conforme decreto que acaba de entrar em vigor”, cujo significado, aliás, poderia constituir no futuro uma séria ameaça às exportações brasileiras (Declaração de Armando Jopert, agente do INM na Argentina, constante no Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Junior, de outubro de 1953).

A ideia do governo do país vizinho era buscar um aumento do número de plantas a fim de atingir 94 mil hectares e a renovação das plantas envelhecidas, sendo

⁸ Com uma produção superior ao previsto para a cota de erva-mate argentina, o governo em 1937 havia proibido novas plantações, com pena de 4 pesos por planta.

que, em ambos os casos, o produtor deveria requerer autorização junto à *Dirección Nacional de Yerba Mate* do *Ministerio de Industria e Comercio*⁹. Essas medidas parecem não ter surtido o efeito esperado, pelo menos neste momento, devido às dificuldades para a preparação e cultivo da erva, que levaria tempo para dar resultados satisfatórios – tendo em conta o uso de viveiros de mudas, o traslado para lugares definitivos depois de 2 anos em intenso cuidado, 5 anos para fazer a primeira poda em caráter econômico. Além disso, o governo argentino testou outra medida, quando, através do recém nacionalizado *Banco de la Nación*, vinha fazendo empréstimos a longo prazo aos produtores (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953).

Resumindo um pouco a questão, o que se nota é que, nesse mesmo começo de década de 1950, a Argentina sofria com dificuldades na produção e abastecimento de erva-mate, que levaram no primeiro semestre de 1952, a uma mobilização por parte da *Camara de Molineros de Yerba Mate*, que resultou em uma reunião da *Dirección Nacional de Yerba Mate*, “em mesa redonda convocada pelo Ministro de Indústria e Comércio, especialmente para examinarem os fundamentos” do pedido dos industriais de aumento da importação de mate brasileiro, estimando a necessidade entre 25 e 30 milhões de quilos, concluindo os diretores pela sua “inteira procedência” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952). O governo argentino, no entanto, parecia ter outra visão da coisa ou mesmo se viu na necessidade de conservar divisas (ou uma soma das duas coisas), resolvendo então cancelar todos os *permisos* de câmbio em vigor no ano, de todo tipo de mercadorias procedentes de qualquer país, a contar de 23 de julho, “ressalvadas apenas as importações que estivessem asseguradas por crédito bancário já aberto e as que se encontrassem abordo na referida data”. A *ressalva* foi, em parte, resultado da ação do INM, que solicitou a intervenção da Embaixada brasileira para reversão da situação. Claro que esse é o ponto de vista brasileiro e, conseqüentemente a visão do INM, devendo ser destacado ainda o lado argentino da coisa, ou pelo menos a parte mais afetada dele, a dos produtores de Misiones, como exposto por Maria Magan (2008), segundo a qual houve um movimento interno no país platino no sentido de dar solução a sua situação.

⁹ Após o decreto 32.780/44 a *Dirección* é transferida para uma *Secretaria de Industria e Comercio*, deste ministério (MAGAN, 2008, p. 6).

O Tratado Comercial Brasil-Argentina de 1953

Entrou em discussão, no começo dessa década de 1950, um *Tratado Comercial* entre Brasil e Argentina. A intenção de acordos comerciais envolvia uma série de produtos além da erva-mate, tais como: café, madeira, trigo, frutas, ferro, aço e cacau. Segundo Ana Luiza Reckziegel, com a ideia de neutralidade frente à Guerra Fria, ou também conhecida como “Terceira Opção”, o presidente argentino Juan Domingos Perón “defendia uma posição equidistante de Washington e Moscou” (RECKZIEGEL, 2005). Segundo ela

Cooptar o apoio dos países latino-americanos fazia parte da política peronista que insistia na formação de blocos regionais, cuja finalidade era a de acelerar o intercâmbio de comércio, principalmente. Em 1946 a Argentina propõe uma união dos países do sul [...] com Bolívia e Chile, e nos anos 1950 com Brasil e Chile (p. 3).

Perón queria ainda revalorizar a produção agrícola argentina que vinha sendo preterida pelas atividades urbanas (*id., ibid.*). É assim que as reivindicações do INM e dos produtores, industriais e exportadores ervateiros se inserem nas discussões em torno de um novo tratado entre os dois países (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1952).

Nesse sentido, em 1952, o agente do INM naquele país, Armando Jopert, enviou um memorial ao ministro brasileiro Leopoldo Diniz Martins Junior, Presidente da comissão mista para elaboração do *Tratado*, pedindo entre outras coisas a cota anual de 30.000 toneladas de erva-mate, o que ia ao encontro das requisições da *Camara de Molineros* argentina, como visto¹⁰. Armando Jopert lembrou ainda que a Argentina consumia nesse período cerca de 130 milhões de quilos, tendo importado do Brasil cerca de 10% em 1949, 1950 e 1951, e 20% no período 1947/1948 (no mesmo período 1947/1948, do lado brasileiro, o mercado argentino representou 50% de toda exportação de mate). Só por esses anos já se percebe uma redução nas exportações para esse país, fazendo os membros do INM pedirem então providências em favor dos produtores do Brasil (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952).

¹⁰ Interessante salientar que o mesmo Diniz Júnior também havia sido presidente do Instituto Nacional do Mate (INM) na década de 1930. Inclusive era ele o Presidente do Instituto quando da instalação do mesmo em 1938 (Ata da Sessão de Instalação do INM, 20/jul/1938).

Bem certo também é que a situação econômico-financeira argentina, como um todo, nessa década era difícil, a política e a diplomacia não estavam diferentes (cf. BANDEIRA, 1993), mesmo estando a agricultura em condições de prover produtos para o câmbio (principalmente trigo, milho e outros cereais) e a criação de gado no país encontrar-se em recuperação. Segundo Leonel A. Mello “a equiparação do produto interno [bruto] dos dois países [Argentina e Brasil] no final da década de 1950 serviu para evidenciar tanto o dinamismo do modelo brasileiro quanto o esgotamento do modelo argentino” (1996, p. 31). O mesmo autor diz ainda que após a Segunda Guerra Mundial acirraram-se as divergências entre eles, que predominavam sobre as convergências, que por sua vez apareciam mais em momentos estratégicos, de ambos os lados, sendo efêmeras e conjunturais (*idem*, p. 33). Essas convergências diziam respeito às trocas comerciais, que incluíram nas negociações do lado brasileiro entre outras coisas a erva-mate e do lado argentino o trigo, produto base da proposta para o intercâmbio comercial.

Segundo Reckziegel,

A implementação das relações comerciais entre os dois países, porém, não foi tranqüila como se poderia esperar. Em que pesem os esforços do embaixador [brasileiro Batista] Lusardo em Buenos Aires, no sentido de concluir os acordos comerciais, a oposição dos setores governamentais não-alinhados com a política de aproximação bilateral acabaram por emperrar o andamento das negociações (RECKZIEGEL, 2005, p. 3).

Consequentemente, esses e outros fatores afetaram as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, que conturbadas vinham se agravando ao longo dos primeiros anos dessa década.

O grande obstáculo para a realização do acordo, segundo Reckziegel, “consistia no preço do trigo pretendido pela Argentina” (2005, p. 4). Ela transcreve uma fala de João Alberto Lins de Barros, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, enviado por Vargas no intuito de fazer um levantamento a respeito das condições para a realização do acordo, onde este diz que “não podemos imaginar, em sã consciência, essa boa vontade, concordando em adquirir trigo a preços superiores em 30% aos dos mercados norte-americano e canadense” (*idem*, p. 5). Por outro lado, Perón tinha interesse na “troca do trigo por produtos brasileiros considerados ‘essenciais’, tais como o café, o cacau, as madeiras, o ferro, o aço e a erva-mate” e ao contrário de João

Alberto, Batista Lusardo alertava o presidente brasileiro de que “essa situação não pode continuar, sob pena de não chegarmos a um acordo e fracassarmos completamente” (Correspondência de Batista Lusardo a Getúlio Vargas, 22/fev/1952 *apud* RECKZIEGEL, 2005, p. 5).

Até o início de março de 1953, apesar de alguns problemas resolvidos quanto às exportações para a Argentina, a situação do mate ainda se encontrava sem alteração apreciável e as negociações em torno do *Tratado* entre os dois países não haviam sido concluídas. Ainda assim, uma atmosfera otimista pairava sobre a diretoria do INM em relação ao desfecho das negociações, depositando sua confiança de que a presença do Ministro João Alberto, em Buenos Aires, trouxesse boa conclusão ao acordo (Relatório do presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1953). Interessante que o mesmo João Alberto tinha ressalvas quanto à ação do embaixador Lusardo e mesmo quanto ao preço pedido pelo trigo argentino, como vimos. Ressalvas estas que sofrem alterações, mudando ele de posicionamento, evoluindo “para uma atitude conciliadora e até mesmo favorável a uma transação com o país vizinho” (RECKZIEGEL, 2005, p. 6). Mais interessante ainda era que as pressões maiores para a assinatura do acordo vinham do próprio presidente argentino Juan Perón que, dirigindo-se a Batista Lusardo, indagava:

Como vai esse Acordo e quando o assinaremos? Vejo que o assunto do trigo é que está demorando. Mas se o Brasil não quer pagar mais do que 15% sobre o chamado preço internacional, pois concordamos, mas também não pagaremos mais de 15% sobre o café, cacau, madeira e todos os produtos que o Brasil está vendendo muito acima dos valores mundiais (Correspondência de Batista Lusardo a Getúlio Vargas, 22/fev/1952 *apud* RECKZIEGEL, 2005, p. 6).

Tendo pesado essa declaração de Perón, no dia 23 de março de 1953, finalmente as autoridades dos dois países firmaram o *Tratado Comercial Brasil-Argentina*. Assim, ficou estabelecido que o Brasil durante um ano, contando a partir dessa data, teria permissão para exportar até o limite de 82 milhões de cruzeiros anuais em erva-mate (cerca de 12 milhões de quilos)¹¹. Esse valor estava abaixo do esperado pelas autoridades brasileiras do mate, que almejavam 30 milhões de quilos, entretanto,

¹¹ Contado de forma ampla, o *Tratado* previa o seguinte: de parte da Argentina, a exportação de 1500 toneladas de trigo e da parte brasileira, a venda de madeira no valor de 50% sobre o acordo, de café, no valor de 25%, de aço, 4% e de cacau, 3%, além de frutas, erva-mate e outros produtos (RECKZIEGEL, 2005, p. 6).

no mesmo tratado abria-se espaço para novas exportações, de acordo com as necessidades do mercado argentino.

Nos anos seguintes os números das exportações brasileiras superariam a referida cota de 12 milhões de quilos, apesar da Argentina ainda estar com problemas de divisas e continuar controlando seus *permisos* de importação. Os *permisos*, aliás, sempre atormentaram os exportadores brasileiros, o que era remediado, em parte, sempre que o Banco Central da Argentina abria inscrições para importações. Do lado brasileiro o problema com os *permisos* desencadeava outro: o dos estoques¹². Tendo sido assinado o acordo, no entanto, o mercado importador argentino permitiu ao Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, dizer que o ano de 1953 “foi dos mais favoráveis dos últimos tempos”¹³ (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1954), o que foi melhor ainda no ano seguinte, quando se “registrou uma diferença para mais de 3.769.000 kgs”, em relação a 1953 (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955).

Finalmente, a mesma Ana Luíza S. Reckziegel salienta que a posição da Argentina deixava claro que “o acordo possuía um significado que ultrapassava as negociações comerciais e que se traduzia, enfim, num indicativo da política que pautava as relações entre os países do bloco sul-americano e destes com a potência hegemônica do sistema, os EUA” (2005, p. 7).

Algo sobre os preços, a natureza e os regimes de câmbio

Outra questão que se coloca, é que, desde o início da produção de erva-mate nos estados brasileiros, o preço pago aos produtores sofreu variações: ora favorecendo os cancheadores, ora os industriais, como já apontamos¹⁴. Por causa disso, no fim de 1955 surgiu certa apreensão, motivada pela depressão da moeda argentina, que deu início a uma queda nos preços. O dólar se encontrava em alta, o que não seria um

¹² Esse problema cresceu na década de 1950 e piorou ainda na de 1960, pelos motivos que mostraremos mais no **Capítulo 3** quando analisarmos o caso específico de Mato Grosso.

¹³ Claro que para essa situação o governo brasileiro teria dado uma ajudinha, tendo concedido subsídio “aos produtos brasileiros de exportação” de 10% sobre o preço do produto (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1954).

¹⁴ Pensamos ainda nos preços pagos não levando em conta as variações inflacionárias, o que em caso de aumento podia ou não representar melhor poder aquisitivo.

problema para o lado brasileiro, dos exportadores, pois, quase sempre, é vantajosa às economias exportadoras a venda com ganho em moeda estrangeira – sendo o caso do mate que entrasse com valor já agregado no produto industrializado tendo o dólar americano como referência, o que não acontecia exatamente com a cancheada (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955). No entanto, essa situação fez a Argentina pedir revisão dos valores do mate importado do nosso país (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

Um fator que ajudou a melhorar as expectativas de vendas e preços para os ervateiros brasileiros, ainda no começo dessa década, foram as alterações no preço do café na Argentina. Este produto vinha sofrendo ali um grande aumento, favorecendo a busca da erva-mate nas zonas populares e rurais, com menor poder aquisitivo, afinal como se sabe o mate tem valor bem inferior (isso em todo o período aqui estudado). Outro fator que se somava a esse e favoreceria as vendas do mate brasileiro é que ele contava com adeptos, que o preferiam por seu sabor diferenciado em relação ao produto argentino e paraguaio, sendo ainda grande o seu consumo em repartições públicas e nos meios militares; consumo que poderia ser ampliado com as possíveis restrições ao consumo do café. Além do mais, pela população civil argentina o mate era consumido quase que exclusivamente na forma de chimarrão, o que por sua vez favoreceria os industriais do país e os exportadores brasileiros de cancheada (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1953).

Entretanto, o INM parece não levar em conta que o próprio *Tratado* firmado entre os dois países em 1953 se mostrou muito frágil exatamente na questão do café.

De fato, a trégua durou pouco. Os problemas voltaram à cena alguns meses após a assinatura do acordo, desta vez girando em torno do caso das reexportações de café brasileiro, supostamente realizadas pela Argentina, para os Estados Unidos. As exportações de café brasileiro para a Argentina tinham por objetivo atender às necessidades de consumo interno daquele país, cujo governo era responsável pelas licenças de importação. Os argentinos, pela letra do acordo comercial, *não poderiam reexportar o café para outros mercados* (RECKZIEGEL, 2005, p. 7, grifos meus).

Assim, a “suposta” reexportação do café por parte de interessados argentinos foi o motivo para uma nova situação de desconforto entre os dois países (*Id. Ibid.*).

Atentando para outra situação, reconhecendo que nem tudo são flores, tanto do lado brasileiro quanto do argentino, o acaso da natureza sempre podia romper um ciclo de boas colheitas e de prosperidade para aqueles que dependiam da erva-mate, assim como em qualquer outra cultura agrícola. Do lado argentino, no segundo semestre de 1953, o Estado interveio para conter um contínuo abandono da produção que vinha ocorrendo por parte de alguns produtores, tomando medidas que visavam a aumentar o preço da erva-mate, o que em parte surtiu efeitos positivos (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). Mas essas vantagens foram anuladas devido a uma série de prejuízos causados pela natureza nas colheitas das diversas cidades da província de Misiones, que reduziram drasticamente a produção¹⁵.

A região foi novamente atingida em 1954 por violentos temporais na época da colheita que assolaram por muitos dias os ervais, causando devastação, com a perda de mais de 20% de folhas caídas. Para piorar a situação, houve a ocorrência de geada no começo do inverno, o que parece não ser um problema em caso de ervais nativos, mas que causaram sérios danos nos ervais plantados missioneiros, inutilizando mais cerca de 5 a 10% da produção. Além disso, como resultado das chuvas tem-se a precarização dos caminhos que se tornaram impraticáveis, o que dificultou grandemente o transporte de mercadorias que restaram para os armazéns. E, como se os problemas com a natureza não fossem suficientes, as *turmas de trabalho*, como Armando Jopert chamou em seu relatório, tiveram que ser dispensadas, se mostrando difíceis de serem reorganizadas em Misiones, por causa da escassez de braços – esses trabalhadores foram procurados posteriormente para o prosseguimento do corte, em formas irregulares (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Junior, de outubro de 1954). Do que sobrou da produção argentina em 1954 tem-se a soma de 106 mil toneladas, com um decréscimo de 24 milhões de quilos em relação a 1952 e 14 milhões em cotejo com a de 1953 (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Junior, de março de 1955).

Claro também que tem o outro lado, pois isso tudo favoreceu a busca do mate brasileiro por parte da *Federación de los Molineros*¹⁶, afinal no início de 1955 crescia o medo de escassez de matéria-prima (e também por ser o produto brasileiro mais barato do que o produzido em seu país). O governo argentino, por seu turno,

¹⁵ Do lado brasileiro, uma geada em 1953 havia causado danos nas regiões ervateiras do vale do Amambai, em Mato Grosso, que “tiveram a queda de produção de 80%” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955).

¹⁶ Representante dos moedores (ou beneficiadores) ervateiros na Argentina.

autorizou a ampliação do período de corte e a realização de uma *safrinha*¹⁷, além de promover a renovação e concessão de créditos agrícolas, mas ficava uma certeza: a de que dificilmente a produção do país daria conta da demanda dos consumidores, sobretudo devido à idade das plantas, cujo vigor já não permitia as podas, senão muito espaçadamente. Alguns ervais argentinos já haviam sido virtualmente abandonados pela exiguidade do seu rendimento e a concessão governamental para o plantio de mais 30 mil erveiras ainda não surtira muito efeito. Isso porque, também, algumas ações que seriam destinadas ao plantio do mate estavam sendo utilizadas para o plantio de chá da Índia, que fornecia excelentes rendimentos, dadas as condições do solo da região de Misiones e o preço altamente compensador de 80 pesos por quilo (Cr\$ 197,00), em comparação com 2 pesos e 85 centavos da erva-mate (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Junior, de março de 1955).

O Estado argentino não estando contente com a situação de seus produtores de mate, afinal o produto era considerado de primeira necessidade no país, trouxe novo empecilho aos exportadores brasileiros: uma nova taxa cambial, adotada em 27 de outubro de 1955. Esta provocou alterações nas importações do país, fixando o dólar para conversões de divisas de transações com o exterior em 18 pesos, 140% de elevação em relação aos 7,50 pesos que vigorava há vários anos no mercado oficial. Ficaram sujeitos a esse novo regime os pagamentos de todas as mercadorias importadas, exceto as que já se achassem amparadas por licença de câmbio anterior. Consequentemente, isso afetaria o preço da erva-mate importada do Brasil, na mesma proporção de 140%, mas aparentemente não imediatamente, pois somaram em 1955 cerca de 24.000 toneladas – sendo que apenas a metade, 12.000 toneladas, depois ficou submetida a essa nova taxa de câmbio (Relatório do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

A *Federación de Molineros* e outros meios credenciados enviaram várias sugestões ao Banco Central argentino, em resposta a essa nova taxa de câmbio, no intuito de ao menos manter um bom preço, o que segundo a Agência do INM na

¹⁷ *Safrinha*: um corte extra, feito nas erveiras durante a entressafra (período entre o fim da colheita e a volta aos trabalhos nos ervais). Alvanir de Figueiredo fala de uma “lei da safrinha” (p. 138): “a planta precisa estar ‘madura’. Quando isto ocorre, ela torna-se coriácea, com uma coloração verde escura. Durante o repouso vegetativo de inverno, as folhas atingem o completo desenvolvimento, para cair durante a primavera e começo de verão. Todo corte realizado fora deste período, que é o da safra, constitui o que se convencionou chamar de ‘safrinha’. Geralmente a safrinha tem-se dado entre dezembro e janeiro” (1967, p. 138-139, nota 144 do autor).

Argentina não produziu a princípio nenhum efeito. O que se via era a retração do crédito na praça, motivada pelas medidas de reestruturação econômica do país, afetando a relação dos preços. Ao mesmo tempo, o Estado argentino continuava incentivando seus produtores, tanto nos preços de venda garantidos, como no financiamento e colocação – ainda assim a classe ervateira do país continuou reclamando e pedindo aumento, dadas as despesas que oneravam a exploração, especialmente no que diz respeito à mão-de-obra e ao transporte. O que se sabe ainda é que havia liberdade de preços de mate elaborado, que deveria ser suprimida por um tabelamento do governo aos “produtos de primeira necessidade”, que incluía erva-mate. Os tipos beneficiados mesclados com erva-mate estrangeira também teriam seus valores ajustados de acordo com os novos valores de importação (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

O que o Governo argentino não contava, em 1956, era com novas baixas na produção causadas pela natureza, desta vez com algumas agravantes, motivadas por circunstâncias diversas, tais como pragas, erosão do solo, enfraquecimento dos ervais, chuvas excessivas, rigoroso inverno, etc.. Por fim, em todo o ano de 1956 o país produziu apenas 92 milhões de quilos – enquanto em 1955 havia produzido 112 milhões, em parte recuperando-se dos prejuízos dos anos anteriores. Com isso o INM chamava a atenção dos importadores argentinos para o fato dos produtores brasileiros estarem prontos, mais uma vez, para atender à demanda e mostrava a necessidade de novos contatos diplomáticos. Eles por sua vez, sem alternativas, aceitaram a sugestão, confirmando o otimismo que se mostrou na economia ervateira brasileira, tendo a Argentina importado 20.200 toneladas em 1956 (Relatório do Presidente do INM, Antonio Souza Artigas, de março de 1957).

Por esse mesmo tempo as autoridades ervateiras da Argentina procuraram tomar providências para o cuidado das plantações (Relatório do Presidente do INM, Antonio Souza Artigas, de outubro de 1956). Mas, ainda em 1957, vendo que as formas de controle dos *permisos* não davam os resultados esperados, o país vizinho criou novo otimismo para os ervateiros do Brasil, não só quanto ao volume da encomenda, mas ao adotar medidas a fim de facilitar a importação: ali havia sido baixada uma *Circular*¹⁸, em 26 de julho, através da qual o Banco Central decidiu adotar o “*regime automático para a concessão de licenças de importação para a erva cancheada do Brasil*, a

¹⁸ Não encontrei dados mais específicos sobre essa circular na documentação.

exemplo do que já estabelecera para o cacau, pinho, café, e outros produtos” (Relatório do Presidente do INM, Antônio Souza Artigas, de outubro de 1957, grifos meus). O resultado dessa medida foi positivo, especialmente para os cancheadores, afinal os exportadores brasileiros eram obrigados a esperar meses e meses para que fossem liberados os *permisos*. Claro que, por outro lado, o governo argentino não deixou de tomar medidas excepcionais para a recuperação dos ervais de Misiones e para a sua autossuficiência, tendo a *Comisión Reguladora*, em 1957, declarado “*la caducidad de las autorizaciones realizadas por la Dirección de Yerba Mate que no se hubieran iniciado hasta el momento, permitiendo, al mismo tiempo, la libre plantación hasta un máximo de 15 hectáreas*” (MAGAN, 2008, p. 11-12).

Além disso, no mercado argentino têm-se algumas ocorrências complexas como resultado da instituição do regime de câmbio de 1957, que extinguiu a taxa oficial e adotou o câmbio livre. Se por um lado tinha-se nesse período a isenção de adicionais, sobretudo para importação do mate, o que atenuou o impacto sofrido, de outro lado, certas medidas adotadas posteriormente anularam em grande parte os benefícios desse favor. Com esse regime de câmbio, instituído através da *Circular 3.331*, de 19 de setembro de 1957, o Banco Central da Argentina determinou que as importações provenientes dos países limítrofes (incluindo o Brasil), efetuadas até então pela taxa oficial de 18 pesos por dólar, passariam a serem liquidadas 50% por essa taxa e 50% pelo câmbio livre, com exceção das compras cujas licenças tivessem sido requeridas até a véspera da resolução, que continuariam reguladas pelo regime anterior. A medida resultou em descontentamento, especialmente por parte dos industriais argentinos, pelo aumento da aplicação de capitais e a possibilidade de redução nas importações (Relatório do Presidente do INM, Pedro Firman Neto, de outubro de 1959).

Decorridos dois anos, já no final de 1959, o INM e os produtores ervateiros do Brasil viram apreciáveis dificuldades afligirem os mercados tradicionais (Argentina, Uruguai e Chile). Na Argentina, as divisas para fazer face às importações se mostraram cada vez mais escassas, retraindo os negócios (Relatório do Presidente do INM, Pedro Firman Neto, de outubro de 1959 e de março de 1960).

2.2 A “derradeira” década de 1960

O ano de 1960 começa com as vendas para o mercado argentino se processando com restrições, mas sem interrupções prolongadas nos embarques, se apresentando como o mais estável, o mais regular, entre os mercados tradicionais. É certo também que, ao mesmo tempo, as ofertas ali se acumulavam, excedendo os limites de procura, mesmo assim mantendo um ritmo regular de negócios.

Já nos dois anos seguintes tínhamos uma alta da inflação e tropeços decorrentes de uma nova fase de intranquilidade que atingiu quase todos os países da América Latina – a situação interna na Argentina, por exemplo, acarretava sérias restrições ao mercado ervateiro brasileiro, resultando em queda de cerca de 50% nas nossas exportações para o país em 1962, em comparação com o mesmo período de 1961. Se bem que seria difícil igualar o ano de 1961, que registrou um ápice de exportação brasileira de erva-mate, somando só para este comprador tradicional um total de 33.112 toneladas (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1963; também COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, volume 1, 1969, p. 3/36).

A ALALC e a erva-mate

Em fevereiro de 1960 surgia a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em reunião realizada na cidade de Montevideu, no Uruguai, e formalizada no *Tratado de Montevideu* – um acordo internacional firmado entre as repúblicas da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru. Logo em seguida aderiram Colômbia e Equador, posteriormente Bolívia e Venezuela. Em 1968 a ALALC compreenderia todos os países da América do Sul e o México. O *Tratado* propunha a redução de tarifas e a criação de uma zona de comércio livre entre os seus membros. Segundo Celso Furtado, objetivava-se “liberalizar o intercâmbio na área e não propriamente formar uma união aduaneira” e seus processos operacionais consistindo em “negociações bilaterais produto por produto, excluindo os esquemas de liberalização automática e linear que caracterizaram o desenvolvimento da Associação de Livre Comércio Européia e a Comunidade Econômica Européia” (1976, p. 262).

Sendo assim, a ALALC representava uma esperança para a economia brasileira, em nosso caso especialmente para a ervateira, incluindo ainda, por certo, uma gama mais ampla de produtos tropicais – entre os quais café e cacau. Acerca de certas cláusulas do *Tratado de Montevideu*, minuciosos estudos tinham sido feitos e entregues à Delegação Brasileira, que na visão do Instituto Nacional do Mate preservariam a erva-mate brasileira dos gravames que despontavam. Constituindo esse *Tratado* “muito mais uma resposta a problemas limitados surgidos em torno do comércio dos países meridionais” (FURTADO, 1976, p. 262), constatou-se que não haveria impedimento nas importações da erva-mate brasileira, a não ser em casos discriminatórios e incrementos antieconômicos de produção pelo lado argentino (nessa discussão o Governo argentino partiu da *Lei 12.236*, de 1935, conhecida naquele país como “Lei da Erva-mate”).

Após ampla discussão em torno desse *Tratado* e das ações a serem tomadas pelos países envolvidos, em um ponto específico havia sido aceita a posição brasileira, a contrariedade ao projeto de restrição ou suspensão da importação de erva-mate. Contudo, devido aos problemas econômicos e políticos dos países signatários, a integração, de forma geral, não prosperou. Apesar disso, a ALALC foi um antecedente para os contatos regionais que culminariam no *Tratado de Assunção*, em 1991, que criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Ainda em 1962 o INM alertava para o fato de haver “informações de que a Argentina e o Uruguai, valendo-se de algumas cláusulas da ALALC, venham a solicitar certas modificações no regime de comércio com o nosso país, até agora em vigor” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1962). Dois anos depois, em março de 1964, outro Presidente do Instituto, Jorge de Lima, continuaria dizendo que “quanto à Argentina, o problema não é fácil”, sendo também produtora na região missioneira, cujo volume prosseguia em aumento cada vez mais acentuado, estando ainda trabalhando na substituição dos ervais envelhecidos (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1964).

No mesmo ano de 1962, tentando remediar a situação, o INM baixou a *Resolução 708*, onde propunha dilatar o prazo de reajuste das cotas, de três para seis meses, esperando-se que isso possibilitasse maiores vendas. Além disso, o que não era uma novidade, o Instituto buscou um convênio com o Itamaraty, em Brasília (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1962) – desde 1960, por exemplo, já circulava também a informação de um “novo consórcio europeu”, que possibilitaria a

compra de apreciáveis quantias anuais, apesar de nada de concreto poder mencionar a respeito na época.

A princípio, a *Resolução 708* pareceu ter surtido efeito positivo, sendo que em 1963, importando exclusivamente do Brasil, o mercado argentino ofereceu um aumento de volume de importação e valor (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1964). Apesar desse aumento, a manutenção do *status quo* parecia ainda bem precária e, mesmo não querendo acreditar, o INM via em seu enalço a assombração da autossuficiência argentina. Autossuficiência, em grande parte, motivada pela superação das dificuldades na sua produção interna que vinham da década de 1950, como as apresentadas anteriormente (desastres naturais, falta de mão de obra, tempo para o desenvolvimento das erveiras novas, etc.).

Ficava evidente ainda que o Brasil estava nas mãos e à mercê da vontade dos importadores argentinos. Só não contava, para piorar a situação desconfortante, encontrar-se em concorrência com o mate paraguaio. É que, desde 1953, Argentina e Paraguai haviam firmado a *União Econômica*, acordo celebrado como regime de exceção e isenção de licenças prévias, o que representaria uma ameaça às exportações brasileiras. Naquela época, no entanto, o Paraguai não tinha condições de exportar quantidade suficiente e necessária para abastecer o mercado argentino, “ali [no Paraguai] tudo está por fazer com relação à erva-mate” – processos de produção rudimentares, imperfeitos e onerosos, dizia o INM. Sua produção não havia atingido até então 6 milhões de quilos anuais – a própria Industrial Paraguaia, dona de um dos maiores moinhos argentinos, havia se retirado do ramo, cedendo suas propriedades no Paraguai para empresas inglesas fazerem o plantio de café. Esses fatores seriam um alívio aos produtores, industriais e exportadores brasileiros. Acontece que as coisas mudaram na década de 1960 e as quantias exportadas pelo Paraguai atingiram em 1963 a cifra de US\$ 600.000,00, com volume superior a 4 milhões de quilos, o que não representaria um risco, aparentemente, se não fosse o fato dessa quantia ser somada à de erva-mate “contrabandeada” de Mato Grosso via Concepción, também no Paraguai, sem registros do INM¹⁹ (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1964).

¹⁹ Interessante que o Instituto considerava como contrabando toda venda de erva-mate de pessoas não cooperativadas (sobre isso *cf.* FIGUEIREDO, 1967). Como marca legada aos cooperativados, o INM, por meio das cooperativas, fornecia um Certificado, conforme depoimento do senhor Ricardo Dauzacker (Entrevistado Vila São Pedro, Município de Dourados, MS, em junho de 2008).

Como se a “tortura” para a Diretoria do INM não fosse grande, seguia ainda a Argentina na busca por aumentar sua qualidade de **exportadora de erva-mate**, com apoio do governo. Isso, por si só também não era uma novidade²⁰, mas, o que aconteceu foi que, nessa década, diversos exportadores argentinos passaram a oferecer seus produtos no exterior com facilidades de pagamento, ganhando em vantagens dos exportadores brasileiros. Segundo informações reproduzidas pelo INM, foram exportadas mais de 500 toneladas, rendendo cerca de US\$ 200.000,00, em 1963, enquanto os novos mercados conquistados pelo Brasil renderam apenas US\$ 90.000,00 (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1964).

Tal situação acirrou ainda mais as já referidas controvérsias entre os industriais e produtores argentinos sobre a importação do mate brasileiro: enquanto os industriais continuavam considerando imprescindível a mistura do produto nacional com determinadas percentagens de mate brasileiro, para melhorar a qualidade do produto, os produtores argentinos intentavam dificultar essa importação sob o fundamento de que os seus estoques já ultrapassavam as necessidades de consumo do país. O problema foi levado à *3ª Assembléia da ALALC*, realizada em Montevideu, Uruguai, no último trimestre de 1963. As cooperativas de produtores ervateiros argentinas pleitearam a aplicação de um adicional de 100% na taxa cambial das exportações, na intenção de um verdadeiro boicote com amparo no *Tratado de Montevideu*, ou então a exclusão pura e simples da erva-mate das listas nacionais de importação, como facultaria o *Artigo 8º* do mesmo documento legal (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1964). Verdade também que a Argentina e o Paraguai, neste momento, estavam presos por interesses comuns com o Brasil, tendo determinado conjuntamente a realização de estudos que possibilitassem assinatura de um acordo ou convênio que disciplinasse a conquista de novos mercados comuns externos. Segundo o INM, alguns pequenos passos nesse sentido já haviam sido dados.

Em relação às vendas para a Argentina no primeiro semestre de 1964, estas não se mostraram animadoras para o Brasil, reagindo no segundo semestre, o que pareceu ao Instituto a “volta de um relativo equilíbrio”, dizendo ter o apoio da *Comisión Reguladora* argentina, que, por outro lado, também destinava grande verba para

²⁰ Em verdade essa intenção era antiga, aparecendo especialmente a partir da década de 1940 (cf. MAGAN, 2008).

propagandas do mate argentino no país e no exterior, devendo realizar grande promoção em defesa do uso de seu produto (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de março de 1965). Essa última situação é, no mínimo, contraditória, o que talvez tenha impedido o Instituto de perceber os rumos que vinham sendo tomados pela Argentina. A Junta Deliberativa do INM parece não ter se dado conta, no final de 1964 e durante todo o ano de 1965, de que a Argentina já estava a fechar o cerco contra a importação do mate brasileiro, acreditando que as crises pudessem ser superadas lentamente e insistindo que “a erva-mate brasileira pode e deve reconquistar esse mercado” (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de outubro de 1964). Chegou mesmo a falar em “bom andamento” das exportações para este país em 1965 (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de outubro de 1965).

Só não sabiam os Diretores que o ano de 1965 seria o último de encomendas argentinas do produto e que em 1966 esse país apenas cumpriria os compromissos já firmados com os exportadores brasileiros. O agente do INM na Argentina, Armando Jopert, demonstrando maior consciência da situação, alertou para o fato da produção daquele país ter aumentado, sendo limitada pelo governo a safra em volume para 1964/1965, não podendo as colheitas exceder 200.000 toneladas em conjunto, o que já era muito. Era o sinal de que a Argentina já era autossuficiente (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de março de 1965).

Finalmente, em março de 1966, Manoel Sobrinho, em seu relatório apresentado à Junta Deliberativa, em reunião ordinária do INM, dizia que “a grande produção argentina de Missões está exigindo, agora, a suspensão das nossas importações”. Parece que este é o momento em que se dá conta da gravidade da situação. Chamou a atenção nas reuniões da Junta Deliberativa do INM de março desse ano para um acordo *Memorandum*, firmado entre Brasil e Argentina em 1965, que ainda se encontrava em vigor, onde resolviam dar um “tratamento conjunto, sobretudo no que se refere ao equacionamento dos objetivos”, que, como ficou evidente, não vinha sendo cumprido (Atas das Sessões da Primeira Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do INM dos dias 16 a 18 de março de 1966).

Segundo Alvanir de Figueiredo, que estudou o processo de produção e exportação do produto até a década de 1960, as remessas de mate brasileiro para o exterior, de maneira geral, teriam atingido o máximo de significação em 1926, quando

começaram a se fazer sentir os efeitos da produção argentina no Território de Misiones. Segundo ele, a partir deste ano – “em que a erva-mate chegou a significar 3,58 % do valor total das exportações brasileiras, com 92.657 toneladas – iniciou-se um período de declínio”, que sofreria algumas variações até o ano derradeiro de 1965 (FIGUEIREDO, 1967, p. 315). Para ele, de importadora a Argentina passou a exportar erva-mate, passando a competir inclusive com os estados produtores do Brasil em mercados internacionais, como no caso do Uruguai. E como já apontamos, para piorar a situação dos produtores brasileiros, o Paraguai também entrou na competição tornando-se produtor de um mate de excelente qualidade e em condições de ampliar a produção (*idem*, p. 322).

CAPITULO 3

MATO GROSSO E O MERCADO ERVATEIRO

Neste capítulo espero que o leitor consiga visualizar, mesmo que minimamente, os espaços onde se travavam as relações sociais e a produção de erva-mate no extremo sul do antigo estado de Mato Grosso, com uma breve “reconstrução” dos meios e esquemas de transporte, além de incluir a ação da Delegacia Regional do Instituto Nacional do Mate (INM) e das cooperativas regionais de erva-mate, com as quais iniciaremos a seguir.

3.1 - As cooperativas de produtores de erva-mate e sua Federação

As cooperativas de erva-mate, segundo Jesus, já haviam sido previstas antes mesmo da criação do Instituto Nacional do Mate (INM), em 1938. Em 19 de dezembro de 1932, o presidente Getúlio Vargas já havia promulgado o *Decreto 22.239*, que seis anos depois foi modificado pelo *Decreto 581*, autorizando a criação das cooperativas do mate (2004, p. 115). Anos depois, em 27 de junho de 1944, aparece o *Decreto-lei 6.635*, para dispor sobre a “organização em cooperativas dos produtores de erva-mate”, legitimando sua ação como distribuidora da erva-mate no Brasil e no exterior, dizendo ainda em seu *Artigo 3º* que estas se subordinariam a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate, criada pela *Portaria 14*, de 4 de novembro de 1942, do Coordenador da Mobilização Econômica, subordinado por sua vez ao Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

No estado de Mato Grosso, antes mesmo da referida Comissão, a primeira registrada foi a Cooperativa dos Produtores do Mate de Ponta Porã, em 20 de julho de 1942. Tendo por certo, porém, antes disso, a existência de um sindicato criado por Aral Moreira¹ e

¹ Aral Moreira teve um importante papel entre os produtores de erva-mate de Ponta Porã, tendo comparecido como representante dos industriais, produtores, comerciantes e exportadores de erva-mate de Mato Grosso à *Sessão de Instalação do INM*, em 20 de julho de 1938, realizada no prédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro (Ata da Sessão de Instalação do INM, 20/jul/1938). Ele compareceu a diversas

outros colaboradores, os quais provavelmente aderiram a essa cooperativa (JESUS, 2004, p. 115). As outras cooperativas de Dourados, Amambai e Iguatemi, foram criadas logo depois à de Ponta Porã. Segundo Athamaril Saldanha (1986) e Laércio Cardoso de Jesus (2004, p. 115), foi o descontentamento com os preços da erva-mate que teria levado os produtores², por seu lado, a criarem na década de 1940 essas cooperativas. Complementando, Figueiredo diz que as cooperativas sobreviviam com recursos de sobrepreço nos produtos, “originado com a conversão do dólar de venda” (1967, p. 29). E é nessa época que surge também a Cooperativa Mista da CAND, ligada ao projeto da Colônia, quase sempre muito ligada também, operacionalmente falando, à Cooperativa de Produtores de Mate Dourados, tendo passado, ao longo da década de 1950 e 1960, por transformações em suas estruturas e composições³.

Na mesma década de 1940, foi criada a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA⁴), que passaria a representar o segmento ervateiro mato-grossense, reunindo as várias cooperativas existentes. A COPEMA, em 1967, segundo Alvanir de Figueiredo, concentraria “cerca de 95% dos produtores registrados”, além de ter também a maior produção (FIGUEIREDO, 1967, p. 265). Este autor completa dizendo que, “congregando mais de 1.200 propriedades ervateiras e quase 20.000 trabalhadores a Cooperativa [Federação] domina 80% da produção estadual” (*id.*, *ibid.*).

outras reuniões da Junta Deliberativa do INM, em algumas delas como representante do Governo de Mato Grosso, conforme mostra, por exemplo, a Ata da Reunião da Junta Deliberativa do INM de 16 de março de 1939.

² Produtores estes chamados por Jesus de *independentes*, em relação à Mate Laranjeira, e *particulares* por Saldanha.

³ Neste ponto nos baseamos em ofícios trocados entre a Administração da CAND, a Cooperativa Mista da Colônia e a de Mate de Dourados, disponíveis no Acervo CAND do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS). Cito alguns desses ofícios no **Capítulo 4** quando voltar a falar da Cooperativa Mista e sua ligação com a Cooperativa de Erva-mate “Dourados”.

⁴ Sempre que nos referirmos à COPEMA fica entendido ser esta a sigla da **Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai**. No texto de Laércio Cardoso de Jesus ela recebeu a sigla FCPMA, o que não me parece o mais adequado, tendo em vista o registro que consta no *Estudo Básico* de 1969 da mesma Federação (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, 2 volumes, 1969).

Tabela 1 – Produção de erva-mate em Mato Grosso, segundo os produtores (em quilos), de 1952 a 1959

	1952	1953	1955	1956	1957	1958	1959
COPEMA – Federação das cooperativas de Produtores de Mate Amambai	1.848.900	4.155.840	6.095.400	5.026.080	6.590.472	10.065.000	5.802.000
Cia. Mate Laranjeira	3.632.944	2.325.608	2.313.672	4.546.658	4.130.000	2.800.000	1.800.000
José Pinto Costa	30.000	60.000	54.400	–	–	–	–
BRAMATE – Industria Brasileira de Mate	1.027.800	445.200	42.000	–	–	–	–
Sociedade Caa	–	–	–	–	300.000	90.000	–
Hildebrando Hervê	–	–	–	95.400	–	–	–
SOMATE - Sociedade Mato-grossense de mate	612.000	–	–	–	–	–	–
Total	7.151.644	6.986.648	8.505.472	9.668.138	11.020.472	12.955.000	7.602.000

Fonte: FIGUEIREDO, 1967, p. 272, 273, vários anos; completado em alguns anos com dados dos Relatórios dos Presidentes do INM.

Tabela 2 – Produção de erva-mate em Mato Grosso, segundo os produtores (em quilos), de 1960 a 1965⁵

Produtores	1960	1961	1962	1963	1964*	1965*
COPEMA – Federação das cooperativas de Produtores de Mate Amambai	8.865.000	10.353.360	5.659.920	4.699.960	–	–
Cia. Mate Laranjeira	2.800.000	2.420.000	1.360.000	1.920.000	–	–
José Pinto Costa	–	–	–	–	–	–
BRAMATE – Industria Brasileira de Mate	–	–	–	–	–	–
Sociedade Caa	–	–	–	–	–	–
Hildebrando Hervê	–	–	–	–	–	–
SOMATE - Sociedade Mato-grossense de mate	–	–	–	–	–	–
Total	11.665.000	12.773.360	7.019.920	6.619.960	8.765.300	9.331.000

Fontes: FIGUEIREDO, 1967, p. 272, 273, vários anos; completado em alguns anos com dados dos Relatórios dos Presidentes do INM.

* Sobre os anos de 1964 a 1965, Figueiredo não fornece informações, sendo nesses casos usados dados dos Relatórios dos Presidentes do INM, onde consta o total produzido, mas não se faz a especificação por **produtores**.

⁵ Essas informações foram conseguidas a partir de uma contagem feita por Figueiredo (1967), mas de forma incompleta; sendo que os dados faltantes foram obtidos através dos relatórios semestrais apresentados pelos presidentes à Junta Deliberativa do INM.

Com base nas **Tabelas 1 e 2**, podemos ver que esses números e essas considerações sobre a Federação começam a ganhar tal proporção já na década de 1950, quando se intensificam as suas atividades, como também as atividades do INM e das cooperativas, especificamente. Podemos supor que os 20% da produção que não foram controlados pela COPEMA ficaram, se bem que cada vez menos, com a Companhia Mate Laranjeira e os outros possíveis produtores, pelo menos até 1959, quando a Companhia exporta 2.800.000 quilos e passa a declinar constantemente na década de 1960, já não se fazendo notar como outrora; nesse mesmo ano, os demais produtores deixam de aparecer na contagem.

Outro fato a se notar é que o surgimento das cooperativas, mas, sobretudo, da COPEMA (Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai) parece ter se mostrado um incômodo para os demais produtores/exportadores que atuavam em Mato Grosso. A maioria deles desapareceria devido às medidas do Instituto, entre as quais as taxas e favorecimentos, como o que parece ocorrer com a Sociedade Brasileira de Exportadores de Mate (SOMATE) que, por sua vez, se juntaria à COPEMA. É possível que os valores exportados por esta empresa se tenham assimilado aos da COPEMA. O que explicaria, em parte, a ascensão dessa última, até chegar a superar as exportações da Companhia Mate Laranjeira. A acusação é feita através de uma carta enviada pela Indústria Brasileira do Mate⁶ ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, em 11 de abril de 1949. Segundo esse documento, o INM estaria favorecendo o monopólio das exportações mato-grossenses à exportadora Sociedade Brasileira de Exportadores de Mate (SOMATE) que se associara à “produtora” Federação das Cooperativas (COPEMA) (Carta do Dirigente da Indústria Brasileira do Mate, enviada ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, 11/abr/1949)⁷.

É bastante estranho e sem explicação que a Federação das Cooperativas que tanto batalhou pela sua liberdade, no momento de consegui-la tivesse entrado em conluio com esse exportador. Quer dizer que os dirigentes dessa Federação preferiram não só entregar os produtores seus associados a um exportador, como também *obrigar aos outros produtores ficarem nas mãos dele (idem, p. 4)*.

⁶ A Indústria Brasileira de Mate tinha sede em Curitiba no Paraná, com filial em Ponta Porã, contando com diversos sócios em ambos os estados, dentre ele Mário Araujo Marquez e Ciro Correia Pereira, sendo o último sócio também na empresa paranaense Viúva Oribe Marquez & Cia Ltda (COSTA, 1995, p. 104-105).

⁷ Disponível no Arquivo Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, MT, com uma cópia disponível na Coleção “Mundo ervateiro” do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, Dourados, MS.

Indignado, o dirigente da Indústria Brasileira do Mate acusa a COPEMA de fechar os caminhos aos demais produtores/empresas. “Os produtores de Mato Grosso estão revoltados, pois não podem produzir o que desejam e assim somente tiveram prejuízos morais e materiais com o *monopólio*” (p. 4, grifo meu). Do ponto de vista da acusadora, em escala de valor e presença econômica menor, essas outras empresas tiveram sua presença cerceada com a atuação especialmente da COPEMA. Se bem que a maioria instalasse suas sedes em Ponta Porã, para onde ia boa parte da produção ervateira da CAND, sabemos pouco sobre a relação dessas empresas com os colonos e sua atuação na Colônia, nos limitando aqui a citar sua presença na economia ervateira do sul de Mato Grosso no pós década de 1930. Das empresas que teriam se prejudicado com a união entre SOMATE e COPEMA estão: José Pinto Costa; Indústria Brasileira do Mate; Sociedade Caa; e Hildebrando Hervê.

A acusação que apresentamos mostra o quanto incomodou o crescimento de um órgão representativo dos produtores no estado. Se pensar do lado da Federação e das cooperativas, devemos imaginar também que, por mais defeitos que uma cooperativa possa ter e mesmo que ela deixe de cumprir com todos os compromissos propostos, nela, os cooperados são donos e estão unidos, o que se mostraria indesejável para as outras empresas, afinal, essas gostariam de poder negociar com os produtores estando eles dispersos e isolados, pois assim estariam mais fracos e suscetíveis à especulações. Sobre duas cooperativas em particular, a Mista da CAND e a de erva-mate de Dourados, veremos mais no próximo capítulo, mas por hora vale dizer que alguns documentos de Administradores da CAND nos falam da fragilidade dos produtores e da necessidade de um órgão que os defenda de “intermediários” (por exemplo o *Ofício 174*, do Administrador da CAND, Lloyd Ubatuba, ao Diretor do Serviço de Economia Rural, Antonio Arruda Camara, 7/ago/1951).

A fábrica Matex - mate solúvel

A mesma COPEMA, na década de 1960, quando a economia ervateira começou a mostrar sinais claros de que as importações argentinas estavam em perigo, construiu uma fábrica de mate solúvel no estado, a *Matex*, localizada em Ponta Porã. Themistocles Linhares dá conta da existência anterior de algumas fábricas de solúvel espalhadas nos demais estados produtores

do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, sendo, no entanto, a fábrica *Matex*, terminada em 1964, a maior do tipo já montada no país (LINHARES, 1969, p. 340 ss). O empreendimento gerava grandes expectativas tanto nos produtores de Mato Grosso quanto na Diretoria do INM, sendo que o Presidente Cândido Mader já declarava desde a década de 1950 que

ainda no campo da indústria, cabe-me informar, que temos procurado estimular, por todos os meios ao nosso alcance, a industrialização do “mate solúvel”, que há muitos anos vem sendo submetido a testes, mas que, agora, parece, está em condições de despertar interesse aos mercados consumidores (Relatório do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

As expectativas em relação a esse produto se pautavam por ser ele muito promissor, sendo considerado, junto com outros derivados da erva-mate, como uma nova forma de aproveitamento da produção brasileira. Mas, para infelicidade dos produtores e industriais, o INM reconheceria que o consumo de solúveis, refrigerantes e chás de mate, a despeito da propaganda feita, representavam uma parcela pouco expressiva, do ponto de vista econômico e estatístico, ao contrário do chimarrão que, com pouca propaganda, rendia lucros. Linhares chamou a atenção para esse fato em 1969, mostrando o cuidado excessivo com os produtos a serem exportados nesses formatos alternativos. A verdade é que o refrigerante e o chá vinham dando prejuízo, sendo que suas vendas não condiziam com os gastos e investimentos feitos (LINHARES, 1969, p. 340 ss).

Sintetizando o que apresentamos neste tópico, pode-se dizer que o surgimento das cooperativas contribuiu para o crescimento da produção independente da Companhia Mate Laranjeira, além de sua luta constante por melhores preços para a erva-mate cancheada produzida no estado de Mato Grosso. Como diz Alvanir de Figueiredo, antes das cooperativas a ação dos produtores independentes era pouco representativa “diante da maciça produção da Mate Laranjeira” (FIGUEIREDO, 1967, p. 268). Sendo assim, podemos dizer que as cooperativas, mesmo dados seus problemas estruturais, contribuíram para o fortalecimento dos pequenos produtores, pelo menos aparentemente, já que fica difícil medir o real impacto na vida dessas pessoas. Sem exageros, podemos dizer sim que as cooperativas contribuíram para melhorar a

situação dos produtores ervateiros mato-grossenses, especialmente na década de 1950, época do seu florescimento⁸.

3.2 – As mudanças na atuação da Companhia Mate Laranjeira

As transformações na economia ervateira e as políticas de ocupação da fronteira oeste brasileira pós-1930 afetaram as ações da Companhia Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso e promoveram o aumento da produção independente, incrementada sobremaneira com a divisão de uma parte extensa dos ervais em lotes da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no bojo da *Marcha para Oeste*. Somava-se a isso a negação na continuidade das concessões de terras por parte do Governo Federal, sobretudo com as medidas nacionalistas de Getúlio Vargas, que não mudariam muito durante o governo pouco ativo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), prosseguindo depois no novo governo de Vargas (1952 a 1954)⁹.

Nesse sentido, não podemos nos contentar com explicações que considerem apenas pontos isolados. Uma consideração que precisa ser somada a outras é mostrada por Benícia Couto de Oliveira, quando nos diz que o declínio da Companhia Mate

já havia tido início, na década de 30, quando o governo federal decidiu valorizar a indústria interna brasileira, criando impostos que regularizavam as exportações da erva-mate. Diante dessas novas mudanças, a Companhia Mate Laranjeira, que dependia do mercado externo, entrou em crise, pois não conseguiu competir com a produção ervateira da Argentina que até então tinha sido a maior compradora de erva-mate de Mato Grosso (1999, p. 124).

Dessa sua citação nos vale apenas observar que as medidas de proteção da economia nacional e esses impostos contribuíram grandemente, mas não seriam os fatores suficientes para explicar o afastamento da Companhia Mate da atividade ervateira. Prova disso é dada ao olharmos em sentido contrário, atentando para as importações por parte da Argentina, que

⁸ Athamaril Saldanha nos diz que “com a existência das cooperativas, a região ervateira do sul de Mato Grosso gozou de uma ‘viva prosperidade’” (*apud* JESUS, 2004, p. 120), o que parece um tanto exagerado, tendo que tomar essa afirmação com ressalvas.

⁹ Outros governos brasileiros, intermediários ou posteriores aos períodos mostrados são tratados no **Capítulo 1**, a partir da página 19.

começam em meados do mesmo período a ser reavaliadas, devido à produção e à proteção do mercado interno do país (como discutido no **Capítulo 2**). A mesma autora ainda nos mostra outros fatos motivadores, como quando diz que o declínio da Companhia teve início a partir das medidas tomadas pelo governo Vargas, ainda na década de 30, quais sejam: a criação do Conselho Nacional do Mate em 1931; a cobrança de uma sobretaxa sobre cada quilo do produto, para pagar os trabalhos de propaganda e a manutenção do Conselho Nacional e dos quatro institutos locais (OLIVEIRA, 1999, p. 123).

Em nível estadual, o afastamento da Companhia foi motivado ainda por reviravoltas na política mato-grossense, como visto, por exemplo, com a *Lei estadual 725*, de 24 de setembro de 1915¹⁰. Além dessa medida, havia também a sugestão de taxaçoão estadual da erva-mate e concorrência pública de arrendamento de terras devolutas ervateiras:

De fato, em 1924, o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa pronunciou-se sobre a disparidade entre a receita do estado de Mato Grosso – que orçava por cinco mil contos de réis – e a da Companhia, que ia a aproximadamente 30 mil contos, sugerindo a *taxação ad valorem para produtos extrativos*.

A lei sancionada em 7 de julho de 1924, autorizou o governo ‘a *arrendar em concorrência pública* e pelo prazo não excedente de 10 anos, até a área de um milhão de hectares das terras ervateiras de propriedade do estado’ (FIGUEIREDO, 1967, p. 236, citando CORRÊA FILHO, 1957, grifos meus).

Nesse mesmo sentido, também não acho suficientes os dois motivos apresentados por Figueiredo na citação acima, parafraseando Virgílio Corrêa Filho (1957). Como começamos a perceber, esses não poderiam ter sido os únicos fatos motivadores que levaram ao enfraquecimento da Companhia Mate Laranjeira. Figueiredo mesmo complementa que “apesar de continuar com importância até a presente data [1967] e de ter o comando das exportações mato-grossenses até os dois primeiros anos da década de 1950”, já não era a mesma de outros tempos (1967, p. 236), mostrando os sinais de sua anunciada mudança de ramo de atuação. A pecuária, já em 1965, representaria mais de 50% das rendas da Companhia Mate Laranjeira (FIGUEIREDO, 1967, p. 265).

¹⁰ Ver **Capítulo 1**.

Enfim, juntando as peças, com os múltiplos fatores que apresentamos, temos ainda a própria Companhia, já na década de 20, tendo “anunciado” que pararia de trabalhar com erva-mate, devido à negação de renovação nas concessões de terra por parte do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso e do Governo Federal. Essa intenção, que mais se parecia com uma bravata, seria reforçada pelas medidas restritivas impostas pelo Governo Vargas já apontadas e, de forma mais direta, no contexto da *Marcha para Oeste*, quando aquele adota diversas medidas com vistas a enfraquecer a Companhia, como “a recusa em renovar seu contrato de arrendamento”, a “imposição de taxas sobre a erva cancheada” e o “apoio aos produtores ervateiros independentes da empresa, com a criação do Instituto Nacional do Mate e de cooperativas de produtores” (QUEIROZ, 2008, p. 58).

O surgimento das cooperativas de erva-mate na década de 1940, apresentado no item anterior, é realmente um complicador da situação da empresa, vindo se somar à criação da Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA), que na década de 1950 vê crescer sua importância na concorrência com a Mate Laranjeira. Exemplo disso é que, como apontado na **Tabela 1**, no ano de 1952, de um total de 7.151.644 quilos exportados pelo estado de Mato Grosso, a Companhia exportou 3.632.944, seguida pela COPEMA, com 1.848.900 quilos, e a Indústria Brasileira de Mate Ltda., 1.027.800 quilos. Em menor número seguia a concorrência de outros produtores/exportadores, tais como: Sociedade Mato-grossense de Exportadores de Mate (SOMATE), 612.000 quilos, e José Pinto Costa¹¹, 30.000 quilos.

A cartada final, por certo, foi dada com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, em plena área antes arrendada à Companhia Mate, onde passaram a ser distribuídos lotes gratuitos a milhares de colonos, especialmente paulistas e nordestinos (LENHARO, 1986, p. 50; OLIVEIRA, 1999, *passim*). Esse novo fluxo migratório abriria espaço para novos ervateiros, os “colonos ervateiros”, e outros personagens que serão assunto para o **Capítulo 4**. No mesmo ano, toda a faixa de fronteira com o Paraguai, no extremo sul do estado, foi transformada em uma área sob jurisdição do governo federal, isto é, o Território Federal de Ponta Porã.

¹¹ Interessante notar que um *Balancete do Rancho Campanário*, sede da Companhia em Mato Grosso, que foi apresentado no **Capítulo 1**, registrou que a mesma devia a José Pinto Costa, até o dia 30 de agosto de 1952, a quantia de Cr\$ 910,00, sem especificar a quantidade em quilos comprada (estando cotada a arroba de 10 quilos nesse período em cerca de Cr\$ 15, podemos imaginar pouco mais de 600 quilos) (*Balancete do Rancho Campanário*, ago/1952. Disponível no Acervo “CAND” do APEMS).

Imagino o quanto perturbador deve ter sido para a administração da então virtual monopolizadora da produção ervateira do sul de Mato Grosso receber um ofício (*Ofício 22*, de 19 de julho de 1944) solicitando a retirada “dos terrenos compreendidos nesta Colônia, anteriormente ocupados por esta Companhia, [de] todos os elementos constitutivos da passada elaboração ervateira”, incluindo complementos, diretos ou indiretos, pedindo urgência nesta ação. Talvez fosse mais perturbador ainda saber que a partir de então “toda e qualquer atividade desenvolvida ou a desenvolver-se no território da Colônia, estará subordinada ao prévio conhecimento desta Administração [da CAND], e consequente autorização” (*Ofício 22*, do Administrador da CAND, Jorge Coutinho Aguirre, ao Administrador da Companhia Mate Laranjeira, em Campanário, Território de Ponta Porã, de 19/jul/1944¹²). De fato, isso mais uma vez mostra como a *frente pioneira* teria avançado por “áreas novas, que, entretanto, têm marcas da exploração ervateira, atestada pela alteração da vegetação, pelos objetos, carretas abandonadas, picadas e mesmo túmulos” (FIGUEIREDO, 1967, p. 28).

A sobrevida da produção ervateira na Companhia Mate Laranjeira

Ainda assim, apesar das transformações na economia ervateira do sul de Mato Grosso e do Brasil e ofensivas que vinha sofrendo desde o início do século XX, o certo é que no começo da década de 1950 a Companhia Mate Laranjeira continuava como a maior exportadora de ervamate de Mato Grosso, pelo menos nos primeiros anos. Um exemplo disso é que, no dia 23 de março de 1953, quando as autoridades brasileiras e argentinas firmaram o *Tratado Comercial Brasil-Argentina*, ficando estabelecido que o Brasil, durante um ano, teria permissão para exportar até o limite de 82 milhões de cruzeiros, a Mate Laranjeira, em Buenos Aires, com instalações próprias de beneficiamento, tinha uma concessão para importação de mate no valor de Cr\$ 18.745.335,00, a maior dentre as licenças concedidas a todas as empresas brasileiras (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de março de 1953).

Se tomarmos o caso dos posseiros que se tornaram “independentes” da Companhia Mate Laranjeira, temos que, ao menos uma parte deles, continuaria, de alguma forma,

¹² Disponível no Acervo “Mate Laranjeira” do APEMS.

dependente da mesma na hora de vender sua produção. Alguns autores dizem, inclusive, que eles viviam em função da Companhia, que fixava todos os preços dos produtos (cf. ALVES, 1984). Além disso, ela, também a princípio, dominava os transportes e assim o escoamento da produção. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, essa dependência seria reduzida com o início das exportações através da ferrovia Noroeste do Brasil, enviando a erva-mate por via terrestre até Aquidauana ou Campo Grande, de onde ela seguia até Porto Esperança e daí, por via fluvial, para a Argentina. Queiroz ainda nos diz que esse esquema devia certamente envolver outros atores, especialmente os comerciantes que adquiriam a erva, transportavam-na até a ferrovia e, na viagem de volta de Aquidauana ou Campo Grande, traziam mercadorias para o consumo na região ervateira (QUEIROZ, 1999, p. 419-420)¹³.

O certo é que aos poucos os produtores independentes foram encontrando alternativas, como, por exemplo, a exportação via Paraguai, onde era usada a estrada carreteira de Ponta Porã até Concepción. Outros, se bem que em número menor, faziam uso do Porto de Santos, utilizando a Noroeste, que já em 1949 inaugurava uma estação em Itaum, no ramal de Campo Grande a Ponta Porã, sendo o mais próximo da CAND. Eventualmente ainda apareceria como alternativa a Estrada de Ferro Sorocabana (JESUS, 2004, p. 89). Uma alternativa, segundo Athamaril Saldanha, relacionada com o Paraguai, era vender o produto diretamente para alguns comerciantes desse país (*apud* JESUS, 2004, p. 90). Para outros a opção era desenvolver o trabalho de exportação na clandestinidade – no caso dos colonos da CAND pelo menos enquanto pairou a incerteza sobre a posse dos seus lotes.

O poderio da empresa, na mesma década de 1950, finalmente começou a mostrar sinais de desmoronamento; observado, por exemplo, através das remessas de cancheada da empresa, que no período entre outubro de 1952 e fevereiro de 1953 montavam a menos de um milhão de quilos, via portos Mendes e de Santos. No primeiro semestre de 1953 a Companhia passou a figurar atrás da COPEMA nas exportações, com 1.523.300 quilos (até julho desse ano), enquanto que a segunda exportou 2.115.840 (contado até agosto) (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). O relatório do Presidente Taborda Júnior de março de 1954 continuou confirmando a situação da empresa, que durante todo o ano de 1953 teria exportado 2.128.036 quilos, enquanto a COPEMA exportou 4.155.840. Aos demais

¹³ Sobre os caminhos terrestres, portos e meios de transporte, veremos mais adiante no **item 3.3, “Os meios e esquemas de transporte da erva-mate sul-mato-grossense”**.

produtores e exportadores que aparecem no relatório, constam: Indústria Brasileira do Mate e José Pinto Costa, que mais uma vez ficariam com pequenas fatias do bolo, respectivamente 480.807 e 60.000 quilos (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de março de 1954).

Assim, como anunciava havia vinte anos, a Companhia mostrava os sinais do paulatino abandono da atividade ervateira, mudando seus ramos de atuação, buscando alternativas na pecuária e extração de madeiras. Ao que parece, a empresa não conseguiu (ou não fez esforços para isso) se refazer em termos de produção e comercialização de erva-mate na Argentina. O certo também é que grande parte de suas exportações era oriunda de produtos estocados, que no caso de 1953 provinham do ano de 1952, por exemplo. Ela reteve mais de 2 milhões de quilos para exportação em 1954, sendo que “os demais exportadores [também] findaram o ano aumentando consideravelmente seus estoques, sobretudo a Federação Amambai” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de março de 1954).

Nas exportações em 1954, até agosto, o relatório do INM continuou confirmando que mais uma vez haveria ligeira vantagem da COPEMA, com 1.468.440 quilos, seguida da Companhia Mate Laranjeira, com 1.299.720¹⁴ (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de outubro de 1954). Entretanto, houve mudança nos meses seguintes, quando as vendas de Mato Grosso somaram 6.026.624 quilos, tendo reagido a Companhia nas exportações com 3.672.344 quilos, seguida da COPEMA, com 2.200.680 quilos. O restante era completado pelos demais exportadores (Relatório do Presidente do INM, Fernando da Cunha Balaguer, de março de 1955). A procura maior para exportação, de Mato Grosso e em parte do Paraná continuou sendo por cancheada, sendo que aumentava por essa época a influência da COPEMA, recebendo a erva-mate da cooperativa de Dourados, portanto, favorecendo a produção da CAND (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de outubro de 1954).

Notamos que, apesar da COPEMA ganhar cada vez mais espaço, a Companhia Mate se manteria na frente nas exportações de 1955, mas ao que parece, mais uma vez, devido aos estoques do ano anterior e também motivada pela alta no preço do mate cancheado neste período, o que a levou a buscar os locais onde a produção estava abandonada, como era o caso de Campanário, antiga sede da empresa, ou mesmo entre os colonos da CAND. Soma-se a isso ainda

¹⁴ Parte dessa exportação foi feita em cruzeiros e parte em dólares, U\$S 699.851,32 e Cr\$ 1.109.250,00.

o fato da Companhia comprar, quando lhe conviesse, erva-mate da COPEMA. Sobre esse último ponto, tive acesso a um documento parcial, que acredito ser do final da década de 1940, em que a COPEMA e a Cooperativa do Mate de Ponta Porã firmam *Contrato* de fornecimento de sua produção à Mate Laranjeira (*Contrato entre a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai, a Cooperativa de Mate de Ponta Porã, a Companhia Mate Laranjeira e firma Heitor Mendes Gonçalves e Filho*, sem data¹⁵).

Assim, entre os altos e baixos da Companhia Mate Laranjeira percebidos na década de 1950, já na década de 1960 não notamos mais sua presença, pelo menos como se fizera notar outrora. Se bem que, em relação às vendas para a Argentina, as coisas não andariam tão bem também para os demais produtores e exportadores, tendo o primeiro semestre de 1964 não se mostrado nada animador para o Brasil e menos ainda para Mato Grosso, quase que totalmente dependente do mercado externo. Este estado teve sua pior baixa dos últimos dez anos, vendendo durante todo o ano de 1964 apenas 6.536 toneladas, pouco mais da metade da média exportada anualmente para aquele mercado (FIGUEIREDO, 1967, p. 346). Em 1965 não haveria melhoras e em 1966, como já vimos, a Argentina só cumpriria os compromissos firmados no ano anterior.

3.3 - Os meios e esquemas de transporte da erva-mate sul-mato-grossense

Os meios de transporte de erva-mate em Mato Grosso sempre sofreram com dificuldades, o que não parece ser tão diferente nos demais estados produtores ao longo do nosso período. Vale dizer que, antes da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), não existiam na região e mesmo no restante do sul do estado estradas de rodagem, apenas estradas carreteiras. Os meios de escoamento no sul de Mato Grosso, especialmente as estradas, eram deveras precárias em quase todo o período, isso quando existiam, sendo que com o passar dos anos esses caminhos foram melhorados e diversos outros abertos e mesmo ampliados. Para o período abordado nesta pesquisa, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, eram utilizados os rios navegáveis o ano todo, como o Brillhante, o Dourados e o Amambai. Nesses rios havia portos em uso, tais como: o Juraci, o Café e o Bocajá no rio Brillhante, controlados pela Viação

¹⁵ Disponível no Acervo “Mate Laranjeira” do APEMS.

São Paulo-Mato Grosso; o Lagoa Bonita, o Angélica, o Vilma, o Nhu-Ti (também conhecido como Vitória), Desejado (ou Deseado, dependendo do documento), Soares ou Cambira, Souza e Mercedes, no rio Dourados; por fim, os portos Oculto, Cupaí, Franco e Felicidade, no rio Amambai (*Ofício s/n*, do Administrador da CAND ao Presidente da República, Getúlio Vargas, s/d.).

A Companhia Mate Laranjeira, quando deu início à atividade ervateira no estado no fim do século XIX, criou uma rede de estradas, portos e pontos de escoamento de sua produção (*cf.* QUEIROZ, 2010). E muito se gabava disso. Com o aumento da importância dos produtores independentes e também com a implantação da CAND em parte do território antes da Companhia Mate, começaram a se mostrar algumas dificuldades, apesar de restarem algumas benfeitorias já realizadas na região. Isso se mostrou em relação aos rios navegáveis, que foram diversas vezes uma das causas da queda na produção, devido à deficiência apresentada quanto aos equipamentos e embarcações disponíveis (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952). As ligações por terra não seriam muito diferentes, apesar de estradas estarem sendo abertas na CAND desde sua implantação na década de 1940, somando-se às estradas carreteiras já existentes, que faziam a ligação com Ponta Porã, principal centro de convergência da produção do sul de Mato Grosso¹⁶.

Mato Grosso utilizava para o transporte hidroviário principalmente Porto Esperança, secundado pelos portos Mendes e Concepción, além do porto marítimo de Santos, sendo os custos gerais de frete, direitos e outros encargos, muito semelhantes entre os quatro portos (levemente mais caro via Santos) (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). Porto Esperança localizava-se no rio Paraguai, no ponto onde a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) atravessava esse rio, sendo que as mercadorias ali chegavam por essa via férrea pelo ramal que viria a ser inaugurado em Ponta Porã em 1953 e pela linha tronco de Campo Grande a Porto Esperança. Porto Mendes, localizado no rio Paraná, no estado de mesmo nome, era ligado a Guaíra por uma estrada de ferro, sendo que as mercadorias chegavam até Guaíra por via fluvial e então seguiam pela via férrea – era usado, sobretudo, pela Companhia Mate Laranjeira. O Porto Concepción, no Paraguai, por sua vez, recebia a erva-mate via Pedro

¹⁶ Como exemplo, temos que os municípios de Amambai e Ponta Porã contribuíam, em 1967, com 70% da produção de erva-mate do estado (FIGUEIREDO, 1967, p. 251).

Juan Caballero/Ponta Porã, cidades gêmeas na fronteira Brasil-Paraguai. Curioso é que na década de 1950, no caso do Porto Concepción, as exportações aumentaram devido à facilidade de “praça”¹⁷ nas embarcações destinadas à Bacia do Prata (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de outubro de 1952). Em alguns momentos da produção de Mato Grosso a erva-mate rumou para o porto de Santos, de onde era despachada para os mercados consumidores; neste caso, fazendo uso do rio Paraná, seguia até Porto Epiácio e daí, já em território paulista, pela E. F. Sorocabana (FIGUEIREDO, 1967, mapa na p. 280b).

¹⁷ Segundo o Dicionário Eletrônico Aurélio, v. 5.0, **Praça**, na acepção n.10, *Bras. Mar. Merc.* quer dizer “Espaço utilizável para transporte de carga, em um navio mercante”.

Tabela 3 - Escoamento do mate de Mato Grosso nos anos 1950, alguns anos – segundo os portos de embarque (em quilos)

	1952	1953	1954*	1955	1956	1957	1958	1959
Porto Esperança	1.740.900	3.250.740	5.134.624	7.965.642	8.772.738	8.032.200	11.000.000	3.852.000
Concepción	750.000	1.057.560	81.000	–	–	300.000	290.000	2.368.000
Porto Mendes	3.454.444	2.325.608	36.000	497.735	800.000	2.540.000	1.654.000	1.382.000
Santos	1.206.300	352.740	775.000	42.000	95.000	148.272	–	–
Total	7.151.644	6.986.648	6.026.624	8.505.377	9.668.138	11.020.472	12.945.000	7.602.000

Fonte: Figueiredo, 1967, p. 273.

Obs.: as variações desses números em relação às tabelas anteriores são resultado dos cálculos de Figueiredo, p. 273, os quais o mesmo não explica.

* Os dados referentes ao ano de 1954 foram conseguidos diretamente no Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955.

Tabela 4 - Escoamento do mate de Mato Grosso nos anos 1960, alguns anos – segundo os portos de embarque (em quilos)

	1960	1961	1962	1963	1964
Porto Esperança	8.001.000	7.275.360	–	–	–
Concepción	2.000.000	3.562.000	5.609.960	6.657.960	6.356.000
Porto Mendes	1.664.000	1.936.000	1.409.960	–	–
Santos	–	–	–	–	–
Total	11.665.000	12.773.360	7.019.920	6.657.960	6.536.000

Fonte: Figueiredo, 1967, p. 273.

Pelas duas tabelas anteriores podemos observar o fluxo de exportações pelos principais portos anteriormente apresentados. De mais interessante destaque a situação do porto de Santos, que registrou seu pico no ano de 1952, com 1.206.300 quilos, e não tem mais registros de exportação por parte do INM na década de 1960. Em sentido oposto, temos ainda a situação do porto de Concepción, que de uma reduzida exportação na década de 1950, se comparado com Porto Esperança, apresenta um crescimento constante na década seguinte, atingindo um pico de 6.657.960 quilos em 1963, consagrando-se a partir de então, “feito porto livre por acordo entre esta República e a do Brasil” (FIGUEIREDO, 1967, p. 269). Já Esperança, por sua vez, acaba desaparecendo dos registros de exportação do INM a partir de 1962.

A Companhia Mate Laranjeira, desde 1946, havia conseguido autorização do Governo Federal para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, através do *Decreto 21.378*, de 8 de julho, tendo pedido confirmação à Comissão da Marinha Mercante para atuar nas seguintes linhas: Guaíra-Porto Epitácio (rio Paraná), Guaíra-Porto Mercedes (rios Dourados, estrada para Laguna Caarapã, além dos rios Ivinhema e Paraná), Guaíra-Porto Felicidade (no rio Amambai), Guaíra-Porto Esperança (rios Paraná e Pirajuí), Guaíra-Porto Liberal (rios Paraná e Bocajá), Guaíra-Porto Iguatemi-Ijohy (essas três linhas pelo rio Paraná, nos afluentes Iguatemi e Ijohy), Guaíra-Porto Loza (rios Paraná, Ivinhema e Guiraí), Guaíra-Porto Curupaí-Tuyá (rios Paraná, Ivinhema e Curupaí), Guaíra-Porto Bocayá (nos rios Brilhante, Paraná e Ivinhema), Porto Epitácio-Deseado (do interior de São Paulo até o rio Dourados, antes passando pelos rios Paraná e Ivinhema) e Porto Mendes-Foz do Iguaçu (ligado a Guaíra, como vimos) (Requerimento da Empresa Heitor Mendes Gonçalves e Filho Ltda. ao Presidente da Comissão da Marinha Mercante, s/d)¹⁸.

Outro fato importante relacionado aos transportes fluviais foi a criação do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), pelo *Decreto-lei 5.252*, de 16 de fevereiro de 1943, cuja sede ficava em Corumbá. Essa autarquia federal, subordinada ao Ministério de Viação e Obras Públicas, substituiu o Lloyd Brasileiro na navegação nos rios Paraná e Paraguai e seus afluentes. Apenas dez meses depois da criação dessa autarquia, foi a vez da Companhia de Navegação São Paulo-Paraná, uma subsidiária da Companhia Mate Laranjeira, que fazia o transporte nos demais rios, especialmente o Amambai e o Iguatemi, ter seu acervo encampado pelo SNBP, através do

¹⁸ Disponível no Acervo “Mate Laranjeira” do APEMS.

Decreto-lei 6.118, de 16 de dezembro de 1943 (REZENDE, 2001, p. 20). Outro golpe foi dado contra a Companhia Mate Laranjeira já em abril de 1944, quando, através do *Decreto-lei 6.428*, o SNBP encampou também a estrada de ferro Guaíra-Porto Mendes, construída por ela. Essa última encampação incluía “todo o seu material e instalações fixas, as instalações portuárias [...] e todas as dependências julgadas necessárias à exploração dos respectivos serviços” (*Artigo 1º*, Parágrafo Único, *apud* REZENDE, 2001, p. 20-21), sendo que a Companhia Mate seria indenizada, depois de feita avaliação por uma comissão de técnicos designados para este fim pelo Ministro da Viação e Obras Públicas (*Artigo 4º*).

Vale dizer também que, antes ou mesmo depois do SNBP, os que utilizaram os rios tiveram problemas, seja com preços, com a qualidade dos materiais ou pela demora no transporte. Os interessados no transporte de erva-mate em Mato Grosso utilizaram a Viação São Paulo-Paraná, por vezes, como segunda opção, por sofrer com demoras absurdas no transporte, “às vezes meses”, com prejuízos, especialmente devido à umidade local, o que não mudou muito com o SNBP, sendo que este transporte era apontado pelo presidente do INM como sendo “caro e demorado” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). Os problemas de navegação levavam ao acúmulo de erva-mate sem meio de saída em Mato Grosso, o que pode ser percebido, por exemplo, quando olhamos para o aumento do estoque de erva-mate nos armazéns e portos do estado, contando cerca de 4 milhões de quilos em 1953, somente até agosto, lembrando que no ano de 1952 o total era de apenas 51.000 quilos¹⁹ (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). Isso fazia com que fosse necessária a busca de formas alternativas de entregar seu mate em novas bases de preços – caso da abertura de caminhos através da floresta, às margens do rio Paraná e mesmo o transporte para Guaíra, que era feito nessa época pelo SNBP, utilizando, como foi visto, parte do material e instalações antes pertencentes à Companhia Mate Laranjeira (Relatório Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952).

Já em 1952, algumas das linhas de transporte fluvial vinham sendo abandonadas, devido ao “desinteresse no único comprador que é a Companhia Mate Laranjeira S. A. que ultimamente vem deixando de transportar o mate armazenado à margem dos rios” (Relatório do

¹⁹ Claro que a demora nos transportes não foi o único fator para o aumento dos estoques de Mato Grosso, havendo ainda o problema dos preços e a procura por parte dos compradores argentinos, mas a morosidade com certeza contribuiu consideravelmente.

Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952). Por causa disso, os moradores da região de Iguatemi, que dependiam do transporte através do rio Paraná, vinham fazendo contribuições entre si e conseguindo auxílios do Estado, sendo que, já no início de 1954, vinham abrindo duas estradas, cortando os espigões de ambas as margens do rio de mesmo nome: “a primeira partindo de Porto 1º de Outubro demanda Porto Izabel às margens do rio Paraná e a segunda partindo de Vila Iguatemi se dirige para Porto Morombí, também as margens do Paraná” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1954). Ainda segundo Taborda Júnior, os moradores de Iguatemi esperavam, através das mencionadas estradas, transportar toda a produção ervateira da região, “embarcando-a no Rio Paraná com destino a Guaíra, de onde esperam exportar por intermédio da Federação Amambai” (*idem*).

Em relação a Guaíra, em 1954, a Companhia Mate Laranjeira, que ainda transportava erva-mate nesse porto, apesar de, como também foi visto, ter perdido muitas de suas instalações, anunciou que deixaria de exportar por ali, o que obrigou os produtores dependentes a procurar alternativas para remediar a retirada de todas as frotas de navegação da empresa. O mesmo ocorreu com a linha de navegação do Rio Amambai até Porto Felicidade, também parada e por se restabelecer nesse período devido ao abandono por parte da mesma Companhia (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1954).

De maneira geral, a situação das estradas que levavam aos portos e pontos de escoamento no estado também sempre se mostrou problemática, tendo em vista, por exemplo, a precariedade das estradas de ligação que levavam a Ponta Porã, de onde a erva-mate partia para Porto Esperança ou Concepción, no Paraguai. Essa situação perdurou durante todo nosso período, ou seja, até a fim da década de 1960, pelo menos. Segundo dados levantados pela COPEMA, em 1969, ainda se via que “todas as estradas são de terra”, sendo as federais, de melhor conservação, pedregulhadas, permitindo o tráfego o ano todo, com destaque para a atual BR 463, que liga Dourados a Ponta Porã, e a atual BR 376, que liga Dourados a Ivinhema. Já as estradas estaduais ligando a região de Ponta Porã às localidades existentes no sul do estado, no mesmo ano, se encontravam “mais ou menos precárias” (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, vol. 1, 1969).

Por causa da situação das estradas, os produtores ervateiros de Ponta Porã e região aguardaram ansiosos pela chegada do ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). O início das obras se deu em 1938, mas só viriam a ser concluídas, ainda assim em caráter “provisório”, em 1953 (QUEIROZ, 2004, p. 65-67). Ainda assim, a abertura do tráfego em geral em 1953 melhorou as condições de exportação, economizando tempo e baixando os custos dos fretes, sendo que com isso as exportações por Concepción começaram a ser abandonadas, voltando-se, sobretudo, para Porto Esperança²⁰. Antes do ramal da NOB em Ponta Porã, segundo o presidente de Mato Grosso, Anibal de Toledo, o mate vinha “quase todo em caminhões de Ponta Porã para Campo Grande, donde é conduzido pelos trens da Noroeste até Porto Esperança e aí embarcado para o Rio da Prata. Embora não seja esse o caminho mais curto, é o preferido por ser o mais econômico” (*apud* QUEIROZ, 2004, p. 420). A Mate Laranjeira também iniciou suas exportações por Porto Esperança, em lugar de Guaíra que havia abandonado no início do ano; a COPEMA, por sua vez, assumiria as exportações por esse último porto (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1954).

Mesmo sendo um alento imediato aos exportadores, a NOB também deixou transparecer suas limitações, especialmente a deficiência do material ferroviário e suas edificações, problemas recorrentes desde o começo do século XX, quando tem início o seu tráfego entre Bauru, interior de São Paulo, e Porto Esperança, Mato Grosso (*cf.* QUEIROZ, 2004). Para a população de Dourados e da CAND, esse alento era relativo também porque não favorecia a totalidade da população e dos colonos, tendo em vista a distância a percorrer até o ponto de ligação, a Estação de Itaum – essa era a estação mais próxima da CAND, distando 60 quilômetros de Dourados.

Em 1955, a NOB possuía um pequeno armazém em Porto Esperança, mas que, em situações de urgência e aumento do fluxo de produtos, não dava conta da demanda. Por vezes, também, fazia-se necessário “o transporte urgente de comboios com mate a fim de completar a carga” por não possuir a NOB máquinas suficientes, deixando esses comboios estacionados “semanas, em diversos desvios, acarretando prejuízos” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955). Esse problema se agravava pelo fato dos avisos de abertura de créditos aos compradores argentinos chegarem “às mãos dos interessados [brasileiros] já em

²⁰ Como já apontado, a situação se inverteria anos depois, quando o Porto de Concepción assume o lugar do Esperança (Tabelas 3 e 4).

vésperas de seus vencimentos”, acarretando a necessidade de embarques imediatos, impedidos pela “exiguidade dos armazéns existentes em Porto Esperança e a dificuldade de transporte rápido pela E. F. NOB” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

Ainda em 1955, o INM apontou outra das dificuldades recorrentes que os produtores sempre tiveram para exportação: a baixa do Rio Paraguai. Esse problema persistiu, em parte, mesmo com o ramal da NOB em Ponta Porã, levando a reduções nas quantidades exportadas (*idem*). Na reunião da Diretoria do INM de 9 de novembro de 1955, o diretor Vandoni de Barros dizia que aguardava uma documentação solicitada ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) para o início das obras do armazém a ser construído em Porto Esperança (Ata da 12ª Sessão Ordinária da Diretoria do INM, 9/nov/1955), que, segundo o Presidente Souza Artigas, no início de 1957 se achavam em vias conclusivas (Relatório do Presidente INM, Antônio de Souza Artigas, de março de 1957).

O oposto das baixas do rio Paraguai, as enchentes periódicas exigiam cuidados especiais. O que fez o Instituto votar em reunião, em outubro de 1956, uma verba de 600 mil cruzeiros, para resolver o problema, o que, segundo dizia, não era suficiente, buscando então apoio no Governo Federal, com uma solicitação de 1 milhão e 500 mil cruzeiros, no intuito de executar uma obra completa em Porto Esperança, como complemento ao armazém – que incluiria atracação, porto de desembarque, instalações automáticas de carga e descarga, motores próprios para esse trabalho, além de outros detalhes. Para atingir esse objetivo o INM procurou o senador Filinto Muller, líder do Governo no Senado Federal, a fim de que apresentasse emenda ao *Orçamento da República*, que foi unanimemente aprovada. Em outubro do mesmo ano o presidente da república aprovou a construção da ponte de embarque, com a entrega ao INM da verba necessária através do Departamento de Portos, Rios e Canais (Relatório do Presidente do INM, Antônio de Souza Artigas, de março de 1957).

Assim, os problemas somados da NOB, do acesso e escoamento por Porto Esperança, alguns superados, outros nem tanto, nos levam a concordar com Ana Paula Menezes (2008), que, parafraseando Rodrigo Casali (2002), concluiu que

Desse modo, [...] logo o transporte rodoviário assumiria o papel principal no que tange à economia da CAND. Esse meio possibilitou um menor custo no transporte da produção da colônia, principalmente quando esta foi se expandindo para o interior (isto é, no rumo leste, em direção a São Paulo), pois assim não mais compensava o transporte da carga até Itahum

se poderiam fazê-lo por outra via mais curta e mais rápida e, portanto, menos custosa (MENEZES, 2008, p. 18).

Entretanto, ainda sendo utilizada por alguns produtores ervateiros e mesmo sendo usada para o escoamento de outros produtos, em 1957 a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) foi integrada à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), tendo suas atividades no ramal de Ponta Porã sobrevivido até 2002, quando foram cessadas (QUEIROZ, 2004, p. 27-28).

Ainda mais precária que a NOB era a situação em Porto Mendes, já do lado paranaense, tendo em vista que o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) determinou em 1955 a suspensão do serviço ferroviário entre Guaíra e este porto, ao que parece em caráter definitivo, tendo sugerido ao Ministro da Viação o abandono definitivo da estrada de ferro em questão. Nesse sentido, o INM dizia que “a região se achava em franca expansão e, dia a dia, mais se ressentia desse serviço ferroviário, que deveria ser melhorado e ampliado para atender às exportações de mate, madeira e posteriormente de café” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955). Essa via férrea era a única ligação que contornava as cachoeiras das Sete Quedas, se achando em péssimas condições, o que somado a fatores administrativos, fez cessar seu tráfego. Enquanto não se resolvia o problema, os interessados fizeram o transporte mediante acordo com os funcionários da estrada de ferro que ali permaneciam, “aliás com boa vontade, pois que exigiam somente as despesas com lenha, etc.”. Entretanto, a via férrea “sem qualquer conservação e o material rodante sem assistência, logo tornou-se imprestável, cessando então o tráfego dos comboios” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

O governo do estado do Paraná se voltou então para a construção de uma estrada de rodagem, com apoio da então prefeitura de Guaíra e dos interessados, que, concluída, se tornou o ponto de ligação no transporte de erva-mate entre esta localidade e Porto Mendes, apesar do preço elevado neste momento (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

Iniciada a década de 1960, temos algumas mudanças nos transportes de erva-mate do estado de Mato Grosso. Em outubro de 1961, por exemplo, a situação da produção era considerada *normal*, mas continuava a dificuldade para as exportações, devido à falta de navios do SNBP, problema este que, como vimos, de novo não tinha nada, persistindo desde a década anterior (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1961). A proposta de construção de um armazém em Guaíra, autorizado pela Diretoria do INM, daria uma opção aos produtores mato-grossenses de escoarem erva-mate via Rio Paraná²¹ (*Idem*), no entanto, em março de 1962, o INM, ainda querendo melhorar as condições das exportações por esse rio e ao que parece não conseguindo levar adiante tal construção, anunciou que havia adquirido um armazém que pertencia à Companhia Mate Laranjeira, isso “já tendo como certo o afastamento da empresa das atividades ervateiras” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1962).

Nos anos que se seguiram, o INM diria que as vias de transporte, tanto fluviais quanto rodoviárias, começavam, com algumas restrições, a “funcionar a contento”, passando quase toda a erva-mate de Mato Grosso a ser exportada pelo porto livre de Concepción, no Paraguai, se tornando inativo o armazém de Porto Esperança (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de março de 1965). Entretanto, o estudo promovido pela COPEMA em 1969, em relação às estradas, nos diz algo diverso, como vimos, alegando que a situação dos transportes no sul de Mato Grosso, como um todo, até 1969, ainda se mostrava bem precária, predominando estradas de terra em praticamente todas as regiões ervateiras, incluindo aí as rodovias que davam acesso a Ponta Porã, de onde o produto rumava para Concepción e em seguida para a Argentina (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, vol. 1, 1969).

Por fim, por terra, além de Ponta Porã, havia como principais pontos de ligação da produção de erva-mate, as cidades de Amambai, Dourados e Campo Grande. Alvanir de Figueiredo dá conta ainda de outro trajeto por terra que foi utilizado pela Companhia Mate Laranjeira: a localidade de Ipehum (hoje Paranhos, MS), de onde seguia com destino a Posadas, na Argentina, passando próximo a Amambai – caminho que, assim como o Porto Murtinho, foi substituído pelo Porto Felicidade, que rumava a Guaíra, de onde seguia para Porto Mendes

²¹ Essa opção por Guaíra se limitaria aos moradores das localidades mais próximas e a alguns poucos casos.

(FIGUEIREDO, 1967, p. 269; também no *Mapa: Rotas de comercialização do mate*, 280b). Figueiredo não inclui Dourados nas suas rotas da década de 1960, no entanto, como já apontamos e pelas informações que temos, o mate desse município seguia por Ponta Porã, com destino a Concepción.

3.4 A atuação da Delegacia Regional do INM em Mato Grosso

O Instituto Nacional do Mate (INM) tinha uma Delegacia em cada um dos quatro estados produtores: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Essas sempre sofreram, ao que parece, pela dificuldade nas comunicações com a Sede do INM no Rio de Janeiro, o que impedia, por vezes, a troca de informações. O que não era diferente em relação à Delegacia de Mato Grosso. Mas, de fato, esta também sempre buscou melhorar as condições de produção, comércio e exportação de erva-mate do estado, que no caso era, sobretudo, de cancheada²².

No início da década de 1950, a Delegacia de Mato Grosso, assim como as Delegacias dos demais estados que dependiam das importações argentinas, se debatia com um grande empecilho a ser superado: é que, desde o início de 1951, devido a um retardamento nas negociações diplomáticas entre Brasil e Argentina para a realização de um convênio comercial, o mercado se encontrava praticamente paralisado, sendo ainda que nosso vizinho do outro lado do rio Paraguai impunha obstáculos à importação de mate e outros produtos, exceto produtos com licença prévia de importação. O mate brasileiro, por sua vez, tinha a seu favor a qualidade, além de ganhar (ou pelo menos por vezes se igualar) nos preços, um pouco mais elevados no caso de Mato Grosso, se considerarmos o tipo cancheado exportado do Paraná e Santa Catarina (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952).

²² Costumamos nos referir a Mato Grosso como um produtor de mate cancheado, o que é verdade, principalmente em relação à produção para exportação, mas o que também é verdade e devemos considerar é que havia produção de mate moído (ou beneficiado), embora em pequena escala e de forma “primitiva”, como afirma o próprio INM (por exemplo no Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956). Em Mato Grosso havia dois tipos de cancheada: MB1, de primeira qualidade, exportado para a Argentina, e MB2, de segunda qualidade, mais apropriado ao consumo no próprio estado; e havia ainda um tipo de mate beneficiado, que recebia a codificação MN1, “reservado para o consumo nacional” (FIGUEIREDO, 1967, p. 177-178).

Outros problemas que a Delegacia de Mato Grosso viu pela frente e se debatia para resolver eram os de fiscalização, armazenamento e transportes, por isso intencionava um maior controle sobre a produção e as exportações do estado. Para isso contou com o diálogo e as visitas dos diretores do Instituto no estado. Uma dessas visitas foi realizada por Gil Soares de Araujo, Diretor da Seção Administrativa, durante o mês de maio de 1952, juntamente com os representantes Flávio Calazans Vieira e Alfredo Chucry Salomão. O objetivo era inspecionar os serviços da autarquia em Ponta Porã e Campo Grande, examinando os trabalhos da Delegacia e os Postos Fiscais, sendo transmitidas instruções e recolhidas informações para a elaboração de um *anteprojeto de Regimento das Delegacias Regionais e Postos Fiscais*, única solução que o INM julgava acertada “para serem bem regularizados e uniformizados todos os serviços e com o melhor controle pela sede do Instituto” (Ata da 4ª Reunião Ordinária da Diretoria do INM, 3/set/1952).

Essas viagens dos diretores, em 1952, resultado da ação da Seção de Inspeção, deram continuidade a alguns trabalhos que já haviam sido iniciados pelas Delegacias Regionais e também por órgãos do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, sob orientação de Gil Soares de Araújo, em cooperação com o chefe da Seção de Contabilidade da mesma autarquia. Juntos eles analisaram: controles de caixa e documentos de contabilidade; guias de exportação e consumo interno; serviços relacionados ao pessoal empregado nos trabalhos ervateiros; serviços de fiscalização e serviços gerais (Ata da 4ª Reunião Ordinária da Diretoria do INM, 3/set/1952).

No caso específico de Mato Grosso, além de Ponta Porã, as visitas e inspeções foram estendidas aos postos fiscais de Campo Grande e Amambai, além de uma visita às instalações da sede da Companhia Mate Laranjeira, em Campanário. Intencionava-se a realização de inspeções rotineiras, em que “para melhor orientação, foi elaborada *minuta de Instruções reguladoras* da função do Inspetor, que se acham em mãos da Diretoria para apreciação e decisão” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952, grifos meus; conferir também Ata da 4ª Reunião Ordinária da Diretoria do INM, 3/set/1952).

Em Campanário, sede da Companhia Mate Laranjeira em Mato Grosso, em dezembro de 1952, como resultado da mencionada inspeção, listou-se que a empresa, dentre outras coisas, possuía em caixa Cr\$ 121.867,90, além de: estoques, Cr\$ 2.241,70; gastos com selo de erva-

mate, Cr\$ 25.418,70, limpeza de ervais *na conta*, Cr\$ 94.500,00, conserto de barbacué, Cr\$ 13.026,90; despesas de exploração totalizando Cr\$ 354.773,00; custos de venda, Cr\$ 1.224.812,20; as contas a pagar no totalizavam Cr\$ 346.602,00, divididas entre fornecedores (7.162,70), credores diversos (167.348,10) e contas especiais (172.091,50); das receitas efetivas, a venda de erva no momento da fiscalização foi de Cr\$ 1.062.319,60 (*Balancete de Campanário elaborado pela Companhia Mate Laranjeira em 31 de dezembro de 1952*²³).

Fato interessante a se destacar nesse mesmo *balancete* é quanto às despesas com pessoal em Campanário, onde o saldo credor dos *trabalhadores rurais* foi de Cr\$ 10.850,70, enquanto que a soma das dívidas era de Cr\$ 13.596,60, restando um saldo devedor líquido de Cr\$ 2.745,90, o que individualmente mostraria o endividamento da grande maioria dos trabalhadores (*Balancete de Campanário elaborado pela Companhia Mate Laranjeira em 31 de dezembro de 1952*). Neste ponto, em relação aos trabalhadores e seu endividamento, mesmo que brevemente, vale lembrar que em Mato Grosso os *conchavos* eram as formas correntes de “contratação” dos trabalhadores paraguaios, realizados por um intermediário que recebia por número de *conchavados*. Envolveva uma estratégia de sedução para que o trabalhador aceitasse o contrato. Acontecia, geralmente, durante um *jeroki*, um baile, quando os conchavadores aproveitavam-se dos paraguaios para reuni-los e deixá-los disponíveis para os trabalhos em determinadas localidades (ARRUDA, 1997, p. 102). Nesse ínterim, como complemento da coação era feita a entrega de *antecipos* (adiantamentos), a fim de chamar a atenção dos possíveis trabalhadores e prendê-los no trabalho por dívida, já que boa parte do que recebiam era gasto na mesma noite (FERNANDES, 2011, p. 4). Outra listagem fora realizada anteriormente, em 30 de agosto do mesmo ano, onde se apresentavam valor bruto de crédito dos trabalhadores maior, Cr\$ 20.231,70, contra um saldo devedor de Cr\$ 11.615,80, ou seja, um crédito líquido de Cr\$ 8.615,80 – claro que isso no conjunto, variando consideravelmente na tomada individual de cada trabalhador (*Balancete de Campanário elaborado pela Companhia Mate Laranjeira em agosto de 1952*).

Outra medida promovida pelo INM e sua Delegacia de Mato Grosso, que acredito se insira no conjunto de ações anteriormente citadas, é a revisão do registro dos produtores, iniciada

²³ Disponível no Acervo “Mate Laranjeira” do APEMS.

em 1952, que incluiria seu enquadramento por município, a fim de facilitar a fiscalização, o contato, dimensionar a capacidade produtiva, promover a padronização e melhoramentos das instalações. Os últimos dados de que dispunha o INM em relação aos produtores dos quatro estados (Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul) datavam de 1939 (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

Tabela 5 – Produtores de erva-mate cadastrados pelo INM em Mato Grosso

Ano	Número de produtores cadastrados
1952	981
1953	981
1954	985
1955	985
1956	1.000
1957	1.000
1958	1.293
1959	1355
1960*	-
1961	1364
1962	1414
1963	1.497
1964	1.497
1965*	-

Fonte: Relatórios semestrais dos Presidentes do INM (relatórios do mês de março).

* Não constam nas fontes consultadas.

Através da **Tabela 5** podemos perceber que o número de registro de *produtores* tem um aumento lento, mas constante, desde o início do censo em 1952, ano de início do recadastramento, com 981 registros, até o ano de 1963, quando soma 1.497 produtores cadastrados. No ano de 1964, último em que constam referências ao cadastramento, não houve nenhum novo registro. Além disso, apesar dos números apresentados pelo INM serem apenas os

referentes aos *produtores cadastrados*, acredito que os mesmos têm uma grande significância para dar-nos uma ideia da presença dos mesmos no estado. Já que o Instituto considerava como “clandestinos” todos os produtores não cadastrados, acho possível também imaginar um número ainda maior de produtores.

Tabela 6 – Industriais de erva-mate cadastrados pelo INM em Mato Grosso

Ano	Número de industriais cadastrados
1952	4
1953	4
1954	8
1955	8
1956	8
1957	6
1958	6
1959	4
1960	6
1961	7
1962	7
1963	8
1964	8
1965	8

Fonte: Relatórios semestrais dos Presidentes do INM (relatórios do mês de março).

A **Tabela 6**, por sua vez, demonstra a evolução (com algumas variações) do cadastramento dos *industriais* de Mato Grosso, havendo uma média em todo o período de 6 a 8 industriais cadastrados²⁴ (Relatórios dos Presidentes do INM, vários anos). Interessante notar que o número de registro de *industriais* de Mato Grosso, assim como também de *produtores*, representam o total de registros em cada ano, ou seja, conta-se o número de novos cadastros ou a

²⁴ Esses números são um tanto dúbios, afinal, alguns desses industriais se confundiam com os industriais do estado do Paraná, como é o caso da Indústria Brasileira do Mate. De qualquer forma, o que se tem certeza é que o cadastramento feito em Mato Grosso expõe dados referentes aos industriais que atuaram nesse estado.

perda anual de registros, somando-as ou subtraindo-as ao número do ano anterior: por exemplo, enquanto em 1952 havia 4 industriais registrados, em 1965 havia 8, tendo variado esse número no período intermediário, provavelmente por causa da precariedade desse tipo de produção no estado, que produzia sobretudo erva-mate cancheada, e também por irregularidades nas documentações, fato que também é mencionado em diversos Relatórios. Ainda como comparação, vale dizer que, enquanto em Mato Grosso havia 8 industriais registrados em 1955, no Paraná havia 38, Santa Catarina haviam 33 e no Rio Grande do Sul, que consumia internamente toda sua produção, havia 74 industriais registrados (Relatório do Presidente do INM, Antônio Souza Artigas, de março de 1957).

Segundo o INM, o que dificultava o recenseamento de *produtores e industriais*, assim como os demais trabalhos em Mato Grosso, era que a Delegacia vinha sendo cobrada a liberar o prédio que ocupava na cidade de Ponta Porã. Por isso, estava à procura de uma nova sede, que começaria a ser construída em outubro de 1955 e ficaria pronta no início de 1957 (Relatório do Presidente do INM, Antonio de Souza Artigas, de março de 1957). O INM, no final de 1955, já havia adquirido o terreno para a construção, mediante *Escritura de permuta* com a Prefeitura Municipal de dois terrenos menores por outro melhor localizado. Em outubro, o projeto de construção foi expedido à sede do Instituto, no Rio de Janeiro, para apreciação e o orçamento se achava confiado à Comercial Paulista de Materiais S.A.²⁵. Por fim, seria então firmado, em 15 de dezembro do mesmo ano, um contrato com a Sociedade Mato-Grossense de Engenharia Ltda., sediada em Cuiabá – sendo nesse contrato o INM representado por Cândido Mader e o diretor Carlos Vandoni de Barros e a Sociedade pelo procurador Ely de Rezende Ferreira. O preço da obra foi orçado em Cr\$ 779.000,00, com prazo de entrega de 10 meses, a contar da data do contrato, prorrogável por mais 60 dias (*Contrato 164*, Livro de Contratos do INM; *cf.* também Ata da 12ª Sessão Ordinária da Diretoria do INM, 9/nov/1955). A nova sede da Delegacia seria um sobrado, já tendo sido iniciadas as obras, dizendo-se que deveria ser concluída até julho de 1956, mas o certo é que, atrasada como estava, somente em março de 1957 seria inaugurada.

²⁵ O lote para a construção da nova Sede da Delegacia de Mato Grosso em Ponta Porã foi trocado entre a prefeitura da cidade e o INM, em 11 de outubro de 1955, onde constavam como responsáveis o prefeito João Portela Freire, sendo o presidente do Instituto, Candido Mader, o diretor Fernando da Cunha Ballaguer e o seu procurador, Noel de Mello, representados pelo procurador substabelecido Athamaril Saldanha. O lote permutado pela prefeitura foi avaliado em Cr\$ 80.000,00 e o Instituto entrou no negócio com duas frações de terrenos, medindo 20 x 40 metros, que somados eram avaliados também em Cr\$ 80.000,00.

Além do problema da mudança de prédio da Delegacia, a demora nos trabalhos de revisão do registro de produtores e industriais tinha como causa também, segundo o INM, o tamanho da área ervateira e a complexidade dos meios de transporte, o que em parte foi resolvido em 1956 pela aquisição de um *jeep*, que já se achava em serviço (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956). Ainda com tais limitações, até o início de 1956, conseguiu-se dar continuidade ao registro dos produtores de cancheada e verificar também a precariedade dos engenhos de mate moído da região, sendo que o único capaz de produzir o tipo “chimarrão” (MN1) era o da Federação Amambaí (COPEMA), ainda que também em condições muito limitadas. Os engenhos restantes faziam um beneficiamento que muitas vezes não se enquadrava nos padrões do INM, o que, com um financiamento conseguido junto ao Banco do Brasil, acreditava-se poderia ser resolvido, pelo menos em parte.

Um outro financiamento estava sendo negociado pelo INM junto ao Banco do Brasil para a limpeza dos ervais mato-grossenses, que seria no sentido da remoção dos *caatis* (mato ralo), o que facilitaria o trabalho, diminuiria custos, atrairia mão-de-obra (que cada vez debandava mais para trabalhos menos penosos) e conseqüentemente aumentaria a produção estadual (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956).

Outro grande desafio que a Delegacia do INM em Mato Grosso acreditava ter era a falta de *barbacuás coletivos*²⁶, isso “posto que sendo região quase exclusivamente ervateira, o homem do campo está afeito a todos os misteres da produção do mate”, por já haver um “mundo ervateiro” de longo tempo consolidado, com uma rotina de construção de rústicos *barbacuás* (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955). Nesse sentido, na reunião de 1º de agosto de 1955, Fernando da Cunha Balaguer, então presidente interino do INM, relatava uma viagem sua realizada a Ponta Porã e Campo Grande, verificando novamente o andamento dos serviços da Delegacia e do Posto Fiscal, tomando providências em Ponta Porã para a construção da sede da Delegacia, do armazém em Porto Esperança e dos referidos *barbacuás coletivos* - sendo designadas para as construções, do armazém e dos *barbacuás*,

²⁶ Para além da dedução de que se tratasse de um estabelecimento de uso comum dos produtores da região onde fosse instalado, sabemos pouco sobre a definição do que seriam esses *barbacuás coletivos*. Ao que parece seguiriam os modelos dos que já haviam sido construídos no Paraná, especialmente em Prudentópolis (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Junior, de março de 1954).

comissões incumbidas de estudos da matéria e apresentação de propostas para a execução dos serviços (Ata da 8ª Sessão Ordinária da Diretoria do INM, 1º/ago/1955). Athamaril Saldanha, Diretor da Delegacia do estado no período, havia sido designado pelo Instituto para estudar no local a conveniência da construção do armazém de Porto Esperança (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955).

Especificamente em relação ao armazém em Porto Esperança, a questão foi resolvida em meados de 1955, para alento da diretoria e Junta Deliberativa do INM (e porque não também dos produtores de Mato Grosso), quando assinaram o *Contrato* para construção do mesmo, maior e melhor equipado do que os precários existentes no local, a fim de atender ao acondicionamento do mate para embarque no Porto (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955). Ele seria construído sobre estacas e ficaria 2,50 m do solo, sendo ainda sugerida pelo diretor Carlos Vandoni de Barros a construção de uma ponte “ligando o armazém à margem do rio, com o objetivo de facilitar-se o embarque da erva” (Ata da 22ª Sessão Ordinária da Diretoria do INM, de 27 de fevereiro de 1956, p. 3). No Relatório de março de 1957, o presidente do INM, Fernando da Cunha Balaguer, dizia que, “como se tratava de verba pequena para as obras que se faziam necessárias e com o objetivo de poupar ao Instituto a utilização da verba votada”, revolveram pleitear ao Governo Federal a quantia de Cr\$ 1,5 milhão “para executar, então, a obra completa, constante de atracação, porto de desembarque, instalações automáticas de carga e descarga, motores próprios para esse trabalho, além de outros detalhes”. Para conseguir essa verba procuraram o Senador Filinto Muller, então líder do governo no Senado Federal. A mesma foi aprovada e adicionada no Orçamento da República, tendo o projeto sido aprovado também pelo Presidente Juscelino Kubitschek e o valor entregue pelo *Departamento de Portos, Rios e Canais* (Relatórios do Presidente do INM, Antônio Souza Artigas, de março e de outubro de 1957).

Tem-se ainda neste ano o estabelecimento do Posto de Fiscalização de Guaíra, que segundo o Instituto fazia falta há tempos. Achando necessário também a construção de um Posto de Fiscalização em Porto Esperança, pelo fato de que continuamente vinham se apresentando alterações nas quantidades de mate a embarcar constantes dos *Certificados de Controle e Classificação*. Isto porque nem sempre as embarcações podiam carregar o volume ajustado entre exportadores brasileiros e importadores argentinos, dadas, entre outras coisas, as condições do rio (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955). Até então o sistema

de fiscalização do INM, como um todo, não havia funcionado a contento, o que se devia, entre outras coisas, às dificuldades de comunicação e traslado nos estados produtores (*idem*).

Na década de 1960, apesar de problemas conjunturais e por vezes passageiros, a Delegacia do INM no estado não parecia ter outras preocupações além de manter seu mercado tradicional, a Argentina. Mesmo em meados de 1965, a produção em Mato Grosso, apesar da falta de mão de obra e dos preços pagos pelo produto, em relação ao alto custo dos gêneros de primeira necessidade, parecia se processar normalmente, não dando ares de que a coisa estava mudando de rumo. No estado a produção era quase toda cooperativada, sendo que a COPEMA agia também como exportadora²⁷. Seus associados fariam jus a uma compensação em relação aos preços nominais, mediante a percepção do retorno originado das operações comerciais realizadas por ela. Segundo o representante do INM na Argentina, Armando Jopert, a produção de Mato Grosso em 1965 foi considerada boa, atingindo 9.331.000 quilos, que, somados ao estoque da safra anterior de 4.470.000, totalizaram 13.801.000 quilos. O valor da produção era superior ao da safra de 1964, registrando-se um aumento de 565.700 quilos, satisfazendo às necessidades da exportação, consumo interno e ainda quanto às expectativas de desenvolvimento das vendas que “prometem atingir melhor repercussão econômica” (Relatório do Presidente do INM, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de março de 1965).

Claro que o mercado ervateiro, como qualquer outro, precisa de comprador, não só de ofertas, o que já não ocorreu mais em 1966. O mesmo Armando Jopert dizia que “as condições de Mato Grosso são bastante promissoras, desde que os mercados compradores não apresentem imponderáveis que não possam ser devidamente sanados”. E como sabemos, nos meses seguintes, com as conjunturas pouco favoráveis que se mostraram nas importações por parte da Argentina, as boas previsões não se confirmaram. As encomendas feitas pelos importadores argentinos em 1965 foram as últimas, que continuariam sendo entregues até 1966. Isso sem que a Delegacia de Mato Grosso e nem mesmo o INM pudessem fazer alguma coisa, afinal a Argentina já era autossuficiente e não se via mais na obrigação de importar erva-mate do Brasil. Em 1969,

²⁷ Devo aqui lembrar a associação da COPEMA com a Sociedade Mato-grossense de Exportadores de Mate (SOMATE) a que já fiz menção neste capítulo e à qual recorrerei novamente no próximo e último capítulo.

de modo ainda mais dramático que o INM (já extinto em 1967, no Governo Castello Branco)²⁸, a COPEMA deixava clara sua visão: “em verdade, não há solução para a erva-mate de Ponta Porã” – incluímos aí a região de Dourados e da CAND (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico* – volume 1, 1969).

Por fim, quando a crise já estava instalada e quando a Argentina já não importava mais erva-mate do estado de Mato Grosso, a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambaí (COPEMA) promoveu um *Estudo Básico*, já em 1969, ao qual recorri no parágrafo anterior e algumas outras vezes nesta dissertação (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico* – volumes 1 e 2, 1969). Agia a Federação ainda como representante dos produtores de erva-mate e sua ideia central era solucionar o problema da frouxidão do mercado argentino, “diversificar a produção” e traçar diretrizes básicas à elaboração de um *Plano de Desenvolvimento Regional*. Visava, de forma mais localizada, o desenvolvimento na região de Ponta Porã, que se inseriria em âmbito nacional e no momento de seu lançamento, no *Plano Decenal de Desenvolvimento*, lançado pelo governo militar, para o período de 1967-1977. Este *Plano* do Governo, por sua vez, não se tratava de “um planejamento detalhado ou minucioso, mas de um quadro de visão da estratégia econômica a seguir”, que tinha como fim “tomar decisões presentes com uma contemplação do futuro e não de tomar decisões imediatas para repetir os erros do passado”; e, de forma ainda mais ampla, seriam ambos os *Planos*, da COPEMA e do Governo civil-militar, incluídos nos *Planos de Desenvolvimento Nacional* (MUSSUMECCI, 1969, p. 181 e *ss.*).

²⁸ Em 28 de fevereiro de 1967, pelo *Decreto-lei 281*, é extinto o Instituto Nacional do Mate (INM), e de acordo com o *Decreto 61.680* suas atribuições são transferidas ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), onde é criado o Departamento da Erva-mate (DEM).

CAPÍTULO 4

A ERVA-MATE NA CAND

Nos três capítulos anteriores contextualizou-se a produção ervateira sul-mato-grossense, desde o século XIX até o final da década de 1960 do XX. Procurou-se contextualizar também a CAND em meio ao projeto da *Marcha para Oeste* e as ideias que a nortearam, buscando reconstruir, se bem que parcialmente, através da bibliografia disponível, a história do aparecimento desta colônia na região antes arrendada à Companhia Mate Laranjeira. Traçou-se ainda a situação das exportações para a Argentina, feitas pelos ervateiros brasileiros, de forma geral, e de Mato Grosso, especificamente. Por fim, tentou-se mostrar ainda como se comportou a economia ervateira no período por mim estudado. Agora procurarei encontrar novamente os colonos oriundos das políticas estadonovistas, também alguns deles produtores ervateiros, desta vez atentando para suas relações econômicas, mas também sociais e políticas, mostrando ainda o espaço em que eles estavam inseridos – a região da CAND –, uma zona de fronteira com presença econômica de erva-mate.

4.1 – A situação da erva-mate na Colônia

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, como já vimos, faz parte de um “projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo” para ocupar os espaços geográficos que o governo e demais interessados pretendiam despovoados ou semipovoados, com terras férteis em abundância (OLIVEIRA, 1999, p. 134). Era a ideologia “bandeirante” em ação na conquista dos espaços, nacionalização das fronteiras e sua inserção na lógica capitalista, era a frente pioneira financiada pelo Estado, se inserindo no projeto da *Marcha para Oeste* (cf. José de Souza Martins, 1975 e 2009).

Como foi visto no **Capítulo 1**, no início da distribuição dos lotes, essa colônia teve um crescimento populacional incrível, saindo mesmo fora do controle e nascendo a Segunda Zona, com uma ocupação populacional não-indígena desorganizada e com pouco ou nenhum amparo da Administração da Colônia (cf. NAGLIS, 2007). É nesse sentido que acredito que, tanto na Primeira quanto na Segunda Zona, a falta de amparo e a demora na demarcação dos

lotes teriam provocado certo estacionamento na produção ervateira, já que muitos colonos estavam ainda se alojando, passando alguns anos inclusive apenas com demarcações precárias feitas por eles mesmos, se aventurando na agricultura e muitos ainda se inserindo nessa que para eles (a maioria pelo menos) era uma nova lógica econômica, a da erva-mate. Isso explica o fato de o INM incentivar o restabelecimento da produção de cancheada no município de Dourados, “principalmente na Colônia Agrícola Nacional, onde os ervais, *descansados de há muito*, estão exuberantes” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Junior, de março de 1954, grifos meus). “Descansados”, acredito eu, pelo período de transição que vinha ocorrendo no espaço geográfico antes arrendado à Mate Laranjeira e agora em mãos do governo federal, na forma de Colônia Agrícola Nacional. Mas isso não é tudo, como veremos mais adiante.

Levantamento Estatístico dos colonos

Voltando ao foco de análise desta pesquisa, a CAND, seria útil atentarmos para um conjunto de fichas cadastrais dos colonos da Primeira Zona, resultado de um *Levantamento Estatístico* iniciado pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC) e continuado por seu sucessor, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), entre os anos 1950 e 1957¹. Deste recenseamento foram consideradas 774 fichas, com o objetivo de definir (mesmo que parcialmente) alguns dados sobre os produtores ervateiros e áreas ocupadas por eles na CAND². Alguns documentos da Colônia encontrados, como o *Ofício 150*, do Administrador da CAND, Tácito Pace, ao Chefe de Seção de Colonização do DTC (24/maio/1950), fazem referência ao “Recenseamento”, que acredito ser este de que lanço mão. Em outro ofício, 367, cujo assunto é justamente o “Recenseamento da CAND”, o Administrador chama a atenção para a demora nos trabalhos censitários e para o fato de “tratar-se de conhecer a marcha dos trabalhos de campo que tanto interessam a esta administração, porém, que começa a sentir-se a dificuldade, visto a *deficiência de pessoal* e, à ocasião em que se iniciam os relatórios anuais dos vários serviços” (*Ofício 367*, do

¹ *Levantamento Estatístico*, do Serviço de Colonização – Núcleo Colonial de Dourados/ Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), disponíveis no Acervo “CAND” do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS), Campo Grande, MS. As fichas cadastrais se encontram digitalizadas e disponíveis no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Essas fichas cadastrais utilizadas são apenas uma representação do recenseamento e suas informações. Isso porque são apenas as que foram preservadas e se encontravam legíveis, sendo descartadas fichas cujos dados não se encontravam completos ou não apresentassem nenhum dado do colono correspondente. Assim, o que se considera aqui é apenas uma parte do recenseamento, sendo que até mesmo o seu total é desconhecido.

Administrador da CAND, Tácito Pace, ao Agente de Estatística de Dourados, 3/Nov/1950, grifos meus). Demora e *deficiência* que, aliás, teriam feito prolongar o recenseamento até 1957, o que explicaria, nas fichas utilizadas, o predomínio dos registros de visitas aos lotes feitas no ano de 1956³.

De maneira geral, as fichas descrevem algumas informações sobre os colonos, tais como: local de origem e nacionalidade; estado civil; se tem algum tipo de veículo de locomoção; dados sobre o lote que ocupava (número, quadra, etc.); quantidade de pessoas (incluindo esposa e filhos); religião; quando começou a cultivar o lote e quais produtos; por fim (e o mais importante para nós), se havia ou não erva-mate e como ela aparecia registrada (se colhida, em sacas ou quilos, ou se em quantidade de pés) (vide **Tabela 8**).

Como se pode ver a seguir através da **Tabela 7**, as fichas disponíveis representam apenas um terço dos lotes da Primeira Zona nesse período, que totalizavam 2.345 lotes. Não sabemos se o recenseamento foi feito apenas na Primeira Zona, se chegou a abranger todos os lotes dessa ou mesmo se abrangeu também a Segunda Zona⁴. Mesmo assim, considero altamente significativa a proporção em que a erva-mate estava presente nos lotes recenseados, isto é, pouco acima de 30%. É importante lembrarmos também que, embora o número de ervais espalhados ao longo da CAND fosse imenso, nem todos os colonos encontraram erva-mate em seus lotes – dentre outros motivos, porque a erva-mate não nasce em todos os tipos de terreno, preferindo lugares onde a terra é mais fraca e com mato baixo (*caatin*). Além disso, devido à exploração inadequada, muitas erva-mates acabavam morrendo ou mesmo sendo cortadas para “limpeza” dos lotes por parte de alguns colonos.

Tabela 7 – Total de lotes da 1ª Zona, lotes recenseados e lotes com presença de erva-mate

Total de lotes da 1ª Zona (a)	Nº de lotes recenseados (b)	b/a %	Nº de lotes com presença de erva-mate (c)	c/b %
2.345	774	33,01	236	30,50

Fontes: Mapa “Conjunto de municípios de MT”, do Instituto do Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN)/Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de abr/2003⁵; Fichas cadastrais dos colonos disponíveis na Coleção “CAND” do APEMS.

³ Tomando especificamente os lotes onde se registra a presença de erva-mate, ao menos os 236 exemplares selecionados para esta pesquisa, temos um número predominante de visitas do recenseador feitas em 1956 (126 fichas), seguidas pelas visitas feitas em 1957 (104 fichas), sobrando 6 para os demais anos.

⁴ Pelo período do recenseamento e a fase de ocupação da Segunda Zona, que teve início nessa mesma década de 1950 e parece ter continuado precariamente demarcada, é pouco provável que essa zona tenha sido alcançada.

⁵ Esse é uma reprodução do IPLAN/Prefeitura Municipal de Dourados de um mapa feito por Paulo Thiry, s/d, a pedido da Administração da CAND. Ambos encontram-se disponíveis no Acervo de mapas do CDR-FHC/UFGD e serão também reproduzidos como anexo no final desta dissertação.

Ainda atentando para as fichas cadastrais, a tabela seguinte nos mostra alguns dados sobre as origens dos colonos e formas de registro da presença de erva-mate nos lotes.

Tabela 8 – Lotes com presença de erva-mate, segundo a procedência dos colonos e formas de indicação da presença de erva-mate

Procedência dos colonos	Total de lotes com presença de erva-mate, segundo a procedência dos colonos		Lotes com produção de erva-mate indicada em arrobas, quilos ou sacas		Lotes com presença de erva-mate indicada em nº de pés	
	Nº	% do total	Nº	% do total de cada procedência	Nº	% do total de cada procedência
Alagoas	7	2,96	---	---	7	100
Alemanha	1	0,42	---	---	1	100
Bahia	20	8,47	3	---	17	100
Ceará	21	8,90	1	---	20	100
Espanha	1	0,42	---	---	1	100
Goiás	1	0,42	---	---	1	100
Mato Grosso	48	20,34	7	1,69	41	17,37
Minas Gerais	32	13,56	7	21,88	25	78,13
Paraguai	1	0,42	---	---	1	100
Paraíba	7	2,96	---	---	7	100
Paraná	2	0,84	2	100	---	---
Pernambuco	27	11,44	3	11,10	24	88,89
Piauí	3	1,27	---	---	3	100
Portugal	1	0,42	---	---	1	100
Rio de Janeiro	3	1,27	1	33,32	2	66,67
Rio Grande do Sul	6	2,54	2	33,32	4	66,67
São Paulo	23	9,75	---	---	23	100
Sergipe	2	0,84	---	---	2	100
Santa Catarina	2	0,84	1	50	1	50
Origem não-especificada	28	11,86	1	3,56	27	96,43
Totais	236	100	28	11,85	208	88,14

Fonte: Fichas cadastrais dos colonos disponíveis na Coleção “CAND” do APEMS.

Devo lembrar que a **Tabela 8** considera apenas os lotes com presença de erva-mate (236, de um total de 774), mostrando inicialmente os locais de procedência dos respectivos colonos. Nota-se a predominância dos colonos oriundos dos estados nordestinos, sendo também grande o número de lotes pertencentes a pessoas do próprio estado de Mato Grosso. Ainda que levemos em conta ser este recenseamento bem parcial, tais fichas mostram a presença de 87 nordestinos que encontraram erva-mate em seus lotes, número que aumenta se incluirmos muitos dos que aparecem registrados como sendo do estado de São Paulo ou com origem não especificada (possivelmente pessoas envolvidas há tempos em um ciclo migratório, que teriam vindo dos estados nordestinos para São Paulo ou outros estados antes de migrarem para Mato Grosso).

Em relação à forma de descrição da presença de erva-mate nessas fichas, como visto, ou ela é descrita em termos da quantidade de “pés” de erva ou descrita em termos da quantidade produzida (seja em “arrobas”, “quilos” ou “sacas”). Parece-nos significativo esse segundo caso, pois a indicação de quantidades mais precisas pode ser interpretada como um forte indício de que, nesses lotes (total de 28, equivalente a praticamente 12% do total), a erva-mate era efetivamente extraída – enquanto, nos lotes cujas fichas indicam apenas a quantidade de pés (208), pode-se supor que, em muitos casos, os proprietários apenas tivessem conhecimento da sua existência, sem, no entanto, exercerem uma efetiva atividade de exploração. Tendo ainda o registro da erva-mate em formato produzido (“arrobas”, “sacas” ou “quilos”), fazendo as devidas ressalvas, nota-se a predominância de colonos oriundos do próprio estado de Mato Grosso (7) e de Minas Gerais (7), seguidos de Pernambuco (3), Bahia (3), Paraná (2), Rio Grande do Sul (2), Ceará (1), Rio de Janeiro (1), Santa Catarina (1) e origem não especificada (1).

Vale lembrar ainda que esse recenseamento, conforme consta nas descrições do mesmo, foi realizado num intervalo de sete anos (1950 a 1957), o que me fez supor que algumas mudanças ocorreram ao longo desse período. Analisando as **Tabelas 7 e 8** pude confirmar algumas hipóteses levantadas, tendo a certeza de que ocorreram pelo menos três coisas: 1) a erva-mate foi erradicada, no todo ou em parte, em alguns lotes onde estava presente; 2) nos lotes onde a erva aparece descrita apenas em termos de número de “pés”, podem ter sido depois efetivamente realizadas atividades de extração; e 3) onde aparecem descritas “sacas”, “arrobas” ou “quilos”, houve de fato algum tipo de uso da erva-mate presente nos lotes, seja direta ou indiretamente. Essas duas últimas ideias são confirmadas pelos depoimentos dos senhores Astúrio (Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008) e Ricardo Dauzacker (Entrevistado na Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em julho de

2008), os quais assinalam que muitos colonos aprenderam a trabalhar a erva-mate e dela tiraram proveitos, extraindo eles mesmos, contratando outras pessoas para o trabalho ou arrendando suas erveiras a terceiros. Dentre os colonos que extraíram erva-mate incluirei ainda os ocupantes da Segunda Zona, como veremos mais a seguir através de depoimentos.

A Segunda Zona

Muitas das considerações anteriores podem ser aplicadas à Segunda Zona, no entanto, precisamos considerar algumas especificidades. Essa zona engloba continuidades e rupturas em relação à Primeira, com diversas localidades que só começam a ser ocupadas em meados dos anos 1950 (lembrando que o início da colonização da CAND é de 1944). Quanto mais distante da Administração, situada na Vila São Pedro, mais tardia seria sua ocupação, movimento que parece partir do centro administrativo para as periferias, se bem que em alguns casos ocorreu de colonos transitarem por áreas já em processo de ocupação para depois rumarem para seus futuros lotes, como é o caso, por exemplo, dos senhores Urbano Braulino da Silva (Entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011) e Moacir Fagundes (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011), ambos tendo inicialmente passado algum tempo em Vila Brasil e outras localidades, antes de irem para as regiões onde residem hoje.

Caminhos, picadas e estradas

Tendo em conta alguns documentos da CAND encontrados, entre os quais diversos ofícios e recibos da Administração⁶, relacionados com o aumento do número de estradas abertas, que se somava às estradas e ao sistema hidroviário-fluvial existente desde o período anterior, pode-se pensar que, a partir da década de 1950, começou a haver melhor acesso aos ervais da mesma. Tomando apenas o ano de 1950, na Administração de Tácito Pace, foram emitidos 39 recibos de abertura ou prolongamento de estradas que já haviam começado a ser abertas, além de outros documentos que dão conta da limpeza de valas, travessões e vias. Os documentos referem-se, entre outros lugares, aos travessões que cruzavam a Colônia – exemplo de um recibo de 20 de junho de 1950, em nome do senhor Luciano Ramon Avalo, a

⁶ Disponíveis no Acervo “CAND” do APEMS.

quem seria paga quantia de Cr\$ 48.000, pelo trabalho de abertura de 6 quilômetros de estrada em mata virgem, entre as quadras 29 e 30, além do prolongamento do trecho entre as quadras 51 e 52, na “zona Potreirito-Guassu”, equivalentes aos trechos entre Vicentina e Vila Jateí, além do prolongamento entre as quadras 51 e 52, distante 4 quadras do trecho anterior, no sentido norte da Colônia (Recibo no valor de Cr\$ 48.000,00, referente à mão de obra, pago pela Administração da CAND ao Sr. Luciano Ramon Avalo, de 20/jun/1950). Os trabalhos do senhor Luciano estavam relacionados com os do topógrafo Esmeraldo Lopes Cardoso, que havia recebido Cr\$ 24.000 pela abertura de estradas no mesmo trecho Potreirito-Guassu, entre as “quadras 29/51 e 28/50, até atingir em linha reta a quadra 27A”, além do trecho da estrada “Serraria-Potreirito”, mencionado em um recibo de 30 de junho de 1950 (Recibo no valor de Cr\$ 20.000,00, referente à mão de obra, pago pela Administração da CAND ao Sr. Esmeraldo Lopes Cardoso, de 30/jun/1950). Como pudemos perceber com a mesma documentação, a Estrada Potreirito estava entre as principais da CAND, isso quando pensamos em sua utilidade na ligação da Administração com as demais vilas a leste da Colônia.

Além dessas estradas, temos ainda a construção da estrada Dourados-Rio Brillhante (atual BR-163), que tinha como objetivo principal a ligação com a Estrada de Ferro Sorocabana, no interior de São Paulo, e incluía uma ponte sobre o Rio Brillhante (NAGLIS, 2007, p. 40).

Sendo assim, acredito que esse processo de abertura e prolongamento de estradas, somado a outros fatores, favoreceu o grande número de pequenos produtores de erva-mate existentes na Colônia, muitos deles certamente incluídos no cadastramento feito pelo Instituto Nacional do Mate (INM) a partir de 1952 (**Tabela 5, do Capítulo 3, p. 28**) – produtores que, como vimos, cresceram em número até os últimos anos das exportações para a Argentina, somando 1497 registros em 1964.

O certo, também, é que, já na década de 1960, as coisas estavam ficando mais favoráveis para aqueles que permaneceram nos lotes ou se fixaram na região, pelo menos é o que parecem mostrar as entrevistas. O senhor Manoel Rocha, por exemplo, diz que

Eu lembro que foi nos anos de 60, as coisas já estavam melhor, tinha estradinha de a pé tudo, tudo. Nós vinha aqui fazê compra, aqui quando aqui não era Fátima do Sul, aqui era Vila Brasil. E ainda, meu pai já veio para cá, já fazia compra aqui. Saiu a ponte de Dourados, meu pai já ia muito pra Dourados (Entrevistado por Suzana Naglis em Fátima do Sul, em 6 de janeiro de 2007)⁷.

⁷ Manoel Rocha – nascido em Macaúbas, BA, entrevistado em Fátima do Sul, MS, em janeiro de 2007, por Suzana Gonçalves B. Naglis e Carlos Magno Naglis Vieira. Disponível na Coleção “CAND” do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Essa e outras entrevistas

4.2 – A CAND e o INM

Desde sua criação em 1938 e especialmente na década de 1950, o INM pregou a necessidade da modernização dos meios de produção e procurou o apoio da Administração da CAND para a execução de alguns projetos.

Projetos

Querendo melhorar a situação da produção de Mato Grosso, o INM levantou a questão da construção de *barbacuás coletivos*, o que foi feito também em outros estados ervateiros, a exemplo do Paraná com o barbacuá construído em Prudentópolis. Assim, consultou sua Delegacia mato-grossense sobre sua possível localização e qual o tipo aconselhável. A ideia era melhorar também as instalações “precárias” já disponíveis, tendo seu custo em mãos em março de 1955 (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955). O INM aconselhava a construção com brevidade de um desses *barbacuás coletivos* na CAND, “como incentivo da produção ervateira” local, que deveria contar com a colaboração da Cooperativa Mista da mesma. Justificava essa construção pelo fato da maioria dos colonos serem nordestinos e não estarem afeitos aos diversos misteres da produção ervateira e queria, também, evitar a depredação dos ervais que vinha acontecendo, em alguns casos, por causa do desconhecimento de alguns colonos do valor do produto, mas não só por isso (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955).

Verdade também é que já havia sido feita a instalação de um barbacuá na região, por um particular, estimulado pela Cooperativa de Produtores de Mate “Dourados”, que teve que ser abandonado por haver desconfiança por parte dos colonos da CAND por se tratarem de “pessoas externas à mesma” – desconfiança que se estendia ao INM; os colonos se negavam a vender mate ao referido barbacuá por causa do medo de calotes (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1955). Sendo assim, esperava-se que, se tivesse o apoio da Cooperativa Mista da CAND (como de fato o teve), talvez conseguisse conquistar a confiança dos colonos.

fazem parte do projeto da historiadora Suzana Batista Naglis que resultou na dissertação de Mestrado em História “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960), 2007, pela UFGD, Dourados, MS.

Para dar sequência a essas medidas, em 1955, foi designada pela Presidência do INM uma *Comissão*, a fim de realizar o estudo e localização do *barbacuá coletivo* da CAND, sendo que um segundo deveria ser também construído em outro local no estado de Mato Grosso, em ambos procurando seguir o modelo dos modernos fornos existentes no estado do Paraná. A *Comissão* era composta por Athamaril Saldanha, então Diretor da Delegacia de Mato Grosso, Deusdedit de Carvalho e Eraldo Saldanha Moreira, membros da Diretoria do INM e representantes do estado de Mato Grosso (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955). A Federação Amambai (COPEMA), por sua parte, também contribuiu com a coleta de dados da CAND, com respeito à provável produção, distâncias, vias de acesso, e demais informações, os quais foram enviados ao INM, esperando assim facilitar a localização e construção do novo *barbacuá coletivo*⁸. Do lado da Cooperativa de Mate “Dourados”, já em 3 de março de 1954, Walmor Borges, gerente interino da mesma, havia enviado um ofício de apresentação em nome de Máximo Maciel, indicando-o para fazer estudos no perímetro da cidade, “para a instalação de um barbacuá coletivo, para elaboração de erva-mate”, conforme entendimento que tivera com o INM (*Ofício* de Walmor Borges para Administração da CAND, 3/mar/1954).

No entanto, ao longo de todo o nosso período de análise não se teve notícias da efetiva construção de nenhum dos dois *barbacuás coletivos*. O relatório do presidente do INM de março de 1956, tratando do que seria instalado na CAND, diz que “por motivos vários não foi possível a instalação de um barbacuá coletivo” (Relatório do presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956). Ainda assim, o Instituto e seu presidente continuavam acreditando que futuramente, após o término do recenseamento de produtores que se encontrava em andamento, seria possível sua instalação (*idem*), o que acredito não tenha ocorrido.

Um outro projeto proposto pelo INM era o da instalação de um *Engenho Nacional*, às margens do rio Paraná “para beneficiamento de mate produzido em Mato Grosso e no Paraná” (Relatório do Presidente do INM, Cândido Mader, de março de 1956). Segundo consta no Relatório de março de 1956, já havia inclusive sido localizada a área no oeste do Paraná, “para logo escolher o local para a instalação do futuro engenho” (*idem*, p. 50). O caso é que, assim como os barbacuás coletivos, esse grande projeto também não avançou.

Para além da construção dos barbacuás e engenhos, certo também é que, em alguns locais da Colônia pelo menos, as medidas do INM parecem não ter surtido muito efeito. Esse

⁸ Não foi possível encontrar esse estudo da COPEMA.

parece ter sido o caso da região de Jateí, onde até mesmo a ação da Administração da CAND foi pouco sentida entre os colonos. Entre os projetos do INM para os estados ervateiros estavam algumas tentativas de modernização da produção, o que no caso especial de Mato Grosso e da CAND muitas vezes parecem ter malogrado, devido, entre outras coisas, à resistência dos trabalhadores, ainda majoritariamente paraguaios, imbuídos de formas tradicionais de extração que vinham de gerações.

O senhor Balbuíno Agueiro, conhecido como Chiquito, filho de paraguaios e herdeiro da cultura guarani, ex-morador de algumas localidades ervateiras mato-grossenses, como a cidade de Caarapó e Vila Rica, lugarejo próximo a Vila Brasil (hoje Fátima do Sul), era conhecedor de quase todo o processo de produção da erva-mate, desde o corte, o sapeco, até o cancheamento (só não trabalhou de *Uru*⁹). Ele nos conta um pouco de seu dia nos ervais e mostra algumas dessas “inovações”. Sobre as formas de corte das ervaíras, segundo ele, o trabalho era feito principalmente por meio de facões, mas também incluiu em alguns momentos o uso de tesouras – uma das ferramentas que foram testadas nos ervais mato-grossenses a fim de evitar a depredação das ervaíras no momento do corte dos galhos e folhas. Chiquito se refere ainda ao uso da *tambora* e do cilindro, que eram, no entanto, equipamentos que existiam apenas em Campanário e lugares mais permanentemente controlados pela Companhia Mate Laranjeira.

Entre outras inovações, embora não promovidas pelo INM ou outra organização coletiva, mas sim de forma natural, são os caminhões. Eles aparecem no sul de Mato Grosso para substituir a velha carreta paraguaia, embora não tenham impedido seu “uso dentro das propriedades, bem como não aboliu o trabalho sobre-humano do mineiro, que continua a transportar o raído às costas” (FIGUEIREDO, 1967, p. 269); embora eu acredite também que ele tenha se limitado a alguns poucos colonos e regionais que tinham recursos disponíveis para tal despesa. Outra coisa que não mudou muito, mesmo com a atuação do INM, foram as formas de acondicionamento do produto, que continuou a seguir “preferentemente em sacos de aniagem e caixas de madeira, mas principalmente os primeiros por representar a forma de embalagem de todo o produto exportado para a Argentina” (*Idem*, p. 270).

Por fim, como vimos no **Capítulo 3**, um projeto que, mesmo não sendo do INM, teve seu entusiasmo e apoio é o da fábrica de mate solúvel construída em Ponta Porã, a Matex. Apesar de ter sido instalada pela COPEMA fora da área da CAND, supõe-se que a mesma poderia, se tivesse sido bem-sucedida, ter criado boas oportunidades para os ervateiros

⁹ Como também era conhecido o *barbacazeiro*, responsável pela secagem da erva-mate.

da Colônia. Mas como vimos, por diversos motivos, a mesma não respondeu de forma satisfatória às expectativas e pelo pouco que se sabe deixou de produzir esse tipo de subproduto, se transformando tempos depois em uma beneficiadora particular.

4.3 – As cooperativas: Mista da CAND e de Produtores de Erva-mate “Dourados”

Já nos referimos anteriormente ao surgimento das cooperativas de erva-mate em Mato Grosso, criadas na década de 1940. Dentre elas atentemos agora especialmente para a Cooperativa dos Produtores de Mate “Dourados” e para a Cooperativa Mista da CAND.

Segundo o Artigo 45 da *Lei 2.163*, de janeiro de 1954, o INIC, através da CAND, incentivaria a formação da cooperativa mista, “com seções de consumo, créditos, compras e vendas em comum, beneficiamento e industrialização de matérias primas da produção dos colonos, para a defesa econômica dos mesmos”, a fim de evitar abusos e libertá-los da intermediação e “consequente diminuição da renda” (*Lei 2.163*, 05/jan/1954). Os Administradores das colônias agrícolas, segundo o Artigo 46, ficavam proibidos de participar da direção da cooperativa, podendo, entretanto, participar das reuniões, “com voz consultiva e sem direito a voto, mesmo que seja filiado a seção de consumo”. Assim, também em relação às suas funções, o INIC estava incumbido de promover “os meios necessários ao financiamento das atividades dos colonos, *de preferência através de sua cooperativa*” (Artigo 48, grifos meus). Além disso, assim como os colonos, as cooperativas estavam livres de taxas e impostos federais (estas por prazo indefinido, já no caso dos colonos pelo prazo de até cinco anos a contar da data de localização no lote), “desde que obedeçam às prescrições da legislação específica em vigor” (Artigo 50).

No caso da Cooperativa de Produtores de Erva-mate “Dourados”, a mesma agiu como representante dos produtores da região de Dourados, que incluía os ervateiros da CAND. Neste ponto, esta, de certa forma, se ligaria operacionalmente à Cooperativa Mista da CAND, que não era diretamente relacionada à erva-mate. Cito essa ligação entre as duas cooperativas tendo em mente alguns ofícios de Tácito Pace, Administrador da CAND, de 1950. Um deles enviado à Cooperativa de Produtores de Mate “Dourados”, falando sobre o propósito de “reverter em benefício da Cooperativa [Mista] da CAND, qualquer importância da elaboração da erva-mate” e autorizando ainda a cooperativa de produtores de erva-mate a entregar a importância existente em caixa ao senhor Paulo Alberto Correia, Diretor Gerente da mesma Cooperativa Mista (*Ofício 236*, de 20/jul/1950).

Em outro ofício, n.º 289, de 23 de agosto do mesmo ano, Tácito Pace faz nova menção à Cooperativa de Produtores de Mate “Dourados”, onde “não tendo o Diretor-Gerente [Paulo Alberto Correa], levado a efeito as providências requeridas pela Diretoria” e tendo o mesmo sido destituído do cargo e substituído pelo senhor Henrique João Karru, solicitava o Presidente da Cooperativa Mista, João Costa¹⁰, que se “transferisse definitivamente para esta cooperativa, para encontrarem solução, todos os encargos assumidos por terceiros, junto a Cooperativa do Mate, encargos oriundos do *Ofício* n.º 39, de 2-6-47 e subsequentes”. Requeria ainda João Costa um extrato da conta corrente relativa às movimentações do negócio da erva-mate, devendo constar no mesmo “os vários ofícios que habilitaram a diversos *diaristas* da CAND a receber importâncias destinadas à Cooperativa Mista da CAND” (*Ofício* 289, de Tácito Pace, enviado à Cooperativa de Produtores de Mate “Dourados” Ltda, 23/jul/1950, grifos meus). Esses ofícios parecem ter sido resultado de alguma situação mal resolvida pela Cooperativa do Mate, seus diretores e o presidente da Cooperativa Mista, como deixa transparecer o Administrador da CAND nos trechos transcritos acima¹¹.

Em relação a isso, Ricardo Dausacker, filho do senhor Ramão, nos diz que a sede da cooperativa que recebia erva-mate de seus pais se localizava na Vila São Pedro (Entrevistado na Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008), o que nos leva a imaginar mais uma vez o “amalgama” operacional entre a Cooperativa de Produtores de Mate “Dourados” e a Mista da CAND, já que nessa vila também se localizava a Administração da Colônia Agrícola e sua Cooperativa Mista.

Embora tenha poucas informações da movimentação interna, além das que já foram apresentadas, e do número de associados das cooperativas, pode-se citar algumas outras informações. Assim, em um ofício de dezembro de 1953, se diz que a Cooperativa Mista da CAND contava com cerca de 700 cooperados. Além disso, tinha “um fundo de reserva limitado praticamente à soma das pequenas cotas partes atribuídas a cada membro do seu quadro social” e mantendo relação comercial com a “praça de São Paulo”, vendia produtos aos seus associados com uma margem de lucro de 10%, que, segundo informações da Administração da CAND, “mal cobre suas despesas de funcionamento” (*Ofício* 365, da Administração da

¹⁰ Em relação a esta pessoa, um fato interessante é que nas atas e relatórios do Instituto Nacional do Mate temos informações de um tal João Pinto Costa, que seria um representante dos ervateiros de MT, provavelmente também parente do senhor José Pinto Costa, exportador de erva-mate do estado. No entanto, não temos como afirmar que fosse a mesma pessoa.

¹¹ É preciso observar aqui que não temos muitas informações a respeito da hierarquia administrativa da Cooperativa Mista e mesmo da Cooperativa do Mate. O *Ofício* 289, por exemplo, deixa uma dúvida em relação às figuras de **diretores** e **presidentes**, exemplo de Paulo Alberto Correa, **diretor-gerente**, substituído depois pelo senhor Henrique João Karru, e o apontado **presidente** da Cooperativa Mista, João Costa.

CAND ao Diretor da DTC, 20/dez/1953). Segundo o senhor Manoel Rocha, um dos cooperados de Vila Brasil, na cooperativa “se comprava de tudo”, “arroz, feijão, tudo que precisasse. Só não vendia o que nós tinha no sítio, que era banha de porco, a galinha, o porco, a criação. Tudo que precisava! Um prego pra fazê a casa [...]” (Entrevistado por Suzana Naglis, em Fátima do Sul, MS, em 6 de janeiro de 2007).

Sabe-se ainda que a mesma Cooperativa Mista, credora da administração da CAND, possuía um veículo próprio, um caminhão, que, segundo o *Ofício 585*, de 15 de setembro de 1954, precisava “recondicionar o motor e fazer carroceria nova” (*Ofício 585*, da Administração da CAND aos Irmãos Spengler, Campo Grande, MT, 20/dez/1953). Esse caminhão, aliás, era desejo da Administração da CAND e Diretores da Cooperativa Mista desde o início das suas atividades cooperativistas, como nos mostra um ofício de Lloyd Ubatuba, de 7 de agosto de 1951. Nele o Administrador, respondendo a um ofício do Diretor do Serviço de Economia Rural, Antonio Arruda Câmara, mostra a necessidade de superar as dificuldades de transportes e promover garantias de produção à Colônia, além de desejar a superação de “intermediários” que faziam a cooperativa pagar “fretes enormes até os embarcadores da Estrada de Ferro [Noroeste do Brasil]” (*Ofício 174*, do Administrador da CAND, Lloyd Ubatuba, ao Diretor do Serviço de Economia Rural, Antonio Arruda Câmara, 7/ago/1951). O mencionado caminhão da Cooperativa, ainda ele, estava incluso num desejo maior, que era o de conseguir junto ao Serviço de Economia Rural um *auxílio financeiro*, que incluía ainda máquinas agrárias de beneficiamento (e especificamente naquele momento um moinho de trigo), trilhadeiras, além do cedimento de um possível funcionário, “caso haja, no S.E.R.” disponível. Com seus pedidos a Administração acreditava que “todos os obstáculos serão removidos” (*idem*).

Já em relação à Cooperativa de Mate, um fato curioso, que merece uma melhor análise, embora faltem maiores informações no momento, é mais uma vez encontrado nas fichas cadastrais do *Levantamento Estatístico* promovido pela CAND na década de 1950, onde foi possível identificar dois lotes que estavam ligados à mesma. Não consta a extensão desses lotes (afinal, alguns ultrapassavam os 30 hectares previstos para doação), ainda assim podemos saber algo sobre eles: um é o lote 8, localizado na quadra 56, próximo à Vila São Pedro, onde não morava ninguém, apesar de haver uma casa de madeira com telhas, além constar a importante soma de 3.000 pés de erva-mate; o outro é o lote 13, localizado na quadra 12, próximo à Vila Vargas, onde não havia casa, mas sim 1.500 pés de erva-mate. A ficha do segundo lote estava em nome de Luiz Içá, sendo que “não planta no lote, mora em P.

Porã, é da Cooperativa do Mate”, constando ainda, sem maiores detalhes, que o título do havia sido “expedido em 1955”.

À parte as esperanças e os problemas, as cooperativas, de modo geral, eram tidas, como ainda hoje se pode notar, como “legítimos órgãos defensores da classe”, como afirmava o presidente do INM (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1954). Se bem que essas cooperativas, por vezes, tenham amargado a desconfiança dos colonos, receosos de entregar sua produção a uma entidade que parecia não lhes dar muitas garantias. Ainda assim, devemos lembrar que a cooperativa de produtores de mate e a cooperativa Mista se mostravam para os colonos uma esperança, especialmente durante o período de implantação da CAND.

Em um ofício de 13 de outubro de 1951, enviado a João Cleóphas, então Ministro da Agricultura, em que se faz requisição de sementes de algodão, menciona-se a ação da Cooperativa Mista da CAND. Nela consta a intenção de servir como alento aos produtores da região, no sentido de levantar “o moral dos infelizes colonos, que não tem vacas, não tem porcos, não tem hortas, não tem nada”, dizendo que sua produção era “colocada às margens dos travessões ao relento, para os exploradores comprarem pelo preço que quiserem pagar”. Em relação ao cooperativismo em torno da erva-mate, isso me faz pensar na situação dos colonos que se interessaram pela produção ervateira, pois é sabido que existiam alguns compradores de erva-mate na região, especialmente em Dourados, localidade mais próxima, além é claro da Companhia Mate Laranjeira.

Agora haverá quem vele por seus interesses e estimule a sua produtividade, orientando-lhes a atividade econômica, por meio de seu órgão de defesa, que é a sua Cooperativa, até o presente sufocada por privilégios dados a outrem, impossibilitado de exigir e vítima, também dos especuladores (Ofício s/n do Administrador da CAND, Tácito Pace, ao Ministro da Agricultura, João Cleóphas, 13/out/1951).

O que fica da análise das duas cooperativas, de erva-mate e mista, é a impressão de que elas sempre tiveram problemas administrativos, o que não quer dizer que não tenham buscado cumprir os propósitos para os quais foram criadas. Algumas tentativas foram feitas a fim de melhorar a situação da produção ervateira da CAND, como, por exemplo, os estudos para construção de um barbacué coletivo, como vimos, e a adesão à revisão do registro de produtores de erva-mate, ambas as propostas em parceria com o INM.

Ao que me parece, ainda assim, é que as cooperativas, por vezes, defenderam o interesse de grupos específicos, nem sempre representando o interesse da maioria dos moradores da região e nem sempre tendo a adesão por parte dos colonos. Além do mais, a influência das cooperativas parece não ter alcançado todas as regiões da CAND, tendo pouco impacto na vida dos colonos mais afastados dos centros de decisão.

Por fim, no caso da Cooperativa Mista, segundo Manoel Rocha, colono radicado em Vila Brasil, seu efeito parece ter sido ofuscado com a chegada da agência do Banco do Brasil em sua região,

depois que veio o Banco do Brasil mudô tudo e ai o banco financiava, você fazia casa melhor. Você fazia uma casa de tauba, mais era de taubinha, mais era melhor, de telha. Mais naquele tempo o banco era bom [...] O juro era mixaria pegava e pagava [...] (Entrevistado por Suzana Naglis, em Fátima do Sul, MS, em 6 de janeiro de 2007).

4.4 – As relações entre os dois mundos

Com essa pesquisa, incluindo a leitura da documentação, da bibliografia e a análise das entrevistas, ficou claro que as relações existentes entre as *frentes pioneiras* e o *mundo ervateiro* são passíveis de serem identificadas e são mais evidentes do que se suspeitava. Claro que “reconstruir” esse universo dos colonos e produtores de erva-mate não é tarefa fácil, exigindo a leitura de fontes fragmentárias e depoimentos codificados, faltando algumas peças, mas podemos aqui pelo menos tentar encontrar alguns vestígios e sinais deixados pelos nossos personagens, montando nosso quebra cabeças.

4.4.1 – A continuidade da produção ervateira

Tudo indica que boa parte dos contatos entre os dois mundos acima mencionados se relacionou com a continuidade da exploração ervateira. O senhor Astúrio Dauzacker relata que, embora a maior parte dos colonos que vieram para a CAND não conhecesse a erva-mate, muitos logo passariam a conhecê-la e a extrair dela benefícios econômicos. De fato, apesar de acreditar que seja uma percentagem exagerada, o senhor Astúrio diz que, dos colonos da CAND, “90% eram nordestinos”, os quais “não sabia nem o que que era mate. Num tinha...

num sabia o hábito do tereré... num sabia o chimarrão, nada!”. Lembrando também que, inclusive pelo fato da escassez de assistência por parte da administração da CAND, em parte explicado pelo enorme crescimento do contingente de pessoas que migraram, como vimos, esses colonos eram obrigados a encontrar alternativas para conseguir seus meios de sobrevivência. “Aí eles começaram vê que se eles explorasse o mate, é... eles tinha comércio garantido desse mate” (Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008). Claro que, da mesma forma, não podemos exagerar tal produção, tendo que considerar as diferentes regiões da Colônia, tendo certo ainda que grande parte dos colonos só aderiu à produção nos anos iniciais da ocupação de seus lotes e alguns nem mesmo encontraram as ervaíras em suas terras.

A importância da presença paraguaia

No processo de aprendizagem dos colonos podemos perceber mais uma vez a presença do “saber-fazer” dos trabalhadores paraguaios, que transmitiram seu conhecimento sobre a lida da erva-mate às pessoas que vinham no processo migratório. Dessas pessoas, anteriormente vinculadas à atividade ervaíra na Companhia Mate Laranjeira, e fora dela também, sabe-se que muitos permaneceram na região com a intenção de ganhar um lote. No entanto, nem todos conseguiram, porque eram de nacionalidade paraguaia e a lei, quando da criação da CAND, não previa dar lotes aos estrangeiros. Em outros casos, segundo as informações que obtivemos, algumas dessas pessoas conseguiram se documentar (inclusive casos de paraguaios que se casaram com brasileiras), sempre na intenção de conseguir um lote (Astúrio Dauzacker, entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008). Outros estrangeiros ainda conseguiriam comprar lotes de alguns colonos, que insatisfeitos quiseram continuar sua sina migratória pelo território brasileiro.

Anos mais tarde, as regras para as Colônias Agrícolas Nacionais (CANS) foram alteradas, sendo criada uma cota para estrangeiros, com preferência para portugueses. Parece que isso teria ocorrido, legalmente, já na década de 1950, provavelmente após 1954, quando o Departamento de Terras e Colonização (DTC) é extinto, dando lugar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que assumiu o controle dos núcleos coloniais e estabeleceu uma cota de 50% de lotes reservados a nacionais e 50% reservados aos “alienígenas” (neste último caso, no máximo 25% para cada nacionalidade). Dizia ainda que, na falta de colonos nacionais, os lotes poderiam ser distribuídos aos estrangeiros, como dissemos

preferencialmente portugueses e mediante autorização deste Instituto (*Lei 2.163, 05/jan/1954*).

A importância da produção ervateira na CAND

Sobre a importância da extração de erva-mate na área da CAND, temos ainda informações importantes de um memorialista. Trata-se, no caso, de José de Azevedo, nordestino e ex-colono, o qual, falando sobre as terras de Glória de Dourados, e da chamada Segunda Zona da CAND de maneira geral, relata-nos que nos “tempos do sertão local”, quando os primeiros colonos foram chegando à Segunda Zona e ocupando suas “marcações” (como eram conhecidos os lotes de cada um), foram se embrenhando dentro das picadas que iam fazendo, com dificuldades enormes, e encontravam nesses terrenos muita erva-mate nativa (1994, p. 19-20). Ele acrescenta que:

As terras situadas na quarta, quinta, sexta e sétima linhas, nos extremos do lado nascente, não despertavam cobiça nos tempos da colonização, pois eram consideradas fracas [...] No entanto, foram as terras que deram dinheiro nos tempos de sertão. É que ali, havia abundância de erva-mate nativa, a qual para a nascente vila, teve grande importância econômica (AZEVEDO, 1994, p. 15).

O mesmo autor chega a citar alguns compradores de erva-mate nessas terras que fazem parte do atual município de Glória de Dourados, dentre eles Olímpio Delilo e Messias de Almeida. Delilo teria sido o primeiro comprador de erva-mate dali. Eles compravam a erva dos colonos e revendiam em Dourados, o que “fazia correr algum dinheiro no comércio local” e era para muitas famílias um meio de subsistência (*idem*, p. 15).

Das pessoas que entrevistei, o senhor Astúrio Dauzacker é um dos que falam da importância da produção e comércio de erva-mate na área da CAND, mencionando que “esse mate, era vendido para várias fontes... em Dourados tinha Cooperativa do Mate que comprava... certo? Daqui mandava pra Campo Grande. E comércio não faltava. Faltava erva, mas não quem comprasse! Por que o consumo, é... era muito, né?” (Entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008).

Outra pessoa que confirma a erva-mate como fator de subsistência na região, é o senhor Alexandre Fernandes Bairro, paraguaio, filho de pai paraguaio e mãe argentina, que nasceu e viveu na Fazenda Campanário, que apesar de não ter sido colono, trabalhou na CAND na década de 1950 e com isso nos trouxe confirmações relativas à importância econômica da

atividade ervateira na região. Seu depoimento, como outros, nos mostra ainda que, com a dificuldade de transporte de outros produtos que tivessem seus mercados no Brasil, despontava como alternativa a atividade ervateira, que tinha, desde o fim do século XIX, suas formas de escoamento, em estruturas construídas sobretudo pela Companhia Mate Laranjeira, para o mercado argentino (Entrevistado em Dourados, MS, em 29 de março de 2009)¹².

O depoimento do senhor Alexandre nos ajuda também a refletir sobre a ideia da manutenção ou não de empregados paraguaios permanentes para além da produção ervateira, apontada por Alvanir de Figueiredo, segundo o qual, em Mato Grosso havia o “elemento paraguaio a imigrar para os ervais e a retornar ao seu país *ou mesmo dedicar-se a outras atividades*” (FIGUEIREDO, 1967, p. 294; também p. 25; grifos meus). É bom dizer que Figueiredo usa “outras atividades” de forma bem restritiva. Essa é uma das dúvidas centrais levantadas por Alvanir de Figueiredo, que a meu ver se mostra nebulosa, para não dizer contraditória, especialmente por ele dizer páginas antes que “o elemento paraguaio, produtor e consumidor de mate não surge na área nova [de ocupação da frente pioneira] a não ser na fase do desbravamento, a menos que esteja ligado à pecuária” (FIGUEIREDO, 1967, p. 252). Em seu depoimento o senhor Alexandre Bairro nos mostra alguns dos diversos trabalhos que exerceu no sul de Mato Grosso, dentre os quais: a abertura de estradas e travessões, onde, segundo ele, cada travessão tinha um responsável “pra comandá o dia”; o corte de madeira, que “na época tinha muito”; a construção de cercas (atividade na qual se tornou profissional), e a produção de erva-mate, embora neste caso não na área da CAND (Entrevistado em Dourados, MS, em março de 2009).

Embora não tenham nascido no Paraguai, outros depoentes que contribuem para esclarecer esta questão são o senhor Balbuíno Agueiro, o Chiquito, que já foi mencionado, e a sua esposa dona Tany Martins. Eles, que se somam ao exemplo do senhor Alexandre por sua cultura fortemente marcada pela tradição paraguaia, mostram que muitos desses trabalhadores, após os períodos de exploração da erva-mate, não excluindo ainda os casos em que voltavam à produção de erva-mate tempos depois, ficavam livres, mas nem todos retornando para o seu país, laborando na região em pequenas roças de subsistência, a derrubada, os roçados e a agricultura comercial. Além ainda de trabalharem na indústria madeireira e na derrubada da mata em geral (Entrevistados em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

¹² Em relação ao senhor Alexandre Fernandes Bairro, contei ainda com a ajuda de seu filho, Carlos Barros Gonçalves, agindo como intermediário na época da entrevista, na revisão feita com sua ajuda por e-mail dos dados transcritos e ainda através de uma monografia produzida por ele, *A trajetória de minha família* (2003. Vide referências).

Acredito que já tenha ficado clara a permanência de uma parte dessas pessoas (nem todos evidentemente) na CAND durante o processo de sua implantação e mesmo nos anos que se seguiram, trabalhando também com a produção de erva-mate e não apenas na derrubada da mata e trato pecuário. Claro, também, que muitos deles tiveram uma presença pouco sedentária no sul de Mato Grosso, como nos mostra o senhor Moacir de Souza Fagundes, fazendo sua avaliação da presença dos paraguaios na CAND (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). O senhor Moacir diz que o contato com os brasileiros era difícil, “armavam as barraquinha igual essas barraquinha da... da turma do... do movimento sem terra. Entrava por dentro... ia, entrava nos campos, que aqui pra dentro num tinha... num havia limitações. Ah o... num tinha chegado o negócio de Segunda Zona [embora a área já estivesse sendo ocupada]. Aí, o que que acontecia? Eles... eles iam lá, fazia a erva, fazia a erva”. Quando não havia erva-mate eles “iam embora. Voltavam pro Paraguai” – o que não representa a totalidade deles, como vimos, sendo reducionista demais acreditar que todos eles rejeitassem se estabelecer na região ou mesmo fossem impedidos completamente disso.

Nesse sentido, em relação a esses trabalhadores ervateiros, o caso do senhor Chiquito ainda nos parece muito significativo. Ele nasceu em Caarapó, território brasileiro, no então estado de Mato Grosso, filho de paraguaios, que firmaram residência nessa cidade, ensinando-lhe desde criança a se reconhecer como brasileiro, no entanto preservando elementos da cultura de seu país de origem, o Paraguai, entre os quais a língua Guarani¹³. *Seu* Chiquito desde cedo aprendeu a trabalhar com erva-mate (por volta dos 12 anos) e dela fez uma de suas profissões. Segundo ele, teria trabalhado durante 14 anos, em Caarapó, para a Companhia Mate Laranjeira, até por volta de 1958, tendo passagens por outras localidades, entre as quais o lugarejo chamado Vila Rica, situado no extremo sul da CAND, entre os Travessões Sub-Sede e dos Japoneses, próximo ao Córrego Oculto, onde também teria trabalhado na extração de erva-mate. Na verdade trabalhando ali e nos ervais da região, provavelmente também nos campos próximos ao local em que hoje reside, sendo empregado por outras pessoas. De Vila Rica seguiu para a já cidade de Jateí, mas antes conheceu e amasiou-se com a dona Tany Martins, também filha de ex-ervateiros paraguaios. Segundo dona Tany, “25 ano que nós tá aqui” em Jateí, portanto, desde meados da década de 1980. Eles tiveram breves passagens também por Dourados e Sanga Puitã, no Paraguai (Entrevistados em Jateí, MS, em 14 de dezembro de 2011). A história do senhor Chiquito se liga à do senhor Nelson Hiromitsu Inoue, o “Boy” (Entrevistado informalmente em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011), comerciante para quem trabalhou extraindo erva-mate. O

¹³ Nem ele nem sua companheira, Tany Martins, aprenderam castelhano.

momento em que ele trabalhou para o senhor Nelson “Boy” é um tanto incerto, mas acredito que tenha sido posterior à década de 1970, afinal esse é o período em que o comerciante e empregador teria chegado à recém emancipada cidade de Jateí.

4.4.2 – As formas de exploração da erva-mate e a “divisão do trabalho” na CAND

Neste ponto devemos ter em mente a existência de uma espécie de “divisão do trabalho” nos ervais. Nela aparece a figura do *empreiteiro*, que não representava um contingente muito grande, e a do *dono* do lote. Nem sempre o dono ou arrendatário (*empreiteiro*) dos ervais era o mesmo que nele trabalhava, sendo por vezes outras pessoas, *trabalhadores* contratados, neste caso especialmente os paraguaios e indígenas que ficaram à disposição com a implantação da CAND e o afastamento crescente da Companhia Mate Laranjeira das atividades ervateiras. Esses *trabalhadores*, ou *produtores diretos*, eram contratados por diárias, por produção ou mensalmente para a extração, cancheamento e transporte do produto.

Além de *empreiteiros* e *trabalhadores*, havia também a figura do *comprador*, que, às vezes, se confundia com a pessoa que arrendava o erval, que contratava os trabalhadores e que ainda fazia o transporte para os mercados de destino. O tipo do *comprador/empreiteiro* se aplicava apenas para alguns poucos que conseguiam se firmar no setor e fazer da erva-mate uma fonte mais permanente de renda. Os nossos entrevistados mostram que a economia ervateira, em alguns casos, incluía algumas redes fixas de compradores, trabalhadores e fornecedores; havendo alguns compradores fixos transitando nas regiões ervateiras rotineiramente. É o caso do senhor Ramão Dauzacker e seus filhos, que seguiram como *compradores* e mesmo *empreiteiros* até pelo menos os anos iniciais da década de 1990¹⁴.

Nesse ponto vale um breve comparativo com os demais estados produtores do Brasil. Em um primeiro momento, até pelo menos a década de 1930, parece imperar um diferencial de Mato Grosso em relação aos produtores mais próximos, especialmente os pequenos ervais do Paraná onde, apesar de um controle imposto pelos industriais moageiros

¹⁴ Embora se refira a uma área fora CAND, um senhor chamado Luiz Antonio, nascido na cidade de Caarapó e hoje residente em uma chácara de Jateí, me contou informalmente que seus pais tinham erva-mate em sua fazenda em Caarapó e que eles também venderam até o começo dos anos 1990 para o senhor Ramão Dauzacker, que buscava de caminhão, acompanhado dos filhos, que por vezes dirigiam, “porque já estava bem velho” (Luiz Antonio, entrevistado informalmente em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

(a minoria), por vezes eram usadas formas familiares de trabalho onde os proprietários trabalhavam, eles mesmos, em conjunto com seu núcleo familiar, na elaboração do produto, não faltando formas de hierarquização (*cf.* LINHARES, 1969). Ainda em relação ao caso paranaense, em Mato Grosso esse diferencial tendeu a se atenuar a partir dessa mesma década de 1930, tendo como motivo, entre outras coisas: as novas políticas de Vargas; o aumento da participação dos produtores independentes, especialmente os colonos que aderiram à produção ervateira; e a consequente pulverização em lotes coloniais das imensas extensões de terras antes arrendadas à Companhia Mate Laranjeira. Esses fatores teriam favorecido senão o surgimento, pelo menos o aumento, de formas mais localizadas de exploração ervateira. Em comparação com o estado de Santa Catarina, por sua vez, desde o fim do século XIX, no oeste, ao longo da divisa com o Paraná e na região do Contestado, a erva-mate fez surgir duas categorias sociais de trabalhadores distintos: os *colonos* de origem europeia e os *caboclos* brasileiros, tendo os últimos, semelhantemente (mas não igual) aos paraguaios de Mato Grosso, se submetido aos primeiros (GOULARTI FILHO, 2001, p. 83).

Ainda em meio a esse “mundo ervateiro”, sabemos que existiam pelo menos duas outras realidades, que por vezes se sucediam ou se misturavam: de um lado propriedades exclusivamente ervateiras, que em qualquer região produtora do Brasil ou dos demais países, constituíam um número pequeno, talvez com uma ligeira exceção da Argentina, onde o próprio Estado Nacional e seus órgãos competentes promoveram o plantio na Província de Misiones; por outro lado, no Brasil, quando o tamanho da propriedade ou os recursos do proprietário tornasse possível, apareciam propriedades com existência de erva-mate e mesclas de outros tipos de produção, por vezes com predominância desses últimos (FIGUEIREDO, 1967, p. 25).

Percebe-se assim que as formas de exploração da erva-mate na região da CAND seguiam uma ordem básica, ainda que houvesse alguma variação de um local para o outro. Em muitos casos, os colonos simplesmente cediam seus pés de erva-mate a terceiros, que, em troca de um pagamento, os exploravam ou contratavam alguns trabalhadores que o fizessem. Em outros casos, alguns colonos procuraram aprender as técnicas de exploração com os ervateiros remanescentes, trabalhando eles mesmos ou com pouca ajuda de outras pessoas, neste ponto me permitindo forjar o conceito de “colono ervateiro”.

O uso indireto da erva-mate

Sendo assim, podemos identificar alguns grupos separadamente, a fim de conseguirmos visualizar a produção ervateira da CAND. Um primeiro é o daqueles *colonos que teriam encontrado erva-mate em seus lotes, identificando-a como produto de valor econômico, mas que não aprenderam ou não quiseram “tirar erva”*. Essa maneira de lidar com a planta presente no lote, se não evidencia certa precariedade na produção ervateira na Colônia, pelo menos confirma o projeto traçado para a CAND, de ser uma zona de produção agrícola – que dando certo ou não já é outra história.

É o que mostra o depoimento da senhora Maria Braga, natural de Passos de Minas, Minas Gerais, que teria se radicado em Vila Brasil (atual Fátima do Sul), que, ao ser entrevistada pela historiadora Suzana Naglis, disse que em seu lote havia, em meio às demais árvores, pés de erva-mate, que eram identificados enquanto seu marido abria a mata. Segundo ela, “teve um tempo que ele deixou as árvores [de erva-mate] e vendeu pro povo fazê... Os povo vinha com a carroça e cortava, e levava”. Perguntada sobre quem eram essas pessoas, ela diz que “ah, eu não sei o nome, eram uns paraguaio. O véio foi lá ofereceu e eles veio de carroça. Porque o véio ia derrubá mesmo a árvore pra fazê derrubada, ia queimá, vendeu bem baratinho pra eles, coitados. A gente não usava” (Entrevistada por Suzana G. B. Naglis e Carlos Magno N. Vieira, em Campo Grande, MS, em dezembro de 2006).

Outros exemplos são encontrados na região do atual município de Jateí, de ocupação mais tardia que Vila Brasil, dentre os quais temos a senhora Joaquina Araújo Dionísio e o senhor Manuel Valêncio Gomes Filho, o *Seu Sué*.

A sorridente Joaquina Araújo Dionísio, nascida em 1922, em Rio Brilhante, de pais gaúchos, mãe de Vacaria e o pai de São Borja, disse que passou por algumas localidades de Mato Grosso antes de se fixar em Jateí, tais como: Aroeira, Guaçuzinho, onde havia terras dos avós maternos e onde também se casou, tendo depois ido finalmente para Jateí, por volta de 1947, onde após a morte do marido adquiriu lote na CAND. Nem ela nem seus familiares trabalharam com erva-mate, “só roça que nós toquemo, num foi erva-mate”, mas em seu lote “tinha argum pé, num era muito... porque eu... terra de cultura num dá erva. Dá um pé ou dois”. A pouca erva-mate que havia no lote ela teria vendido tempos depois, “depois que criei tudo meus fio lá dentro do lote... aí que eu vendi”. Ela não identifica os compradores,

reconhecendo-os, assim como dona Maria Braga e outros entrevistados, como “paraguaios”¹⁵, dizendo ainda que “depois que os paraguaio foro embora” não vendeu mais, porque ninguém comprava (Entrevistada em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

Outro “pioneiro” da região é o pernambucano Manuel Valêncio Gomes Filho, o *Seu Sué*, que teria passado pelos municípios paulistas de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio, antes de mudar-se em 1959 para a CAND. Ao chegar com a família se instalaram em um galpão de um conhecido. Algum tempo depois foi que ele conseguiu um lote, o pai conseguiu outro e o cunhado outro, todos pertos, localizados na linha do Carajá (ou Estrada Carajá, como identificada em um mapa da CAND¹⁶), próxima à então Vila Jateí e ao que hoje é Nova Esperança, distrito do atual município de Jateí (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

O envolvimento do *Seu Sué* com erva-mate teria se dado nos dois anos iniciais, na Estrada Carajá. Segundo ele, a erva-mate era “a produção mais que existia... dispois daí, de uns dois a três ano, começô a tê otras produção né?”, mas “até uns dois ano, quando nós chegamo, a produção que tinha era erva-mate... lá na mata”. Ele nos diz que “num prduzia ela! Meu pai vindia... Nós tinha, nu sítio tinha dimais”. O que acontece é que eles identificaram a erva-mate nos lotes, mas não agiram diretamente na produção, sendo ainda que ele mesmo nem chegou a interferir nas negociações, “meu pai vindia [a erva-mate dos 3 lotes]... pra otras pessoa que... fazia colheta... e trazia pra cidade, pra transporte”. Era seu pai quem vendia para os “paraguaio”, “eles comprava bruto no mato e ele que fazia o benefício e... e vendia pra fora”. Perguntado sobre o valor pago pelo produto ele diz que

o pai nem sabia de certo... o preço daquilo lá. E eles que tinham mais... eles tavam mais atualizado, porque eles que... Eles sabia como vendê lá no comércio e sabia como comprá. Agora o pai nem sabia dereito como... vendê. Mas... era o... era o, a... Na época era aquilo ali! (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

Interessante ainda é que, segundo ele nos diz, além da erva-mate havia as plantações da família, nos lugares dos lotes onde não tinha a planta. O pai dele parou de “produzir” erva-mate “logo que a ota produção começô a chegá... ele num ligô mais de vendê

¹⁵ Essa identificação dos compradores de erva-mate como “paraguaios” me faz lembrar a influência cultural do país vizinho, tendo ainda em mente a difusão do idioma Guarani nos ervais que vinham sendo ocupados pelos “soldados brasileiros” de Getúlio Vargas. Influência que, no sul de Mato Grosso, ganhou destaque, sobretudo, com a Companhia Mate Laranjeira e o uso corrente da mão de obra paraguaia, o que ocorria desde pelo menos o fim do século XIX (QUEIROZ, 2004, p. 137-139).

¹⁶ Mapa “Conjunto de municípios de MT”, do Instituto do Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN)/Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de abr/2003 (Acervo de mapas do CDR-FHC/UFMG).

não”, “Aí veio... Como eu estou eu falando... daí uns dois ano, a coisa começô a melhorá... ela começô a produzi, aí foi até onde chegô hoje aí” (*idem*).

Estes casos são exemplares de uma parte dos colonos que recebiam uma quantia combinada, talvez por sacos ou quilos, não representando um valor muito significativo, tendo vendido “baratinho pra eles”¹⁷, os compradores, mas também não sendo assim tão desprezível, como veremos em outros depoimentos. Essas pessoas encontraram erveiras em seus lotes, quando estavam se instalando, mas optaram por negociar com outras pessoas para que as explorassem, o que levanta algumas hipóteses: em alguns casos isso pode ter ocorrido por desinteresse no trato direto ou por desconhecimento do mesmo; ou ainda por estarem atentos a outros tipos de culturas agrícolas ou criação de animais, o que fazia parte do projeto da CAND.

Os “colonos ervateiros”

Se alguns colonos não quiseram se envolver diretamente na produção de erva-mate, embora dela tenham tirado benefício (em alguns casos o próprio sustento), ***outros procuraram aprender as técnicas de exploração com os ervateiros remanescentes, elaborando eles mesmos ou com pouca ajuda de outras pessoas***. Esse caso é particularmente interessante, pois demonstra um intercâmbio cultural, tendo em vista que esses colonos, a quem chamo “colonos ervateiros”, buscam aprender a trabalhar com o produto, não se limitando ao corte, mas também se envolvendo no processo de sapeco, secagem e cancheamento. Nossos protagonistas nesse caso são os senhores Urbano Braulino da Silva, Moacir de Souza Fagundes e Manoel Antonio da Silva, este último irmão do senhor Mariano Antonio da Silva, nosso entrevistado.

Desses “colonos ervateiros”, o senhor Moacir de Souza Fagundes é um exemplo curioso, pois o mesmo se tornaria anos depois, em 1965, o primeiro prefeito do município de Jateí, quando de sua emancipação. Claro que isso seria assunto para outra pesquisa, sendo que o que mais nos importa é o fato dele ter trabalhado, juntamente com um irmão, Pedro de Souza Fagundes, na produção direta de erva-mate. Isso aconteceu no tempo em que a região de Jateí ainda não tinha seus lotes demarcados, sendo “livre” o trânsito de pessoas. A erva-mate produzida era vendida para os “paraguaios” ou para alguns comerciantes, como o senhor

¹⁷ Maria Braga – entrevistada por Suzana G. B. Naglis e Carlos Magno N. Vieira, em Campo Grande, MS, em dezembro de 2006.

Antonio Félix de Souza, sendo que ele, Moacir, também foi um comerciante, como veremos (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

Nascido em Paraguaçu Paulista, no estado de São Paulo, Moacir e o pai, Antonio Fagundes, juntamente com o restante da família, veio em um caminhão Ford próprio, inicialmente para a região de “Vila Sapo”, em Vila Brasil, em 1948, do lado da Primeira Zona, “quando ainda não existia o lado de cá”, da Segunda Zona, onde o pai conseguiu lotes para algumas de suas irmãs. Dali, adentrando a Segunda Zona o pai conseguiu-lhe um lote na Estrada do Caraguatá, na altura da região de Vila Jateí, para onde se mudou por volta de 1950.

Se bem que por um tempo, sabe-se que Moacir viveu uma vida de “colono ervateiro”, tendo por vezes carregado raídos, secado e cancheado erva-mate (cancheamento que era feito por meio do cabo de facão). Tendo inclusive ele e o irmão construído um barbacué. Além dos “paraguaios”, ele ainda teve contato com “um senhor, chamado Antonio Félix de Souza. Ele saía lá de Dourados e vinha aqui comprar”. Ele diz que tinha a “impressão que ele, de lá, vendia para a Companhia Mate Laranjeira”, o que parece confirmar o enorme poder que a Companhia adquiriu sobre a memória local: todos os outros atores são ignorados e só a Companhia é lembrada. Embora seja difícil fazer uma afirmação, no caso, se a erva-mate vinha para Dourados, o que poderia ser mais provável é que viesse para a Cooperativa, e não para a Companhia.

Além de vender, o senhor Moacir diz que também foi comprador de erva-mate dos “paraguaios”, o que o caracteriza também como um *comerciante*:

Também... eu, eu, eu pegava com uns paraguaios... Eu tinha um grupo de paraguaios... ali, mais ali pro Conceição [linha Potreirito na época da CAND]. Daqui o... cerca de 10 a... a 15 quilômetros... eu comprava deles.

Segundo ele, comprava mais erva-mate dos “paraguaios” do que produzia diretamente, repassando ao senhor Antonio Félix de Souza. “Eu comprava deles, a erva... eu ia... meu, meu, meu saudoso papai tinha um carroção, puxado com 4, 5 animais, muares. 4 ou 5 animais muares. Eu comprava deles, a erva, ia lá, buscava e... e repassava pro senhor Antonio Félix de Souza”.

A movimentação e extração livre da erva-mate apontada por ele e por outros entrevistados só era possível porque a Segunda Zona da CAND, que inclui parte das Estradas do Caraguatá, Carajá e Potreirito, até meados da década de 1950, teve problemas na regularização de seus lotes, como nos mostrou o Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, em seu ofício ao diretor do DTC, de abril de 1954, citado no primeiro capítulo,

ao dizer que a Segunda Zona tinha seu “desenvolvimento retardado, *até mesmo no que diz respeito ao loteamento*, ponto básico dos nossos planos de trabalho” (*Ofício do Administrador da CAND, Clodomiro de Albuquerque, ao diretor do Departamento de Terras e Colonização (DTC), abr/1954, grifos meus*). Essa situação permitiu ao senhor Moacir dizer que, “na época, na vizinhança num tinha lotes. Quando nós chegamo aqui num tinha demarcação ainda. Era tudo de várzea... aí depois que chegaram as demarcações. Com o tempo chegô e chegô, é... o Núcleo Colonial [de Dourados], demarcando... E aí, e aí, foi então que... tomô... novos rumos né?”, tirava-se erva de qualquer lugar onde houvesse, pois “isso aqui era mundão! Isso aqui num tinha dono não! Num tinha dono”.

Por fim, Moacir Fagundes teria parado de trabalhar com erva-mate quando começaram a surtir efeito, pelo menos em sua região, os trabalhos de demarcação e regularização dos lotes da Segunda Zona, “que aí... colocava cada posseiro no seu lote. Aí então, quem tem o seu lote num qué quem quer que seja pisano lá dentro né?”. Ainda assim, em seu lote havia erva-mate, mas “é poquinho! E num compensava tá mexeno. Só compensô no princípio né? Que a gente mexia em mais... em maior quantia né? A gente tanto tirava como comprava dos paraguaios. E... mas depois... [...] parei. Parei porque... porque num dava mais né?”. Não ficou muito claro quando se deu o término de sua participação na atividade ervateira, mas, como sabemos, ele teria vindo para a região no início da década de 1950, quando toda ela já parecia estar sendo ocupada, embora não bem demarcada, como visto. Por fim, depois, mesmo não produzindo erva-mate comercialmente, ele diz que ainda continuou tirando para consumo, “eu e meu irmão Pedro, ainda continuamos... tirano né? Só pra consumo. Só dentro de nossa própria propriedade. Porque a gente tinha”.

Outro personagem, que incluiria no grupo dos “colonos ervateiros”, é citado pelo senhor Mariano Antonio da Silva, comerciante aposentado, entrevistado em Jateí, Mato Grosso do Sul, em 16 de dezembro de 2011. Ele nos conta sobre seu irmão, Manoel Antonio da Silva, que produzia e vendia erva-mate para os “paraguaios”. Aposentado, nascido em Alagoas, em 1923, o senhor Mariano nos conta que foi para Presidente Prudente, interior de São Paulo, no início da década de 1950, onde morou antes de vir pouco depois para a região de Vila Jateí – de lá vieram ele, o irmão Manoel, mais duas irmãs, o pai e a mãe. Seu irmão Manoel havia conseguido um lote na CAND, tendo depois lhe vendido uma porção (uma “data”), porque “tinha quem vendia [terra] baratinho, aí você comprava”, porque “a terra já tinha acabado”.

Como parece ter acontecido com muitos dos colonos que aderiram à produção ervateira, Manoel Antonio da Silva tinha no lote “aquele poquinho só” de erva e vendia. Em

dado momento parece surgir então uma contradição, quando Mariano diz: “óia, no lote dele mémo num tinha, tinha nos campo. Que o lote dele era... era... era cultura”. Acredito que, à semelhança do senhor Moacir Fagundes, isso se deva ao fato de a região estar pouco demarcada na época em que chegaram, por isso não definindo bem o que era de seu irmão ou não. E ele segue aparentemente se contradizendo, “não, ele num trabalhava com erva-mate. Era o seguinte: num era ele só. Era, era... quase todo mundo que num tinha onde se agarrá, coitado, era só corrê aquele dinherinho, só da erva-mate mémo”. Seria mesmo outra contradição? Acho que aqui se explica pelo fato dele não considerar a erva-mate como uma atividade que mereça muita atenção, mas o fato é que “fazia aquela ervazinha... pra fazê o... pra comprá alguma besterinha. Um açúcar, um sal, alguma bobagem, né? Mas num era coisa cos... vivia daquilo né? Ele nunca viveu. Ele sempre... foi quando entraro, pra se defendê, pra num morrê de fome. Então tirava erva. Mais nem que eles continuava... Depois a erva acabô também, quando dirrubô a mata a erva acabô”. Suas incursões pela extração da erva-mate eram feitas sozinho, até porque pelo pouco que rendia não haveria dinheiro para pagar ninguém, “ele mémo que trabalhô”.

Seguindo com nosso reconhecimento de alguns “colonos ervateiros”, surge um personagem curioso, o senhor Ortiz, “O Ervateiro”. Quem nos apresenta sucintamente sua história é o jornalista Ilson Venâncio, em seu artigo “A cultura da erva-mate, sem Laranjeiras” (Jornal *Folha de Dourados*, 20 e 26/abr/2012, p. 12). Sua incursão pelo mundo ervateiro se dá entre o final dos anos 1950 e início dos 1960 e, segundo nos conta o jornalista, Ortiz morava em um rancho, construído por ele mesmo no lote de seu compadre Acácio, na Linha Barreirinho da CAND.

Como um “tradicional ervateiro” ele se paramentava,

Calçava suas plantilhas com solado de pneus, amarrava uma faixa de tecido de algodão enrolado da ponta do pé até próximo ao joelho, trançado e amarrado com tiras de embira extraída da casca de madeira. Usava calça de brim, e camisa de algodão com as mangas compridas, com uma faixa trançada em tear guarani enrolado na cintura, para se proteger em caso de acidente.

Outra faixa de tecido de algodão era enrolada na testa onde se apoiava todo peso da carga [...] (*Idem*).

Era Ortiz quem “fazia a erva para os vizinhos, havia erva em quase todos os lotes”, segundo Venâncio, combinando uma porcentagem a ser paga pela produção. Foi observando o senhor Ortiz que o mesmo repórter teria aprendido também a lidar com a produção

ervateira, em todos os seus processos: corte, sapeco, desgalhamento, secagem e cancheamento¹⁸; aprendeu com Ortiz inclusive a construir o barbacuá.

Se bem que não se saiba a origem desse personagem, se brasileiro ou paraguaio, pode-se dizer ao menos que se tratava de um produtor direto, que também negociava erva-mate com os colonos.

Por fim, completando a nossa lista de colonos que produziram diretamente erva-mate, temos o importante depoimento do senhor Urbano Braulino da Silva, residente em Nova Esperança, distrito de Jateí, onde foi entrevistado em dezembro de 2011. Ele nasceu em 1930, no estado da Bahia, e como a maioria dos colonos migrou para o Oeste brasileiro “com a notícia de que aqui tava dano terra po povo... aqui no município de Dourados”. Utilizando os serviços de trem da NOB, fez o trecho de Guararapes, perto de Andradina, no interior de São Paulo, até Itaum, já em Mato Grosso, seguindo de ônibus para Dourados, vindo depois “a pé” para a nascente Vila Brasil. Algum tempo depois abriu lotes no Caraguatá, na Segunda Zona, com o sogro e um cunhado, para onde se mudou em 1956. Nesses lotes havia erva-mate, mas não conhecia, aprendendo já no interior da CAND, após ter contato com Epitácio¹⁹, para quem começou a produzir e vender, entre 1957 ou 1958, depois de uma pequena incursão frustrada pela produção de arroz.

Aí depois que começou o serviço da erva. O caboclo, um caboclo chegô lá... lá o Epitácio, chegô ali, começô tirano erva, como já tinha muita erva... tinha... ensinei pra ele onde é que tinha erva aí. Tirô dos lote tudo, tudo. Só... num tinha ninguém mémo aí. Só tava eu, meu sogro e a família aí. O resto que tava tudo em volta... tudo era mato... Comecei tirá erva. O negócio melhorô pra mim viu!?! Aí comecei a tirá... ganhá dinheiro com ele... e vai, vai... Quando ele foi embora, eu comecei to... Eu toquei uma roça, eu comecei tirá erva... Foi meus pão! Eu apanhava erva.

Urbano parece ter sido um dos colonos que conseguiram algum retorno com erva-mate – mesmo somando-a a outros tipos de cultura agrícola. Ele, como o senhor Moacir Fagundes, anteriormente mencionado, também construiu um barbacuá com a ajuda de um amigo. “Eu roçava o mato pa podê prantá lavora, mas a erva eu aproveitava. Eu cortava e...

¹⁸ O cancheamento, segundo Venâncio, era feito com o uso do **cambão**, como se chamava uma espécie de vara seca usada para bater a erva-mate.

¹⁹ Morador de Caarapó que andava pela região com seus trabalhadores extraindo o produto, que, segundo o senhor Urbano teria sido anos depois prefeito dessa cidade. Essa informação parece se confirmar através de um artigo recentemente publicado na internet por André Nezzi, que tratando de outro ex-prefeito de Caarapó, Artur Prado Marques, cita que “no ano de 1966, com a renúncia do então prefeito **Epitácio Lemes dos Santos**, Artur foi nomeado prefeito de Caarapó, ficando um ano à frente do Executivo, encerrando o seu mandato no final do ano de 1967” (NEZZI, 2010 – disponível em < <http://www.caaraponews.com.br/noticia/caarapo/6,13864,ex-prefeito-de-caarapo-e-hoje-autoridade-esquecida> >, visitado em 13/maio/2012).

pra podê vendê né? E ali foi o... o que foi meu pão foi aquilo ali rapaiz! Eu num tinha algum dinheiro... eu num tinha... Eu fazia, ia lá, fazia a ferinha... Vendia a erva, fazia a fera e trazia. Pra podê trabaiá, passá a semana. Eu fiz isso muitas vez”. A erva-mate que cortava nos fins de semana, apesar das demais plantações que tinha, teria lhe ajudado no sustento por um bom tempo, “acho que uns... três anos nessa vida tirano erva viu?!”, dando “pra fazê a fera pra passá a semana”. E se o preço recebido pela erva-mate não fosse tão alto, “você vendia as coisas barata, mas também comprava barata”.

Trabaiava de segunda, terça, quarta, quinta, sexta... na, na roça. Quando era no sábado eu ia cortá erva. Sapecá, põe no barbacua e quando, só... tocá fogo, né? E levá... levá de [...] aí. Levava quarenta quilos... Até cinquenta quilo já levei, nas costas, daqui no Jateí! Dentro da picada. E aí foi minha vida rapaiz! Desse jeito. A erva me valeu muito!

Além dele, o sogro, Antonio Fileu, e o cunhado, somados a outros nomes citados, como Zé Baiano, Mané Mineiro, Zé Xavier, Mané Xavier, Avelino Braúna e “Nerinho”, também trabalharam com erva-mate, extraindo e vendendo – “eu sei que tinha uns oito aqui que mexia com erva né?”. “Era assim. Que essa erva aturô muito tempo aqui rapaiz. A turma se virô muito com erva”.

Como visto com outros colonos, com Urbano não foi diferente, quando os lotes começaram a ser desmatados começou a ser abandonada a produção, o que parece ter sido um desalento para ele. “A... depois... foi aquela situação, depois que... que começô a abri todos os terrenos aqui, e eu... falei ‘meu pai do céu, como que eu vô fazê?’ E agora o andar ...?”. Em sentido mais amplo, era o que temia também o Instituto Nacional do Mate, “depois acabô a tiração de erva. A erva começô queimá com a roça... cabô todinha. O pessoal começô roçá e ponhá fogo...”. Isso parece ter ocorrido entre o final dos anos 1950 e inícios dos anos 1960, sendo possível que os lotes já estivessem demarcados há mais tempo, mas ainda não estivessem “abertos”, isto é, ainda não era interessante dedicar-se apenas à agricultura, ainda mais tendo a erva-mate como fonte de renda.

Por fim, algo interessante de se dizer, é que poucos colonos mencionaram as pessoas que lhes ensinaram o trato da erva-mate, forçando-nos a imaginar o que parece mais natural, ou seja, que teriam aprendido com os ervateiros paraguaios e/ou indígenas que continuaram circulando na região. Isso não exclui, embora faltem dados mais concretos que o confirme, que alguns colonos que já trabalhavam com o produto também tenham passado adiante o conhecimento que adquiriram. Nesse sentido, embora saiba pouco sobre o já citado

senhor Ortiz – não sabemos exatamente se era mesmo colono ou se apenas morou temporariamente no lote do amigo, ainda assim a história do referido senhor nos ajuda, em parte, a pensar nessas pessoas que transmitiram seus conhecimentos no trato ervateiro a outros.

4.4.3 – Os compradores de erva-mate na CAND

No mundo ervateiro sul-mato-grossense a figura dos *compradores* assumiu características diferentes dependendo do poder e influência de cada um ao longo do período abordado por este texto. Alguns deles poderiam ser também *exportadores*, se bem que para isso necessitassem ser relativamente mais organizados, como é o caso de José Pinto Costa, Indústria Brasileira de Mate e, de forma mais hegemônica, a própria Companhia Mate Laranjeira; já a partir da década de 1940, apareceriam como representante de grupos as cooperativas, especialmente a de Dourados e a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA). Com menor poder, mas não menos importante, encontramos os pequenos compradores, muitos deles também colonos, que agiam independentes, pelo menos até certo ponto. Esse grupo dos *compradores*, que poderia ser empresa ou pessoa física, por vezes se confundia também com o dos *produtores* (em poucos casos sendo *proprietários*), tendo vínculo e fazendo o transporte de erva-mate para os principais mercados. Ao longo dessa dissertação identificamos alguns nomes, ou ao menos os vulgos, de alguns compradores da CAND.

A Companhia Mate Laranjeira de longe é a mais emblemática das empresas ervateiras particulares que atuaram no sul de Mato Grosso, desde o final do século XIX, permanecendo e se fazendo visível entre os colonos da CAND a partir da década de 1940. Em meio a esse mundo de trabalhadores e novos ervateiros que interagem, a Companhia, cujas atividades ervateiras eram desenvolvidas precisamente no mesmo local em que seria mais tarde estabelecida a Colônia, vinha sendo obrigada a abandonar suas instalações em diversos lugares, o que não a impediu, no entanto, de continuar negociando, pelo menos por algum tempo, com os colonos²⁰.

²⁰ Sobre isso temos uma informação do presidente do INM que dizia que, devido a um momento de “preço compensador” em 1955, “a Companhia Mate Laranjeira S.A. está procurando ervais para arrendamento. Também em Campanário os trabalhos ervateiros tiveram reinício” (Relatório do presidente do INM, Cândido Mader, de outubro de 1955).

Algumas destas instalações da empresa, a partir da década de 1940, vão ser apropriadas pelos colonos, produtores de erva-mate ou não, pelas cooperativas e pelo próprio Instituto Nacional do Mate (exemplo do Armazém de Guaira, que já mencionamos). O senhor Astúrio Dauzacker nos aponta alguns portos da empresa que foram incorporados pela CAND ou simplesmente abandonados:

[...] primeiro, os portos que ela tinha que onde a turma levava erva [...] Porto Wilma, em Dourados, lá na região de Deodópolis... Porto Lagoa Bonita, região de Deodópolis... Porto Vitória, hoje região de Fátima do Sul... Porto Deseado, região de Dourados [...] Eles começaram a explorar isso aí mais ou menos 1912, feito que antes a Mate Laranjeira, ela transportava essa erva em carreta de boi [...] Aí ela conseguiu do estado uma concessão para explorá os rios... aí que pois em funcionamento esses portos aí (Depoimento de Astúrio Dauzacker).

Além desses portos, e ligados a eles, a Mate Laranjeira possuía diversos ranchos e *ranchadas*²¹, sendo que “o maior Rancho ervateiro que eles tinham era o São Sebastião do Guiraí”. Nele existia um povoado, o mais antigo dentro da Colônia, que hoje não existe mais, cuja finalidade era exclusivamente a produção de erva-mate. Ele foi criado como distrito, mas desapareceu, sendo que no local hoje, segundo o senhor Astúrio, encontra-se Nova Esperança, distrito de Jateí²².

Dos ranchos da Companhia temos ainda o caso da localidade conhecida como Bocajá; próximo do local encontrava-se, no rio Brilhante, um porto com o mesmo nome. Ali havia barbacuás e casas de habilitados e trabalhadores. Segundo Adilton S. da Silva, essas instalações foram abandonadas pela Companhia, quando ocorreu a negação dos arrendamentos a que já fizemos menção, transformando-se a região em parte da Colônia Agrícola. O mesmo diz que, posteriormente, as instalações voltaram a ser utilizadas por “paraguaios”, “que ali processavam erva-mate” (SILVA, 2005, p. 8). Ao que parece, o povoado de Bocajá, que atualmente é um distrito de Douradina, surgiu mesmo com a chegada da frente pioneira, em fins dos anos 1940.

²¹ Ranchos menores em que predominavam instalações precárias, com tendência de mudança de lugar de acordo com a duração da colheita.

²² Se as informações fornecidas pelo senhor Astúrio estiverem certas, já na época da CAND, na Segunda Zona, próximo a tal localidade havia a **Estrada Pirajuí-Guiray**. De qualquer forma, vale registrar a existência de outra estrada chamada apenas de **Guiray**, esta localizada no extremo sul da Colônia, também na Segunda Zona, separava as quadras 4 e 5 das quadras 2 e 3 (Mapa “Conjunto de municípios de MT”, de Paulo Thiry (Acervo do CDR-FHC/UFGD)).

Outras empresas que agiram na região, essas com representatividade coletiva, são a Cooperativa de Erva-mate “Dourados” e a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA). O senhor Urbano Braulino da Silva não se recordou de ter tido contato com algum comprador de Dourados, pois, segundo ele, era muito longe e de difícil acesso – “eles podia vender dispois lá do armazém pra Dourados, né? Mas depois que tá lá no armazém né?”; mas ele teria ouvido falar na Cooperativa, na Vila São Pedro, à qual não se associou porque, segundo conta, tirava 200 quilos, 300 quilos, “nunca fui de vendê pra cooperativa não” (Entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). Isso exemplifica um pouco o que eu disse páginas atrás: que algumas regiões da CAND não tiveram contato com as Cooperativas (Mista ou de erva-mate) e mesmo com a Administração da Colônia, ou o tiveram escassamente, por causa da distância e das dificuldades de acesso, pelo menos durante a década de 1950. Mas essas mesmas pessoas tiveram contato com *compradores intermediários*, que podiam, sim, repassar para a cooperativa (ou cooperativas, como vimos em relação às ligações entre as duas) ou outros compradores de Dourados.

Ao longo dessa dissertação apresentei diversos dados que mostraram como a Federação das Cooperativas foi ganhando importância, tendo superado a Companhia Mate Laranjeira nas exportações na década de 1950 e assumido a hegemonia quase total nos anos em que a erva-mate sobreviveu na década de 1960. No **Capítulo 3** foi apresentada ainda uma denúncia, feita pela direção da Indústria Brasileira do Mate, de que a COPEMA teria sufocado os demais exportadores do estado, tomando ainda para si grande parte da produção; isso teria ocorrido através de uma aliança com a Sociedade Brasileira de Exportadores de Mate (SOMATE) – tudo com o aval da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate e de sua Delegacia no estado de Mato Grosso (*Carta do Dirigente da Indústria Brasileira do Mate, ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, 11/abr/1949*)²³. Claro que essa acusação parte de uma empresa que também exportava e não pode nos levar a criar uma espécie de “dualismo”, tendo a COPEMA se tornado a entidade “do mal” em oposição aos outros “bons” produtores/exportadores que perderam na concorrência com a Federação.

Em relação aos pequenos compradores, usando mais uma vez o exemplo do senhor Urbano Braulino, vimos que a erva-mate que ele extraía tinha alguns compradores certos. Ele cita a princípio o senhor Epitácio e um outro conhecido como Bezerra, que compravam em Jateí e levavam para Caarapó. Em Nova Esperança não havia erva-mate, mas havia

²³ Disponível no Arquivo Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, MT; com uma cópia na Coleção “Mundo ervateiro” do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, Dourados, MS.

compradores, como, por exemplo: Antonio Amâncio e Miguel Amâncio, João Baiano e João Braz. Em outros momentos o senhor Urbano teria vendido também para um pessoal de Glória de Dourados. Posteriormente houve uma mudança de ponto de venda da erva-mate produzida, que segundo ele, “quando começô aqui Nova Esperança nós num vendia mais erva no Jateí, vendia aqui”. Isso parece ter ocorrido porque alguns vendiam para Jateí enquanto ainda não existia o povoado de Nova Esperança, que uma vez criado, viu surgir alguns compradores (e mesmo consumidores), sendo que os colonos que ainda tinham erva-mate em seus lotes passaram a vender para os armazéns locais, para consumo local. Os velhos compradores de outras cidades pararam de procurá-los, “então começô comprá os armazém pra vendê pro povo” (Entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

Tendo em vista o que ele diz sobre Nova Esperança, uma nova situação se mostra e serve-nos para refletir sobre o comércio e distribuição da erva-mate mato-grossense e mais particularmente da CAND. Ele diz que “quando começô... que a erva... o, o pessoal num levava mais de caminhão pra fora, o consumo ficava todo no... pro pessoal do lugá mesmo”. Esse trecho evidencia uma alternativa encontrada por alguns, que, ao invés de exportar para a Argentina ou vender para pessoas que serviam de intermediários desse mercado, como seria seguir a corrente, passaram a vender sua produção no mercado local, estadual e mesmo nacional.

Alvanir de Figueiredo trata em algum momento do seu texto justamente das *vendas intraestaduais* de erva-mate, que, como se sabe, eram bem menores que as quantidades exportadas para o vizinho platino, entretanto, “bem maior que a destinada ao comércio *interestadual*” (1967, p. 270-271, grifo meu). Nesse sentido, no consumo estadual, Mato Grosso tinha uma média anual de 1.205.113 quilos, no período 1959 a 1963, sendo o quinto estado na ordem dos consumidores nacionais (*Idem*, p. 323); os números diminuem consideravelmente quando se considera as vendas feitas pelos comerciantes mato-grossenses dentro do próprio estado (as vendas *intraestaduais*): neste caso a média anual, entre os anos 1954 e 1965, é de apenas 666.181 quilos. Nesse sentido, é importante dizer que, esse diferencial do consumo estadual em relação às origens do mate consumido, poderia ser explicado pelo fato de os produtores de Mato Grosso exportarem a grande maioria do que produziam, sendo caracteristicamente um estado exportador de cancheada para a Argentina, comprando boa parte do que era consumido de outros estados brasileiros, possivelmente do Paraná ou Santa Catarina – embora a origem neste caso seja difícil de declarar no momento. Já nas vendas nacionais, ou seja, nos fornecimentos feitos ao mercado *interestadual*, a média anual de Mato Grosso, entre os anos 1959 e 1965, é de apenas 7.180 quilos, enquanto a média

do estado de Santa Catarina, o maior fornecedor no mercado brasileiro no mesmo período, é de 7.974.111 quilos.

Ainda assim, embora os números não pareçam tão vultosos, se comparados com o mercado tradicional do estado (a Argentina), acredito que as vendas intra e interestadual, respectivamente, se configuraram como uma alternativa viável para alguns pequenos produtores e comerciantes, que poderiam comercializar a erva em sua microrregião ou gleba em formação.

Além disso, o INM dá alguns exemplos de grandes compradores de erva-mate do estado, embora existentes em pequeno número, como os “moageiros” de Ponta Porã, Amambai e Dourados, produtores de tipo MB2 (destinado ao consumo estadual). A cidade que mais comprava esse mate moído era Campo Grande, absorvendo 80% da produção, fazendo a distribuição para as cidades e povoados vizinhos, sendo que, entre novembro de 1951 e 1952, teria comprado 78.232 quilos. O principal município produtor era Ponta Porã, que no mesmo período produziu 116.450 quilos. Em março de 1952 o INM registrou a existência de 28 *soques*²⁴ no estado de Mato Grosso, embora estivessem funcionando apenas 14 deles, sendo 2 de Dourados (o de Emídio Rosa e José Mattos Pereira), além de 8 em Ponta Porã, 2 em Amambai e 2 em Maracaju (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1952). Figueiredo também diz que, em alguns casos, parte da produção era “encaminhada para engenhos regionais, com exemplares em Campo Grande e Dourados, que produzem MN1” para consumo nacional (FIGUEIREDO, 1967, p. 269).

Com o que foi visto compreende-se ainda que, antes que a erva-mate chegasse às mãos de *compradores, comerciantes e exportadores*, que atuavam em nível mais amplo, passava pelas mãos de diversos *intermediários*. Eram esses que circulavam pelos ervais mato-grossenses ou tinham empregados que se encarregavam do serviço, com veículos próprios que iam desde carroções de bois a caminhões e caminhonetes, dependendo, claro, do poder aquisitivo dos mesmos. As informações sobre a maioria deles são escassas, mas aparecem pelo menos citados em diversos depoimentos e documentos da CAND. Além dos citados pelo senhor Urbano Braulino, como Epitácio, Bezerra, Antonio Amâncio e Miguel Amâncio, João Baiano e João Braz, temos alguns nomes citados pelo senhor Moacir Fagundes, como o também mencionado Antonio Felix de Souza, um homem que ele faz questão de chamar de “justo” (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011) e o tal *Seu Quincó*, citado

²⁴ Segundo Omar Daniel, “A moagem para o chimarrão é realizada por um equipamento denominado *soque*, que é basicamente um conjunto de pilões para socar a erva, até atingir o ponto exigido ideal, que é um produto bastante fino, muito diferente do tereré, que é comercializado mais na condição de fragmentado do que de moído” (DANIEL, 2009, p. 235, grifo do autor).

pelo senhor Manuel Sué (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). O memorialista José Azevedo, por sua vez, faz menção a Olímpio Delilo e Messias de Almeida, compradores de Vila Glória (atual município de Glória de Dourados), sendo que Delilo teria sido o primeiro comprador de erva-mate dali (AZEVEDO, 1994, p. 15).

Já pelas bandas de Dourados temos algumas figuras importantes.

É talvez o caso mais notório entre os compradores de erva-mate de Dourados o de Emídio Rosa. O INM faz menção a ele em alguns documentos, pois o mesmo possuía um “soque” nessa cidade (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Tabora Júnior, de março de 1952). Em relação direta com a erva-mate, na década de 1940, ele foi Presidente da Cooperativa do Mate “Dourados” e se ligaria à Delegacia do INM em Mato Grosso. Além disso, participou ainda de uma comissão que teria visitado o presidente Getúlio Vargas quando de sua estada em Dourados (LIMA, 1982, p. 10 *apud* NAGLIS, 2007, p. 36) e esteve entre os organizadores de um abaixo assinado enviado ao mesmo presidente em 1942²⁵ – as duas ações na intenção da criação da CAND. Segundo Suzana Naglis, Emídio Rosa também foi agente do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo (2007, p. 36).

Outro nome importante nessa lista douradense de negociantes do mate é o de Ciro Melo, que, segundo Capilé Júnior, Capilé e Souza, “por longos anos [também] presidiu a Cooperativa do Mate ‘Dourados’ que representava um dos setores mais importantes, dada a sua atividade num dos pólos de maior interesse econômico do período” (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 239).

Por fim, temos a família Dauzacker, com a trajetória do senhor Ramão e seus filhos, Ricardo e Clóvis, como veremos a seguir.

4.4.4 – A família Dauzacker

Entre os compradores e produtores de erva-mate destacamos aqui um caso em especial, o da família do senhor Ramão Marques Dauzacker. Sobre essa família temos mais informações e mesmo alguns documentos, o que nos permite uma melhor análise. O senhor Ricardo, nosso entrevistado, é atualmente dono da beneficiadora de erva-mate Tio Ramão, localizada na Vila São Pedro, município de Dourados (Entrevistado na Vila São Pedro,

²⁵ Abaixo assinado de moradores de Dourados enviado ao Presidente Getúlio Vargas, 8/out/1942. Citado em NAGLIS, 2007, p. 36.

município de Dourados, MS, em junho de 2008). Ele nos conta que seu pai, Ramão Dauzacker, não veio com a leva da *frente pioneira* promovida pelo Estado Novo – sua família é originária do Rio Grande do Sul e se encontrava na região desde o início do século XX.

Ramão foi funcionário da CAND, quando “na época eles tinha a Guarda da Colônia, meu pai era guarda, né?” (*Idem*). Depois se tornou funcionário dos Correios em Fátima do Sul. Segundo Ricardo, seus pais compraram, por volta dos anos 1960, 4 lotes na Estrada Potreirito, na altura de onde atualmente se encontra o bairro Jóquei Clube, cidade de Dourados²⁶. Esses lotes não foram adquiridos no trâmite normal de requerimento junto à Administração da CAND, mas sim por compra de colonos que já haviam adquirido a posse definitiva. Seu pai havia se separado da primeira mulher e o que lhe pertencia ficou para ela, por isso, diz o senhor Ricardo, os lotes e o certificado de cooperado estavam no nome da segunda mulher, sua mãe.

Ainda segundo Ricardo, seus pais já trabalhavam com erva-mate desde os anos 1950, sendo que por essa época já vendiam para a Cooperativa de Erva-mate “Dourados”. Todo o movimento que era feito era registrado no nome de sua mãe e quando a Cooperativa foi extinta, nos anos 1960, não só ela, como muitos outros que entregavam erva-mate ficaram sem receber. O caso do senhor Ramão Dauzacker é especialmente interessante porque se trata de um cooperado (mesmo o registro estando no nome da esposa), o que parece ter sido o caso de compradores em nível regional e com atividade ervateira mais permanente, ao contrário daquelas pessoas que aderiram temporariamente à produção ou que eram moradores de regiões em que havia menos contato com a sede da Cooperativa de Erva-mate “Dourados”.

Ramão, como outros colonos que mencionamos, construía barbacuás, que, segundo Ricardo, ficavam em lugar diferente do de residência, no “meio do mato”. O pai contratava trabalhadores paraguaios para extrair a erva no *caatin* (região de mato ralo), indo de 8, 10, 12 trabalhadores, sendo que uns trabalhavam e recebiam por arroba, e outros recebiam diárias. Eles juntavam seus *raídos* nas paragens e seu pai passava para recolher. Faziam a pesagem – em arrobas de 10 quilos (arroba paraguaia) – “e da paragem levavam pro barbacuá, onde secavam a erva”. Depois disso cancheavam e ensacavam, juntavam-na “em

²⁶ Combinando o mapa do IPLAN, com um mapa colhido no site Google (www.google.com.br), e ainda se eu estiver certo, os lotes da mãe do senhor Ricardo ficavam em território da CAND, que depois veio a ser anexado ao perímetro urbano do município de Dourados, no atual bairro Jóquei Clube, sendo localizado na “Estrada Potreirito”. Essa estrada, que hoje é uma rua no referido bairro de Dourados, na CAND sofria oscilação e curvas bruscas, assumindo formato de reta novamente na Vila de Indápolis, na Primeira Zona, passando por Vila Brasil (atual Fátima do Sul), Vila Vicentina e próxima a Vila Jatéf (também atualmente cidades), já na Segunda Zona, onde pouco depois tinha seu fim (Conferir o Mapa “Conjunto de municípios de MT”, do Instituto do Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN)/Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de abril de 2003).

uma carreta de duas juntas de boi” pertencente ao senhor Ramão, que a levava para sua casa²⁷. Na casa da família havia um depósito onde essa erva era amontoada e juntada e, posteriormente, levada para a Cooperativa.

O senhor Ricardo confirma que muitos colonos produziam erva-mate na região, e, em outros casos, como foi dito, “o dono do erval pagava pra [eles] tirá [erva-mate] por quilo”, ou ainda, contratavam paraguaios para trabalhar na produção. Ele conta ainda que tinha um vizinho chamado Pedro Cavalcante, que era baiano e morava num lugar ao lado do Potreirito, mas fora da CAND, que tinha um alqueire e meio, onde produzia erva-mate, e também prestava serviços para sua família, levando erva-mate para Dourados.

O certo é que o senhor Ramão Dauzacker, tendo sido acompanhado sempre por seus filhos, Ricardo e Clóvis, está entre os compradores de erva-mate da região da chamada Grande Dourados, tendo alcançado relativo reconhecimento entre os colonos. Isso aconteceu porque, segundo nos contou o senhor Ricardo, eles circulavam pelas regiões ervateiras, onde contratavam trabalhadores, compravam erva-mate de colonos e entregavam para a cooperativa ou posteriormente distribuindo no comércio do estado.

4.4.5 – Observações gerais

Acho conveniente neste ponto do texto fazer algumas observações gerais, que podem ser úteis para a compreensão de algumas questões. Para isso, tenho em mente novamente as 236 fichas cadastrais que registram a presença de erva-mate, fruto do *Levantamento Estatístico* promovido pela Administração da CAND. Se no início do capítulo identificamos a existência de erva-mate em quantidades consideráveis em meio aos colonos da Primeira Zona, aqui gostaria de, ao menos, discutir algumas situações “anormais”, ou seja, algumas possíveis irregularidades nas fichas de alguns colonos, tais como: registro de mais de um lote; não morar nos lotes; ou arrendamento de lotes para outros produzirem. Fechando este subitem, faço então um breve comparativo com a colonização realizada no norte do Mato Grosso.

Num primeiro momento, um fato interessante a se notar é que algumas fichas dizem que os colonos *não moram nos lotes*. Esse é o caso do colono Miguel Arcanjo, além de outros, que *arrendava seus lotes para produção*. O Senhor Miguel, cujo estado de origem

²⁷ Em período posterior a recolha da erva-mate passou a ser feita com caminhão.

não consta registrada, tinha 3 lotes em seu nome (26, 27 e 28), portanto, *mais de um lote registrado em sua ficha*, ambos localizados na Quadra 13, próximos à Vila Vargas. Consta também que ele “não mora no lote”, o que poderia significar que os familiares (esposa, Ana da Conceição Borges, 7 filhos e 1 agregado), ou parte deles, se encontrassem morando no mesmo ou ainda a possibilidade de ser ele um especulador de terras; mas o que acontecia, segundo ele informou ao recenseador na visita feita em novembro de 1956, é que *as produções nos lotes estavam sendo feitas por “rendatários” e “plantadas em partes”*. O fato mais interessante aqui é que se registrou em seus lotes, além de outros produtos agrícolas, a considerável soma de 4.000 pés de erva-mate, o que pode se inserir na ideia apresentada de que alguns colonos que tinham erva-mate em seus lotes faziam arrendamentos para a extração de outrem, ou mesmo que alguns tinham livre acesso aos ervais enquanto as marcações dos lotes não estavam muito bem definidas.

Pode-se supor ainda, pela quantidade de “pés” de erva-mate registrada na ficha do senhor Miguel e em muitas outras, que ele e outros colonos tenham encontrado algum fim rentável para os mesmos. Suposição que é reforçada quando se leva em conta as visitas feitas pelo fiscal recenseador a outros dois colonos, Antonio Lobo e Manoel Gondim: ambos foram visitados em novembro de 1956, 8 anos depois que o primeiro se instalou nos lotes (ele teria começado a cultivar os lotes em 1948) e 3 anos depois que o segundo começou a cultivar (1953). Não seria de se esperar que os mesmos, depois desse tempo todo, tivessem arrancado as erveiras dos lotes se delas não tirassem proveito? Como esses, diversos outros colonos da Primeira Zona já se encontravam nos lotes desde a década de 1940, muitos inclusive desde o início da colonização da CAND.

Em relação às *compras e vendas de lotes* fica também uma dúvida: será que não haveria conhecimento prévio, de alguns poucos pelo menos, da existência de erveiras no lote a ser comprado? O sul-rio-grandense Augusto de Quadros, por exemplo, desde 1951, cultivava o lote que comprou de alguém que havia requerido. Em seu lote havia 1.500 pés de erva-mate em maio de 1957, quando foi visitado pelo recenseador, portanto cerca de 6 anos depois de se instalar. Em seu caso, tendo alguém já passado pelo lote, não seria possível que soubesse da existência das erveiras antes de lhe vender? Será que não foi um atrativo para a compra?

Por fim, fechando esse subitem, outra observação que gostaria de fazer é quanto a um caso semelhante ao da CAND, em que os colonos vindos para a frente pioneira acabam se dedicando, pelo menos por algum tempo, a atividades extrativas anteriormente praticadas na

região. Isso ocorreu no norte de Mato Grosso, na década de 1960 – envolvendo, no caso, a extração do látex da seringueira. Trata-se aqui de um processo de ocupação privada, iniciado na década de 1950, “responsável pela migração de trabalhadores rurais de diversas regiões do país”, principalmente do norte do Paraná, se inserindo também na estratégia governamental de ocupação de “vazios demográficos” e expansão da fronteira econômica e agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia, “incorporando essa região à economia de mercado brasileira” (RIBEIRO, 2010, p. 1-2).

Das regiões tratadas por Alexandre Ribeiro, a mais interessante em nosso caso é a do Rio Arinos, localizada aproximadamente 90 km da margem esquerda da BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, onde se situam os projetos da Gleba Massapé, hoje município de São José do Rio Claro, e da Gleba Continental, hoje Nova Maringá. Ambos são desmembramentos do antigo município de Diamantino, localizado na mesorregião norte de Mato Grosso, que tem regularizada definitivamente sua área apenas em 1958, através da *Lei 370*. É a partir de então que a região passa a receber fluxos de colonização para os núcleos que vão se formando (*Idem*, p. 7). O modelo predominante da colonização nos dois municípios citados foi o da pequena e média propriedade, existindo também, no entanto, grandes projetos com fundos institucionais pautados num viés latifundiário agroindustrial (*Idem*, p. 6).

A produção agropecuária nos lotes comercializados tinha medidas padrão com objetivos específicos: entre 10 e 24,2 ha para a produção de leite e carnes; de 24,2 a 40 ha, para o plantio de culturas anuais; já nos maiores de 40 hectares, para o desenvolvimento de futuros projetos, como por exemplo, a produção da borracha (*Idem*, p. 8). No entanto, o que mais uma vez nos é familiar, o fato é que muitos colonos desistiram da empreitada, motivados pelas “dificuldades em lidar com a terra ‘fraca’, doenças e falta de assistências”, voltando para seu local de origem ou simplesmente se estabelecendo na área urbana (*Idem*, p. 9). Por outro lado, muitos colonos que permaneceram encontraram na produção de borracha (a heveicultura) uma solução de sobrevivência. Concomitantemente, surgem os primeiros projetos com ajuda financeira para a produção seringalista, o que trouxe um novo perfil para a região, tendo ganhado a borracha tal importância que, em meados da década de 1970, São José do Rio Claro recebeu o nome de “capital da borracha”, criando-se inclusive uma instituição para amparar o pequeno produtor: o Instituto Pró-Hevea, fundado pela Superintendência Nacional da Borracha (SUDHEVEA), que antecipou o ideal do Programa de Incentivo à Produção da Borracha Nacional (PROBOR) (*Id.*, *Ibid.*).

4. 5 – A produção ervateira na CAND

Continuando a usar as fichas cadastrais como ponto de partida, podemos imaginar que os donos dos 236 lotes com erva-mate, pelo menos os que passaram a trabalhar com o produto, venderam para outros extraírem, que serviram de intermediários, ou mesmo os que compravam para revender, pareciam ter tido algum êxito, uns mais e outros menos, já que na segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960, temos algumas boas vendas ao mercado argentino por parte do estado de Mato Grosso (em 1958, por exemplo, chegou a 12.955 toneladas), o que enfim começaria a mudar logo em seguida.

Em 1960 foram vendidas pelo estado 11.665 toneladas, tendo novo e último pico em 1961, quando atingiram 12.773 toneladas. A exportação brasileira de erva-mate desse início de década foi considerada a maior dos últimos 30 anos, registrada com entusiasmo pelos industriais e produtores dos diversos estados ervateiros. Os bons números no caso mato-grossense me parecem ter resultado, entre outras coisas, da soma da extração de erva-mate na CAND – talvez possa se dizer ainda com o acréscimo da produção na Segunda Zona da mesma. Mas, já a partir de 1962 as vendas têm uma queda significativa, quando as exportações de Mato Grosso somam 7.020 toneladas e estabelece-se a média dos próximos quatro anos entre 6 e 7 mil toneladas (FIGUEIREDO, 1967, p. 346).

Essas oscilações demonstradas no parágrafo anterior chamam a atenção ainda para o fato de que vinha sendo reconhecida a existência de conjunturas indesejáveis nos mercados tradicionais – que o INM vinha tentando sanar juntamente com sua Delegacia e as cooperativas relacionadas e esperava poder superar sem maiores danos (Relatório do Presidente do INM, Candido Mader, de março de 1962).

Na verdade, essa situação, que já se mostrava corrente desde a década de 1930, vai se agravando nas décadas seguintes, sendo que no início da década de 1950 alguns fatos preocuparam sobremaneira o INM, sua delegacia no estado de Mato Grosso e a cooperativa de erva-mate da região de Dourados: estava ocorrendo a compra de terras mato-grossenses pelos paulistas, além da derrubada de matas e a plantação de café em grande escala. Mostrava-se que em 1952 a produção decresceu justamente “em vista do desvio de braços trabalhadores para outras atividades agrícolas, principalmente o plantio de algodão e café”, além de estar se verificando ali “depredações dos ervais para o aproveitamento da terra em outros cultivos” (Relatório do Presidente INM, Pretextato Tabora Júnior, de outubro de 1952). Especialmente com o advento da plantação de café na região, segundo o INM, ocorreram mudanças nos

salários dos trabalhadores rurais, não podendo os empreiteiros de mate “acompanhar os preços pagos à lavoura do café”. Fatos como esse vinham “transtornando” a norma local de trabalho, pelo menos do lado dos empregadores, desviando para atividades mais bem remuneradas o até então trabalhador ervateiro (Relatório do Presidente INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1953).

Tais circunstâncias relatadas pelo INM provavelmente levaram Alvanir de Figueiredo a afirmar que:

Em oposição à corrente gaúcha primitiva, que ocupou o alto dos planaltos com seus campos, *mais recentemente ganhou Mato Grosso o pioneirismo, que marchou para oeste em São Paulo e Paraná* [somado ao grande contingente nordestino, incluído por esse autor em outras páginas, ex. p. 252], forçando agora a conquista da mata e das zonas baixas do planalto de Amambai e de Maracaju. O moderno pioneirismo não encampou a atividade ervateira, quer no consumo, quer na exploração econômica da erva (FIGUEIREDO, 1969, p. 378-379).

Esse autor chegou a acreditar que, com o surgimento da CAND (além de outros projetos colonizadores em áreas ervateiras de Mato Grosso), a partir da década de 1940, a economia ervateira teria quase desaparecido nessa região, tendo os colonos arrancado as suas ervaíras para a realização de outros cultivos. Ele já dizia na introdução de sua tese que em Mato Grosso “a indústria ervateira mantém-se primitiva e predatória em larga escala, não tendo atraído o colonizador moderno, que optou pela agricultura do algodão, café, amendoim, arroz”, sendo que os migrantes (especialmente nordestinos) “não foram despertados para a atividade ervateira [...] em que a compensação de bons mercados era inexistente” (1967, p. 24).

Se Figueiredo nega a adesão dos colonos da CAND à cultura da erva-mate, relatando conversas informais com produtores de Amambai sobre a destruição dos ervaíras de Dourados, por outro lado diz que isto é o oposto do que “ocorre nas áreas fronteiriças de Amambai e Ponta Porã, onde a presença dos ervaíras nativos valoriza a terra, embora pouco” (FIGUEIREDO, 1967, p. 252). É no mínimo digno de reflexão que o mesmo autor diga na página imediatamente seguinte que a atividade ervateira tinha permanecido “*apenas* na zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados”, além de outras áreas mais “bravas”, da colonização Bata e de Colonização Moura Andrade (*Idem*, p. 253, grifos meus). Segundo ele, de Ponta Porã e Amambai, como núcleos de produção junto à fronteira, “a atividade vai se arrefecendo, mas tendo *presença marcante ainda em Dourados*, Antonio João (Ex-Eugênio

Penzo), Caarapó, Glória de Dourados, Iguatemi, Fátima do Sul (ex-Vila Brasil), Nioaque, Bela Vista e Maracaju” (*Idem*, p. 258, grifos meus).

Isso mostra certa contradição e as limitações do autor quando se trata da Colônia, sabendo que para sua pesquisa contou, além de vasta documentação escrita (que nem sempre faziam referência à CAND), com conversas informais com moradores de algumas regiões de Mato Grosso, especialmente nas terras de colonização Bata, onde tirou grande parte de suas experiências empíricas com a atividade ervateira. O mesmo autor reconhece a existência de erva-mate ainda em pleno ano de 1967 nos então municípios de Dourados, Jateí, Fátima do Sul, Ivinhema, Glória de Dourados, além de outras citadas por ele (*idem*, p. 42).

O Tratado entre Brasil e Argentina de 1953

Ainda na década de 1950, sobre o mencionado *Tratado Comercial* firmado entre Brasil e Argentina, de 23 de março de 1953, que previa cota de 12.000 toneladas de erva-mate a serem exportadas para o país platino (cerca de 82 milhões de cruzeiros), ele serviria como remédio imediato para a situação que se apresentava em Mato Grosso. Em Ponta Porã e Amambai a produção se mostrava cômoda, falando-se no “convênio firmado com a Argentina” a ir se concretizando, o que iria promover acentuadas melhoras. Mas, em algumas outras regiões, houve um declínio na produção do mate, sendo afetada a produção da CAND, segundo o INM, especialmente pela apontada carência de trabalhadores que mudavam de atividade (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1953). Mas em 1954, em âmbito estadual, houve um “surto de produção ervateira”, que começou a reerguer regiões “onde de há muito as atividades ervateiras tinham sido postas de lado”, destacando-se a região de Dourados, onde a Cooperativa de mate enfrentou com entusiasmo esse surto, não poupando esforços e recursos. Esperava-se que esta região “há muito abandonada, no setor do mate”, viesse concorrer grandemente para a exportação (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1954).

De forma imediata, ao contrário do esperado, os problemas persistiram e as exportações de Mato Grosso não foram assim tão boas, somando apenas 6.026 toneladas em 1954, começando a melhorar nos anos seguintes, com 8.151 toneladas em 1955, 10.041 em 1956, 11.465 toneladas em 1957 e, finalmente, um pico de 13.810 toneladas em 1958 (FIGUEIREDO, 1967, p. 330; 346). As melhoras na produção, refletidas nos dados apresentados das exportações, me parecem ter ocorrido por causa do aumento da ocupação das terras

disponíveis na CAND. Já a queda nos momentos posteriores se explicaria (aqui inclino-me a concordar com Figueiredo) pela derrubada de muitas ervaíras para o plantio de outras culturas, isso já no fim da década de 1950 e mais especialmente da década de 1960. Claro que isso não era o fim da produção ervaíra da Colônia, mas mostrou que seguira a colonização o projeto que lhe fora traçado, ou seja, a cultura agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não possa dar o assunto por encerrado e nem seja essa a intenção, tendo em vista a vastidão do tema, quero ao menos apresentar minhas considerações finais. Desse modo, pretendi com esta pesquisa compreender e apresentar questões que dizem respeito à história regional, especialmente sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o contexto em que ela surgiu, os movimentos migratórios feitos por colonos em busca de terra para trabalhar e sobreviver, além do mais importante que são as relações diretas e indiretas das correntes migratórias com a economia ervateira.

Esta pesquisa mostrou diversos exemplos dos múltiplos contatos entre o *mundo ervateiro* e o *mundo das frentes pioneiras*: antigos ervateiros, mato-grossenses ou mesmo paraguaios, que continuaram a trabalhar com a erva no espaço da CAND; colonos, em sua maioria nordestinos, que aprenderam com os habitantes locais a valorizar e produzir a erva-mate.

Pode-se dizer que a erva-mate teve um papel importante para os colonos advindos da *Marcha para Oeste* para a CAND. Embora não mais com o poderio de outrora, se mostraria um produto de extrema importância para muitos. Em alguns casos, senão um meio de sobrevivência, ao menos de grande ajuda para a permanência nos lotes. Nos anos iniciais da ocupação da CAND, segundo os depoimentos e documentos apresentados, as dificuldades foram enormes e os apoios da Administração se tornaram cada vez mais escassos. Por esse motivo, embora não possa ser exagerado seu papel no período posterior a 1930, pode-se dizer que a erva-mate permitiu sim que, ao menos uma parte dos colonos, tivesse nela um apoio para sua manutenção na região.

Viu-se também que alguns colonos se tornaram produtores diretos, pessoas estas que chamei de “colonos ervateiros”. Outros se tornaram também comerciantes (ou intermediários), circulando na Colônia ou mesmo contratando trabalhadores, conseguindo em alguns casos alguma prosperidade com a erva-mate. Essa dissertação mostrou ainda que algumas figuras da região (como Ciro Melo e Emídio Rosa, exemplos do município de Dourados) tiveram também participação nessa economia ervateira e, embora este seja um assunto ainda a ser estudado, essas pessoas parecem ter tirado algum proveito do aumento de produtores na CAND.

Em relação aos órgãos que serviram de apoio aos ervateiros regionais ou que administraram as políticas de colonização foram notadas as ações do Instituto Nacional do Mate (INM) e das cooperativas de Produtores de Erva-mate “Dourados” e Mista da CAND (as duas cooperativas que, por vezes, estiveram ligadas, como foi visto). Era, segundo o INM, o intervencionismo estatal que “se fazia sentir, sobretudo, em produtos de economia tumultuada e caótica, como era o caso do mate, que dispunha de três mercados tradicionais [Argentina, Chile e Uruguai], sofrendo o impacto da superprodução e da mais desenfreada especulação de preços” (Relatório do Presidente do INM, Jorge de Lima, de março de 1963). Nesse mesmo sentido, foi notada também a ação da COPEMA (Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai), cuja importância cresceu na década de 1950 e superou a antes monopolista Companhia Mate Laranjeira na década seguinte.

Adicionalmente, a pesquisa indicou que, mesmo após o chamado “colapso” da economia ervateira sul-mato-grossense e o fim das importações argentinas, em 1965, ao contrário do que alguns acreditaram, essa economia sobreviveu ainda por alguns anos em Mato Grosso e, em parte, sobrevive até hoje, embora em condições bem diferentes. Acredito que esta questão precisa ser repensada, sendo notado com base no que já foi possível analisar, que a questão é um pouco mais complexa do que parece.

De fato, segundo nos informou o senhor Ricardo Dauzacker, a produção de erva-mate no antigo sul de Mato Grosso continuou, mesmo após a cessação da exportação para a Argentina. Claro que ele relaciona outros fatores em função dos quais a produção ervateira deixou de ser compensadora, mas não desapareceu completamente. Um deles seria a expansão da produção da soja, já nos anos 1970; além da imposição pelo Ministério da Agricultura, aos empresários da erva-mate, de diversas exigências, sobretudo de caráter trabalhista, o que teria contribuído para alterar a condição produtiva do mate (Entrevistado em Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008).

Essas mudanças ocorridas na economia ervateira teriam afetado também as cidades em formação da região da Grande Dourados (municípios que então faziam parte da CAND). Os moradores, ao que parece, procuraram encontrar soluções próprias, muitos dos quais passaram então a trabalhar com a soja e outros produtos, se inserindo na “onda” da agricultura mecanizada. Diversas pessoas passaram a arrancar seus pés de erva-mate para trabalhar com soja, “aí tanto na Colônia, como fora da Colônia, todo mundo arrancô pra plantar soja” (Ricardo Dauzacker, *cit.*). Isso ocorreu, dentre outros motivos, pela falta de

incentivo na produção ervateira, “todo mundo só falava em soja, soja e se ganhava mais dinheiro que em erva” (*Idem*).

Outra coisa a ser notada é que, embora não representasse muito diante do volume de vendas que era feito para a Argentina, o mercado nacional e mesmo estadual representou uma alternativa, ao menos para aqueles que continuaram trabalhando com erva-mate. Um exemplo disso, segundo o Presidente do INM, Oliveira Franco, é que os produtores mato-grossenses, no decurso da safra de 1965, tentando sobreviver às medidas fatalistas de corte das importações por parte da Argentina, forneceram pouco mais de meia tonelada de cancheada aos moinhos paranaenses (Relatório do Presidente do INM, Manuel Oliveira Franco Sobrinho, de outubro de 1965). Sabia-se ainda que o consumo estadual não seria a solução para os problemas mato-grossenses causados pelo corte das importações argentinas, pois sempre teve volume bem reduzido, por não ser “grande consumidor” (FIGUEIREDO, 1967, p. 323), mas, ainda assim, pode-se dizer que houve alguma continuidade da produção de Mato Grosso, ou pelo menos comercialização no interior do estado, como explico melhor a seguir. Vimos no **Capítulo 4** que, entre 1959 e 1963, a média de consumo estadual fora de pouco mais de 1.000 toneladas; quando consideradas as vendas *intraestaduais*, entre os anos 1954 e 1965, percebe-se uma média menor, com pouco mais de 600.000 quilos. Ainda mais baixas foram as vendas no mercado *interestadual*, ou seja, o mercado nacional, com pouco mais de 7.000 quilos entre 1959 e 1965 (vide **Capítulo 4**, p. 139-140). Esses números tiveram causa, por vezes, justamente em aumentos das exportações de erva-mate cancheada para a Argentina (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de março de 1954). Encerradas essas exportações, as coisas podem ter mudado e pode-se imaginar que uma parte, mesmo que pequena, dos produtores que continuaram agindo no estado, passasse a vender para o mercado do próprio estado.

Ainda para ilustrar essa continuidade da produção ervateira mato-grossense, recorro mais uma vez ao depoimento do senhor Ricardo Dauzacker. Segundo ele, com o tempo cresceram as exigências do Ministério do Trabalho e ficou difícil “mexer com gente”, passando a ser um problema para os empreiteiros, porque não era permitido, como diversos deles faziam antes, irem às propriedades para extrair a erva e “dormir debaixo de lona” (Entrevistado em Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008) ou “armar barraquinhas”, como mostrou o senhor Moacir Fagundes (Entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011). Exigia-se que tivesse pouso para os trabalhadores e que fossem

transportados em ônibus e não em caminhões, como antes era feito (quando era feito¹). Esses fatores, somados a alguns outros que já foram vistos, como o aumento da importância de outras culturas, promoveram profundas transformações nas relações de trabalho, o que trouxe melhora para os trabalhadores e maiores encargos, ou diríamos “zelo”, aos empregadores. O que, no entanto, pelo menos no caso do senhor Ricardo e de seu irmão Clóvis Dauzacker, não impediu que continuassem comprando e revendendo, mesmo que não produzissem diretamente (Entrevistado em Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008).

Sendo assim, sabemos que a atividade continuou, não com a vivacidade e retorno financeiro de outrora, mas continuou, assumindo novas roupagens e passando por sérias reformulações. Claro que, se a economia ervateira pós-1930 havia reduzido sensivelmente sua participação nas exportações brasileiras, no pós-1965 foi ainda mais reduzido esse mercado.

Mesmo afirmando que as vendas internas do mate em Mato Grosso eram pequenas, Alvanir de Figueiredo afirma que no extremo sul do estado, “principalmente nos municípios produtores”, o consumo regional do mate é generalizado (1967, p. 23). Isso me faz pensar que uma parte desse consumo possa não ter envolvido o comércio propriamente, mas sendo consumido pelos próprios produtores ou donos dos ervais e seus empregados, ou mesmo distribuído entre vizinhos e amigos, o que mostraria o aspecto de circulação interna não econômica do mate. Esse é um ponto em que concordo com Alvanir Figueiredo, que nos diz que muitos fazendeiros das regiões ervateiras produziam para o consumo próprio e de seus empregados, majoritariamente paraguaios e indígenas (FIGUEIREDO, 1967, p. 259). Esse autor cita ainda o consumo não econômico, em forma de tereré, entre os indígenas Guarani, Terena e Kaiowá da Reserva de Dourados e Kaiowá de Taquapiri e Amambai (*Id.*, p. 23).

Os colonos da CAND, por sua vez, que se tornaram adeptos do consumo do mate, em forma de chimarrão ou tereré, em alguns casos teriam deixado alguns pés de erva-mate para consumo próprio, como nos relata o senhor Urbano Braulino, que possuía alguns em seu lote na Estrada Caraguatá antes de vendê-lo e se mudar para Nova Esperança (Entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

¹ O senhor Chiquito contou que ele e outros trabalhadores que iam juntos para os ervais tinham que andar longos trechos a pé (Entrevistados em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011).

Por outro lado, também como resultado das reviravoltas provocadas pelo fim das exportações para a Argentina, diversos produtores ervateiros se viram na obrigação de encontrar outra forma de trabalho e de produção. É assim que, em 1969, a COPEMA elaborou um *Estudo Básico*, dividido em 2 volumes, com vistas a realizar um levantamento da situação dos produtores de erva-mate e da economia de forma geral, incluindo a agricultura e a pecuária, traçando possíveis metas para a economia da Região de Ponta Porã (incluindo a cidade de Ponta Porã, Dourados, Antonio João, Iguatemi, Amambaí, Caarapó). Os pontos abordados incluíram pecuária, extração vegetal, agricultura e mineração, além de infraestrutura, higiene e desenvolvimento social.

A Federação promoveu esse estudo como representante dos produtores de erva-mate já em 1969 (o INM havia sido extinto em 1967). A idéia central era solucionar o problema causado pela suspensão das importações argentinas de mate, “diversificar a produção” e traçar diretrizes básicas à elaboração de um *Plano Regional de Investimento*. O *Estudo* contou em sua elaboração com a participação de agrônomos, economistas, administradores de empresas, cientistas sociais, desenhistas, engenheiros e planejadores. Fica claro que ela pretendia dar nova utilização aos potenciais recursos naturais e humanos existentes na região, incluindo a produção e o destino da erva-mate, ainda que no caso do mate a COPEMA já não visse mais grandes perspectivas – ela considerava que na região de Dourados “a agricultura já atinge índices bem mais elevados; porém, a zona ervateira no município iguala-se aos baixos níveis apresentados nos demais municípios considerados” (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, volume 1, 1969, p. X/XX). Isso fica ainda mais claro quando diz que o objetivo “é o de destaque de recursos do orçamento do BNDE, no montante de NCr\$ 100 milhões, para a aplicação por via do setor privado, tendo como meta a transformação da economia monocultora, à base de erva-mate, em uma economia dinâmica, diversificada quanto às linhas de sua produção principal” (*Idem*, volume 2, 1969, p. 5/1, grifos meus). O *Estudo* vai além dizendo que “centenas de proprietários rurais revelaram vivo empenho em receber a cooperação financeira do BNDE com vistas à estruturação de iniciativas que correspondessem à *substituição da atividade ervateira em crise de mercado*” (*Ibid.*, p. 5/2, grifos meus). Assim, o que se pretendia era fazer investimento principalmente na cultura do café, milho, algodão, plantas cítricas, soja, cana-de-açúcar, feijão, arroz e trigo, além de outros, de acordo com os tipos de solo e região produtiva levantados.

A COPEMA deixa a impressão de que não quisesse perder a influência e poderio conquistados com a produção ervateira e mesmo ambicionando ampliar essa sua influência e, claro, o número de seus associados, podendo incluir um número muito maior de produções agrícolas e pecuárias. Como um cão que não quer perder o osso, ela corria na década de 1960 para garantir seu lugar nos órgãos controladores do estado de Mato Grosso. O certo ainda é que a COPEMA levantou para seu *Estudo* uma área somando 355.147 ha, dos quais 36.626 ha constituíam área de ervais, sendo levantados 1.500 ha em Dourados, dos quais 135 ha de ervais (COPEMA – *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, volume 2, 1969, p. 5/6 e 5/7).

Por fim, à parte a busca por atingir plenamente os objetivos propostos nesta pesquisa, viu-se o quanto ainda fica do vasto campo de estudo que se abre envolvendo múltiplas nuances históricas – formas de convivência e inter-relações, culturas e mesclas culturais e, no nosso caso, a economia, os movimentos migratórios e o mundo ervateiro no sul do antigo Mato Grosso. Embora tenha conseguido responder muitas perguntas, acredito terem surgido tantas outras, o que mostra a complexidade e riqueza da temática.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia citada

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem. 1984.
- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed.UEL, 1997.
- AZEVEDO, José de. *Histórias que vivi*. Associação de Novos Escritores de MS, 1994.
- BANDEIRA, Muniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. Brasília: EDUNB/ São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.
- CAPILÉ, Cláudia Coutinho. *História de Fátima do Sul*. Dourados/MS: Gráfica Caiuás, 1999.
- CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.
- CASALI, Rodrigo. *O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1950-1970)*. 2002. Monografia (Iniciação Científica) – UFMS, Dourados, 34f.
- COPEMA - Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai. *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, 2 volumes, 1969.
- CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.
- _____. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro, 1957.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.
- DANIEL, Omar. *Erva-mate: sistema de produção e processamento industrial*. Dourados/MS: Editora da UFGD; UEMS, 2009.

- FERNANDES, José Antonio Fernandes. Ensaio sobre os “mundos ervateiros” e as relações de trabalho: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. In IX Congresso Brasileiro de História Econômica/X Conferência Internacional de História de Empresas, 2011, Curitiba/Paraná/Brasil, ABPHE/ UFPR. *Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica/X Conferência Internacional de História de Empresas*, 2011.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e guarani como trabalhadores nos ervais da companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados/MS.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena *et al.* *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. 1967. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.
- POWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Trad. Maria Lúcia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª ed. São Paulo: Campus, 1997.
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GONÇALVES, Carlos Barros. *A trajetória de minha família*. 2003. Monografia (Disciplina Introdução à Pesquisa Histórica, do curso de História) – UFMS, Dourados.
- GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. in *Ensaio FEE*, v. 23, n. 2, Porto Alegre: 2002.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1988.
- GUILLEN, Isabel C. M. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso, 1890-1945)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958. v. 35 [Mato Grosso].
- INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados/MS.
- JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A ocupação da Amazônia mato-grossense – o caso de Jauru-MT*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis/SP.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 6, n. 12, p. 47-64, 1986.

_____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1986b.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.

MAGAN, Maria. La Dirección de Yerba Mate y la Comisión Reguladora (CRYM). El sector yerbatero argentino y el intervencionismo estatal, entre 1947 y 1957. In XXI Jornada de Historia Económica, 2008, Caseros/Provincia de Buenos Aires/Argentina, Asociación Argentina de Historia Económica/Universidad Nacional de Tres de Febrero. *Anais da XXI Jornada de Historia Económica*, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MAZZINI, Adilvo; XAVIER, Cláudio. *50 anos da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. Dourados/MS: Funced, 1993. [Datilografado]

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. S.. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Leonel I. Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul*. São Paulo: Anna Blume, 1996.

NAGLIS, Suzana G. Batista. "Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

NEZZI, André. *Ex-prefeito de Caarapó é hoje autoridade esquecida*. Disponível em <<http://www.caaraponews.com.br/noticia/caarapo/6,13864,ex-prefeito-de-caarapo-e-hoje-autoridade-esquecida>>, visitado em 13/maio/2012.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis, 255 f.

OLIVEIRA, Humberto. *A erva-mate, sua história, seus encantos e desencantos*. Disponível em <<http://www.youblisher.com/p/44766-A-Erva-Mate-seus-encantos-e-desencantos/>>, acessado em 28 de maio de 2012.

PRUDÊNCIO, Adriana Regina. *Declínio das atividades ervateiras da Companhia Mate Laranjeira: década de 1930 a 1960*. 2004. Monografia (Especialização em História) – UFMS, Dourados.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Campo Grande/MS: Editora UFMS; Bauru: Edusc, 2004.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In LAMOSO, Lisandra P. (org). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2008.

_____. *Caminhos da erva mate: a montagem da rede de transportes associada à economia ervateira sul-mato-grossense (1882-1902)*. In: Segundo Congresso Latinoamericano de Historia Económica, 2010, Ciudad de México.
<http://www.economia.unam.mx/cladhe/simposiosyponencias.php>. Ciudad de México: Asociación Mexicana de Historia Económica, 2010. p. 1-26.

SAES, Flávio A. M.; GREMAUD, Amaury P.; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997.

SALDANHA, Athamaril. Capataz caati. in *CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SHARPE, J. A história vista de baixo. in BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Adilton Sanches da. *Bocajá – porto, “rancho”, povoado: da economia ervateira à frente pioneira (Século XX)*. Dourados, 2004/05. 11fl. Relatório (Iniciação Científica, PIVIC, voluntário) – UFMS/Campus de Dourados.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária no Estado de Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre: 1957-1970*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP/ Instituto de Letras, Historia e Psicologia de Assis, Assis/SP.

WILCOX, Robert Wilton. Os paraguaios na construção do extremo oeste do Brasil, 1870-1935. Tradução de Adilson Crepalde, Paulo Roberto Cimó Queiroz e Eudes Fernando Leite. *Fronteiras*. Vol. 10, nº 17. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2008.

Obras consultadas e disponíveis

BARRETT, Rafael. Lo que son los yerbales. In BARRETT, Rafael. *Obras completas*. V. 2. Asuncion: Ed. RP/ Instituto de Cooperacion Iberoamericana, 1988.

BAUER, Lothar. Idéias sobre a colonização no Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, 3 (2), jul/1944.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, 2006.

CORREA, Francisco de Aquino. *Terra natal: versos a Mato-Grosso, o grande Estado do Oeste Brasileiro*. 3ª ed. Ed. comemorativa da “Marcha para Oeste” e da ereção do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

CORREA, Valmir Batista. *Fronteira oeste*. Campo Grande: UFMS, 1999. 215 p. (Coleção Fontes Novas. Série Ciências Humanas).

_____. *Mato Grosso do Sul (a fronteira oeste revisitada) [e] Pantanal: o enclave das águas (resistência e conquista)*. Corumbá: UFMS, 1994.

DONATO, Hernani. *Selva Trágica*. São Paulo: Edições Autores Reunidos Ltda, 1959.

JOPPERT, Armando. *A erva-mate na Argentina*. [s.d.].

LIMA, Asturio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Ed. Soma, [s.d.].

MARIN, Jéri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do estado de Mato Grosso. *Fronteiras: revista de História*, v. 4/5, n. 7/9, 2000-2001. Campo Grande/MS: UFMS.

NEIVA, Arthur. Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, 3 (1), abr/1941.

_____. O problema da imigração e colonização. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 9 (107), jun/1943.

_____. O problema migratório brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, 1 (3), set/1944.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso e a história. *Fronteiras: revista de História*, v. 1, n. 2, jul/dez 1997. Campo Grande/MS: UFMS.

_____. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. *Fronteiras: revista de História*, v. 6, n. 12, jul/dez 2002. Campo Grande/MS: UFMS.

OLIVEIRA, José Roberto R. de. *Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade, 1916-1948*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

OLIVEIRA, Ramão Vargas de. *Conhecendo Caarapó*. Campo Grande, 1988.

ORREDA, José Maria. *Pequena história da erva mate*. Irati/Paraná: Edição O Debate, 1968.

PEBAYLE, Raymond; KOEHLIN, J. *As frentes pioneiras do Mato Grosso meridional: abordagem geográfica e ecológica*. Trad. Antonio de Padua Danesi, rev. por Aziz Nacib Ab'Saber e Jose Laerte C. Tetila]. s.n.t., 48 p. Datilografado.

PONCIANO, Nilton Paulo. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. *Fronteiras: revista de História*, v. 6, n. 12, jul/dez 2002. Campo Grande/MS: UFMS.

PRADO JR., Caio. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. In *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 10 (115), mar/1944.

_____. *A questão agrária no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. *Fronteiras: revista de História*, v. 1, n. 2, jul/dez 1997. Campo Grande/MS: UFMS.

REVISTA DO DIP. *As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador brasileiro*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*. 4. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : J. Olympio, Ed. da Universidade de São Paulo, 1970. v. 1. (Col. Documentos Brasileiros, 25).

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a igreja católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940 – 1970)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados/MS.

SANTOS, Landalvo Bezerra. Territórios de Ponta Porã. In *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 12 (143), dez/1945.

SEMANA DE HISTÓRIA, 20, 2007, Três Lagoas, MS. *História em movimento: caminhos, culturas e fronteiras: anais*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

SEREJO, Helio. *No mundo bruto da erva-mate*. Tupa: Gráfica Editora Cingral, 1991.

SILVA, Ricardo Oliveira da. *A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre/RS.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fronteira Móvel. In *Cultura Política*, 2 (18), maio/1942.

SOUZA, José Carlos de. O fenômeno da migração paraguaia no século XX. In *Fronteiras: revista de História*, v. 4/5, n. 7/9, 2000-2001. Campo Grande/MS: UFMS.

SOUZA, Roney Salina de. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em dourados (1910-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados/MS.

SOUZA, Rozemar Mattos (Org.). *Dourados: seus pioneiros, sua historia*. Dourados: Centro Cívico, Histórico e Cultural 20 de Dezembro, 2003.

VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil*. 1º Vol. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Pedagógicos, 1964.

VARGAS, Getúlio. Discurso de Fortaleza (1940). *A Nova Política do Brasil*, vol. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

_____. Discurso de Goiânia (1941). *A Nova Política do Brasil*, vol. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

_____. No limiar do ano de 1938. *A Nova Política do Brasil*, vol. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

_____. O trabalhador brasileiro no Estado Novo (1º de maio de 1941). *A Nova Política do Brasil*, vol. 8. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteiras: revista de História*, v. 1, n. 1, jan/jun 1997. Campo Grande/MS: UFMS.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Obrageros, mensus e colonos*. Curitiba/PR: Editora Vicentina, 1982.

Fontes

Fontes existentes no Arquivo Histórico Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande-MS: fichas cadastrais do *Levantamento Estatístico* dos colonos da Primeira Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) de 1950 a 1957; cartas de colonos, cartas e ofícios administrativos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND); documentos e cartas das pessoas envolvidas com a Companhia Mate Laranjeira no período que estudaremos.

Fontes existentes no Centro de Documentação Regional – UFGD – Dourados-MS: livros, periódicos, teses, dissertações, documentos avulsos, coleções, fotografias, mapas e relatórios semestrais e atas do Instituto Nacional do Mate (INM) e de sua Delegacia Regional de Mato Grosso (digitalizados).

Entrevistas de História Oral:

Realizadas por mim

Alexandre Fernandes Bairro – paraguaio, nascido e ex-morador da Fazenda Campanário e ex-funcionário da CAND, entrevistado em Dourados, MS, em 2009, falecido em janeiro de 2011.

Astúrio Dauzacker – nascido em Dourados, em 1954, topógrafo, entrevistado em Dourados, MS, em junho de 2008.

Balbuíno Agueiro (Chiquito) e **Tany Martins** – aposentados, ele nascido em Caarapó, em 1932, e ela em Vila Rica, Vila Brasil (atual Fátima do Sul), em 1930, entrevistados em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Joaquina Araújo Dionísio – nascida em Rio Brillhante, em 1932, aposentada, entrevistada em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Luiz Antonio – entrevistado informalmente em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Manuel Valêncio Gomes Filho “Sué” – nascido em Pernambuco, em 1937, aposentado, entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Mariano Antonio da Silva – nascido em Alagoas em 1923, comerciante, aposentado, entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Moacir de Souza Fagundes – nascido em Paraguaçu Paulista, em 1937, aposentado, primeiro prefeito de Jateí, entrevistado em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Nelson Hiromitsu Inoue “Boy” – japonês, nascido em 1961, radicado em Jateí, comerciante, entrevistado informalmente em Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Ricardo Dauzacker – nascido em Potreirito, município de Dourados, em 1956, produtor ervateiro, entrevistado em Vila São Pedro, município de Dourados, MS, em junho de 2008.

Urbano Braulino da Silva – nascido na Bahia, em 1930, policial civil aposentado, entrevistado em Nova Esperança, distrito de Jateí, MS, em 16 de dezembro de 2011.

Realizadas por outros pesquisadores

Maria Braga – nascida em Passos, MG, entrevistada em Campo Grande, MS, por Suzana Gonçalves B. Naglis e Carlos Magno Naglis Vieira, em dezembro de 2006.

Manoel Rocha – nascido em Macaúbas, BA, entrevistado em Fátima do Sul, MS, por Suzana Gonçalves B. Naglis e Carlos Magno Naglis Vieira, em janeiro de 2007.

Lair Nunes – entrevistada no município de Vicentina, por Nilton Ponciano, em agosto de 1999.

Antonio Vicente Rodrigues – entrevistado em Fátima do Sul, MS, por Nilton Ponciano, em agosto de 1999.

ANEXO

Mapa “Conjunto de municípios de MT” (CAND)

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 13 de agosto de 2012.

José Antonio Fernandes